

**REVISTA**  
**PRAIAVERMELHA**

**Revista de Serviço Social**  
**Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social**

**Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**

A *Revista Praia Vermelha* é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

### **REITOR**

Carlos Antônio Levi da Conceição

### **PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Débora Foguel

### **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - ESS**

#### **DIRETORA**

Profª Drª Mavi Pacheco

#### **VICE-DIRETOR**

Prof. Dr. Marcelo Braz

### **COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

Profª Drª Sara Granemann

### **COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***

Prof. Dr. Luís Acosta

### **ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA**

#### ***Mailing Adress***

UFRJ - Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 - fundos

CEP: 22290-240

Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 3873-5386

(21) 3873-5385

E-mail: [praiavermelha@ess.ufrj.br](mailto:praiavermelha@ess.ufrj.br)

Página na internet: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejomal/index.php/praiavermalha/index>

## **PRAIAVERMELHA**

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se permuta / Exchange desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



**REVISTA**  
**PRAIAVERMELHA**

ISSN 1414-9184

## COMISSÃO EDITORIAL

**José Maria Gomez**

Escola de Serviço Social/UFRJ

**José Paulo Netto**

Escola de Serviço Social/UFRJ

**Myriam Lins de Barros**

Escola de Serviço Social/UFRJ

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE)

Antonia Jesuíta de Lima (UFPI)

Berenice Couto (PUC-RS)

Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)

Cibele Rizeck (USP)

Cleusa dos Santos (UFRJ)

Consuelo Quiroga (PUC-MG)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UnB)

Edésio Fernandes (University College London – Inglaterra)

Elizete Menegat (UFJF-MG)

Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)

Ivete Simionatto (UFSC)

José Fernando Siqueira da Silva (UNESP)

Júlio de Assis Simões (USP)

Leilah Landim (UFRJ)

Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT)

Marcelo Badaró (UFF)

Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)

Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP)

Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA)

Maria das Dores Campos Machado (UFRJ)

Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)

Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)

Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ) Michael Lowy (EHSS-França)

Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay – Uruguai)

Neli Aparecida de Mello (USP)

Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF)

Ricardo Antunes (UNICAMP)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ)

Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA)

Sérgio Adorno (USP-SP)

Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)

Sulamit Ramon (London School of Economics – Inglaterra)

Valéria Forti (UERJ)

Vera da Silva Telles (USP)

Vera Lúcia Gomes (UFPA)

Vicente de Paula Faleiros (UnB)

## EDITORES CIENTÍFICOS

**José Paulo Netto**

Escola de Serviço Social/UFRJ

**Marcelo Braz**

Escola de Serviço Social/UFRJ

**EDITOR PARA WEB**

Luis Acosta

**DESIGN GRÁFICO**

Fábio Rapello Alencar

**REVISÃO**

Dulcineia Pavan

Pedro Paulo Bocca

**DIAGRAMAÇÃO E CAPA:**

ZAP Design

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO:**

*Bartira*

**EDITORA OUTRAS EXPRESSÕES**

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo - SP

Fones: (11) 3105-9500 / 3522-7516 / 4063-4189

Fax: (11) 3112-0941

livraria@expressaopopular.com.br

editora.expressaopopular.com.br

**Catologação na fonte pela Biblioteca**

**Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Vol. 21, nº 2 (2012) –

Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 2011. Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social - Periódicos. 2. Teoria Social - Periódicos. 3. Política - Periódicos

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

**Publicação indexada em:**

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>

Base Minerva UFRJ

Revista *On line* - ISSN-1984-669X

# Sumário

## SERVIÇO SOCIAL, LUTAS E DIREITOS SOCIAIS: DO III CBAS AOS DESAFIOS ATUAIS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

	<b>Editorial</b>	
	Marcelo Braz   Mavi Rodrigues	7
	<b>PARTE I – GÊNESE</b>	
	<b>O contexto germinal do projeto ético-político</b>	
	<b>1979: um ano singular</b>	
	Mauro Luis Iasi	13
	<b>Do Congresso da Virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura</b>	
	Adrianyce de Souza   Daniela Neves de Souza	23
	<i>Depoimento</i>	
	<b>A estratégia de construção de um projeto coletivo para a categoria dos assistentes sociais</b>	
	Regina Marconi	37
	<b>PARTE II – DESAFIOS ATUAIS</b>	
	<b>30 anos depois: o projeto ético-político frente aos desafios atuais no trabalho, na formação profissional e na organização política</b>	
	<b>A crise do processo de constituição da classe operária em sujeito político e sua refração no projeto ético-político do Serviço Social</b>	
	Luis Acosta	45
	<b>O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada</b>	
	Mavi Rodrigues	51
	<b>Perspectiva de totalidade e Serviço Social</b>	
	José Fernando Siqueira da Silva	69
	<b>Os desafios da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social</b>	
	Rodrigo de Souza Filho   Cláudia Mônica dos Santos	87
	<b>Notas sobre a organização política e sindical dos assistentes sociais</b>	
	Elaine Rossetti Behring	97



## EDITORIAL

Sabemos pouco sobre a profissão em países fora do nosso continente. O que conhecemos limita-se às esparsas referências bibliográficas publicadas recentemente na *Revista Serviço Social & Sociedade* e ao trabalho político empreendido, desde a década de 2000, pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) no âmbito da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (Fits). Todavia, do pouco de informação que circula entre nós, resta, talvez, uma certeza: em vários âmbitos – parâmetros jurídico-políticos, formação e exercício profissionais, produção de conhecimentos, organização política da categoria – o Serviço Social brasileiro se destaca no panorama internacional como uma das expressões mais avançadas da profissão. Tais conquistas, contudo, não podem ser atribuídas à totalidade à sua trajetória no país, que já contabiliza oito décadas de existência. Elas são, antes, o resultado de um significativo giro processado no interior da profissão, que inaugurou a emergência de um Serviço Social distinto, sob diversos (mas não todos) aspectos, do seu passado recente.

O ano de 1979 demarca a linha divisória desses 80 anos de história da profissão no Brasil. Ali, no emblemático III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo, conhecido como o *Congresso da Virada*, é que surge uma nova era no Serviço Social. Ao deflagrar o espraiamento na categoria profissional da *intenção de ruptura* com o conservadorismo profissional – perspectiva de renovação crítica da profissão emergida no início dos anos 1970, cuja divulgação e desenvolvimento foram duramente restringidos pelo regime autocrático burguês –, o III CBAS deve ser compreendido como marco inicial da construção de um novo projeto profissional, difundido amplamente, mais tarde, como projeto ético-político.

A constituição deste *novo* Serviço Social seria impensável fora de um contexto histórico de ascensão das forças sociais progressistas do país, da efervescência dos movimentos sociais capitaneada pela reaparição da vanguarda operária, num quadro de crise da ditadura do capital. Foi este, aliás, o solo histórico que – se estendendo até a segunda metade dos anos de 1980 e marcado pelas lutas que estabeleceram o reconhecimento legal dos direitos sociais no âmbito da Carta Magna de 1988 – propiciou o desenvolvimento do projeto ético-político.

Porém, a hegemonia deste novo projeto no corpo profissional se deu num contexto inteiramente distinto daquele que possibilitou a virada do Serviço Social brasileiro. Esta se processa nos anos de 1990, quando a grande burguesia, disseminando uma cultura e adotando uma prática político-econômica inspirada no neoliberalismo, recicla seu projeto societário de dominação de classe e põe sérios limites à implementação deste Serviço Social *novo* e crítico.

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência em 2003, bem como sua reeleição em 2007, não registram uma ruptura com este cenário. Ao contrário, num processo que mescla continuidade e novidade em relação à era neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, deu curso a uma nova ofensiva, cujos impactos negativos sobre as conquistas recentes do Serviço Social brasileiro, obtidas nos últimos 30 anos, ainda estão por ser devidamente avaliados.

Instigar o balanço crítico do projeto ético-político, através de reflexões sobre a sua gênese, trajetória e, sobretudo, dos seus principais desafios atuais, é o propósito desta coletânea. Os textos aqui reunidos têm dois traços que os unem. O primeiro deles envolve o perfil dos autores que contribuíram com suas reflexões para esse livro: são todos sujeitos históricos ativos

do projeto político-profissional que estiveram em “lugares” e tempos diferentes do percurso histórico da sua construção e desenvolvimento<sup>1</sup>. Ademais, a maioria deles participou como debatedores do evento promovido pela Escola de Serviço Social da UFRJ, em 4 de novembro de 2009, denominado “Seminário 30 anos do Congresso da Virada: da intenção de ruptura ao projeto ético-político do Serviço Social”.

Na parte I – Gênese –, com o primeiro artigo, *1979: um ano singular*, de Mauro Luis Iasi, temos um panorama crítico de um período crucial para a história recente do Brasil. O autor realiza a análise concreta da conjuntura, lançando--a para além de seu dado imediato – “o ano de 1979 acabou... em 2002”, diz. O protagonismo das lutas de classes é o fio analítico com o qual se empreende uma leitura que mescla teoria e realidade, com incursões poéticas que caracterizam o estilo do autor. No segundo artigo, *Do Congresso da Virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura*, Adrianyce de Sousa e Daniela Neves retomam a *intenção de ruptura*, vertente crítica da renovação do Serviço Social brasileiro, sustentando ser o projeto ético-político expressão do seu espraçamento.

No texto-depoimento de Regina Marconi – assistente social que participou diretamente da virada de 1979 – *A estratégia de construção de um projeto coletivo para a categoria dos assistentes sociais*, o leitor encontrará um relato emocionante de uma geração de jovens profissionais que, em finais dos anos 1970, se lançou nas lutas de resistência à ditadura militar e na construção de um novo projeto profissional inaugurando assim um novo momento para o Serviço Social brasileiro marcado pela presença de novos atores, novas práticas e novas ferramentas teóricas para a compreensão da sociedade e de si mesmo.

A parte II – Desafios atuais – é inaugurada pelo polêmico texto de Luis Acosta, intitulado *A crise do processo de constituição da classe operária em sujeito político e sua refração no projeto ético-político do Serviço Social*. Aqui, o autor sustenta que a crise do movimento

operário como sujeito político nos anos 1990 se manifesta no interior da categoria profissional por meio do resgate de uma problemática tradicional: a problemática da assistência social, interpretada do ponto de vista dos direitos sociais e da cidadania.

O segundo texto, intitulado *O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada*, é de autoria de Mavi Rodrigues. A autora realiza um esboço das requisições atuais do mercado profissional a partir da análise das políticas sociais nos governos Lula. Sua argumentação central é de que a constituição de um padrão de proteção social de corte assistencial vem colocando, para o assistente social, demandas de gestão, vigilância e controle da pobreza, que são, substancialmente, colidentes com o horizonte profissional aberto em 1979 e tem provocado um insidioso transformismo ideológico da profissão. O artigo seguinte, intitulado “Perspectiva de totalidade e Serviço Social” é de José Fernando Siqueira da Silva; o autor argumenta que a ausência da categoria da *totalidade*, fundada na ontologia marxiana, empobrece a apreensão da realidade e a atuação profissional. Antagônica a esta perspectiva de *totalidade*, os conceitos presentes na Política Nacional de Assistência Social podem confundir os desatentos, como adverte o autor, reforçando o sincretismo do Serviço Social.

O texto de Rodrigo de Souza Filho e Cláudia Mônica dos Santos, *Os desafios da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social para o fortalecimento do projeto ético-político* situa os principais desafios ao fortalecimento do projeto profissional na contrarreforma do ensino superior, discutindo seus impactos na graduação, na pós-graduação e na pesquisa, e apontando as estratégias de ação da Abepss na defesa desse projeto. Conclui esta coletânea o texto de Elaine Rossetti Behring intitulado *Notas sobre a organização política e sindical dos assistentes sociais*. Nele, a autora, que não é de se eximir do “bom combate”, enfrenta uma das questões mais espinhosas do debate atual: trata-se do problema da organização político-sindical dos assistentes sociais, sem dúvida um dos maiores desafios do

projeto ético-político na atualidade. Recupera a processualidade histórica inerente ao tema, polemiza com as tendências regressivas presentes no debate e afirma os princípios mais avançados da organização classista e combativa, da qual somos herdeiros no âmbito do projeto profissional.

Agradecemos a todos os colegas que gentilmente forneceram seus textos para essa coletânea e, especialmente, a colaboração de Leila Escorsim Netto que nos auxiliou na organização e revisão dos textos. Somos gratos, ainda, aos docentes, discentes e técnico-administrativos da ESS/UFRJ, que tornaram possível a realização do Seminário de 2009, donde surgiram as ideias para esta revista.

Praia Vermelha, julho de 2013

Marcelo Braz e Mavi Rodrigues

## Notas

- <sup>1</sup> O professor Mauro Luis Iasi é o único dentre os autores que não é assistente social. Porém, ademais de sua conhecida contribuição intelectual, foi militante destacado do PT, partido que foi a expressão maior das forças progressistas de esquerda atuantes nas mesmas décadas nas quais se desenvolveu o projeto ético-político, as décadas de 1980 e 1990. Atualmente é dirigente do PCB e trabalha como professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ e vem tendo ativa participação nos debates da categoria dos assistentes sociais no âmbito acadêmico e fora dele.



## **PARTE I - GÊNESE**

### **O CONTEXTO GERMINAL DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO**



## ARTIGO

## 1979: um ano singular<sup>1</sup>

Mauro Luis Iasi\*

**Resumo:** O texto trata da conjuntura de 1979, como momento de fusão da classe trabalhadora em seu processo de constituição enquanto classe, como contexto no qual ocorre o *Congresso da Virada* que reorientaria a categoria dos Assistentes Sociais na perspectiva de ruptura com o tradicionalismo e na direção de um projeto ético político tendo por centro a emancipação humana.

**Palavras chaves:** conjuntura; luta de classes; campo livre da práxis; Serviço Social.

**Abstract:** The 1979 conjuncture, as a moment of working class merger in its process of constitution as class, as the background of the realization of the “*Overturn Congress*” which reorients Social Worker category perspective towards the breaking with the traditionalism and in the direction of an ethical-political project centered on human emancipation.

**Key-words:** conjuncture; class struggle; free field of praxis; Social Work.

*(...) Libertei-me de todo e fui.  
em busca de volúpias que em parte eram reais,  
em parte haviam sido forjadas por meu cérebro;  
fui em busca da noite iluminada.  
E bebi então vinhos fortes, como  
bebem os destemidos no prazer.*

Konstantinos Kaváfis

O que faz de um ano especial? O tempo flui indiferente pelas areias da ampulheta que criamos pela humana ansiedade de definir ciclos nos quais nossa existência ganha algum sentido. Fechamos as contas, fazemos balanços, insistimos em reordenar os fatos recriando enredos que nos expliquem o que fizemos e que deixamos de fazer. Costuramos novas esperanças em nossos corpos cansados e vestimos nossos sonhos com a ousadia daqueles que continuam buscando iluminar a noite “destemidos no prazer”.

Engels (1890, p. 285) dizia que “a história faz-se de tal modo que o resultado final decorre sempre de conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais, cada uma das quais resultado de uma multidão de condições de existência particulares”, de maneira que, na maioria das vezes, “o que um deseja tropeça com a resistência oposta por outro, e o resultado de tudo isto é algo que ninguém desejava”.

No entanto, uma coisa sabemos: os anos não são iguais. Alguns correm cinzas e mornos, outros explodem em uma vivacidade que os imprime definitivamente no calendário, como se seus números revelassem por si mesmos os conteúdos guardados: 1917, 1929, 1968. Em anos assim nos defrontamos subitamente com a breve possibilidade de ver o sentido da história e a possibilidade de dirigi-la, ou, por paradoxal que possa parecer, são momentos onde todas nossas certezas se esvanecem no ar. Não é casual, são momentos de crise no quais as formas velhas se quebram e a possibilidade do novo se inscreve.

Em anos normais reproduzimos as formas sociais que nos são impostas e nossa ação se aliena na reprodução burocrática do real. Os trabalhadores saem para o trabalho e o suportam, a miséria suporta mais um dia de miséria, a injustiça se disfarça na legitimação da inércia jurídica e as mentes amolecidas pelo senso comum repetem que sempre foi assim. sempre será assim. Em anos como estes, assistentes sociais reproduzem as práticas que lhes ensinaram, fazem seus cadastros, operam seus acompanhamentos, ao final do dia voltam à suas casas e

ao final do mês pegam seus pequenos salários como uma senha que os coloca na categoria dos assistentes, os distinguindo sutilmente dos assistidos e sentenciam: é a vida!

O real, o princípio da realidade, se apresenta como uma impossibilidade, uma interdição. Tenho que trabalhar, não posso ficar em casa ou ir pescar. Tenho que cumprir os procedimentos, não posso ver além do “usuário”, do “público alvo”, não posso desvestir a roupa positivista da ciência e ver que aquele que sofre traz revelado o segredo de seu sofrimento escondido sob as barreiras do empírico. O real se apresenta, nas palavras de Sartre (1979), como um “campo prático-inerte” ao qual devemos nos amoldar porque é impossível viver fora dele.

É a vida. É a dura realidade. Em anos de inércia o louco é internado, a mulher sofre em silêncio a violência, o negro sofre o preconceito, as crianças trabalham, os operários cumprem suas jornadas, os pobres desfilam suas mazelas e os assistentes sociais... assistem.

O que ocorre em um ano especial é que o real e suas impossibilidades se chocam com o fluir da vida e a ameaçam. Mesmo a forma de reprodução alienada da vida deve ser, ainda assim, uma reprodução da vida. Há momentos em que as formas instituídas que antes permitiam a reprodução da existência se convertem em obstáculos que precisam ser superados. Dizia Sartre:

Aquilo que chamam de sentido de realidade significa exatamente; sentido daquilo que, por princípio, está proibido. A transformação tem, pois, lugar quando a impossibilidade é ela mesma impossível, ou se preferirem, quando um acontecimento sintético revela a impossibilidade de mudar como impossibilidade de viver (Sartre, 1979, v. 2, p. 14).

Quando vivemos esta contradição como indivíduos, nos desesperamos, enlouquecemos, vivemos a angústia de nos vermos sendo levados por uma história que oprime ou nos obriga a uma existência rebaixada negando nosso desejo. Mas

há momentos na história, momentos raros e belos, onde conseguimos ir além das cápsulas individuais que nos moldam e diante de uma ameaça comum logramos uma fusão que nos permite romper o campo prático-inerte e alçar voo no caminho do campo livre da práxis.

A sociedade, qualquer que seja sua forma, sempre será o produto da ação recíproca entre os homens (Marx, 1976a [1846], p. 160), mas, no caso de nosso tempo histórico, estas relações, afirma o mesmo autor: “são as relações sociais baseadas no antagonismo das classes. Estas relações são, não relações de indivíduo a indivíduo, mas entre operário e capitalista, entre rendeiro e proprietário de terras etc. Suprimam essas relações e terá sido destruída a sociedade inteira... (Marx, 1976, p. 81).

Momentos de alta temperatura e pressão histórica produzem “acontecimentos sintéticos” podendo provocar uma fusão que vai além das particulares negações dos elementos de uma ordem estabelecida, produzindo as condições para que a ameaça comum conforme o sujeito social como uma classe. A vivência de condições comuns que são impostas aos que vivem da venda da força de trabalho já os constituía como uma classe, mas ainda não a fazia ser uma classe. Para tanto é preciso muito mais que a existência em condições comuns, é essencial uma ação comum.

No mesmo trabalho Marx nos alerta que:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, esta massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta (...) essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma (Marx, 1976, p. 136).

Foi o que ocorreu em 1979 e fez deste ano um ano tão singular. A ditadura empresarial-militar que havia se implantado desde 1964 vivia as contradições de seu modelo econômico, a inflação corroía os salários e o, então, ministro

Delfim Netto roubava nos índices de reajustes provocando um grande arrocho salarial.

A ditadura interveio nos sindicatos, cassou, prendeu, mandou para o exílio ou matou as lideranças sindicais do período pré-64. Destroçou a oposição política, começando pelo PCB e depois pelas organizações da luta armada, desarticulando até mesmo a moderada oposição liberal circunscrevendo-a nos marcos da oposição consentida do MDB. Estava tranquila, não podia acreditar que aquela nova classe trabalhadora, filha do milagre econômico, pudesse entrar em cena com qualquer vislumbre de autonomia, devendo se manter nos limites da ação assistencialista e corporativa próprias dos sindicatos domesticados pelo Estado.

O próprio pensamento acadêmico oferece sua chancela de legitimidade a esta tese. Estudos sobre a consciência de classe (Lopes, 1971; Rodrigues, 1970) tentavam comprovar, através de pesquisas com todo rigor científico, que não haveria mais a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência de classe típica no Brasil. A consciência de classe, que se organizando por seus interesses imediatos, se confronta com a lógica do capital, se politiza e se aproxima de propostas políticas de superação da ordem capitalista no sentido do socialismo, teria sido um fenômeno europeu causado pela reação de uma velha classe operária contra a linha de montagem e a produção fordista/taylorista. Como, no Brasil, a classe operária já havia se formado nas condições de desenvolvimento do fordismo, sendo constituída por pessoas vindas do campo, os trabalhadores sentiriam a entrada no mundo industrial como a possibilidade de ascenso social, não se viam como um conjunto em luta contra o capital, mas compreendiam sua posição social de trabalhadores só como um meio de mobilidade social no interior da ordem capitalista.

Interessante é que as greves de 1978/1979 estouraram exatamente no lugar onde Leôncio Martins Rodrigues havia realizado sua pesquisa: no ABC paulista. Outros autores (Humprey, 1982; Abramo, 1986) já haviam alertado que as condições de trabalho, a intensificação da

exploração e o arrocho, assim como a ameaça à dignidade operária pelas condições de organização do trabalho, preparavam uma explosão social naquela aparentemente inerte camada de trabalhadores.

O arrocho salarial, a intensificação do trabalho, a opressão, seja nas condições de trabalho, seja no conjunto da sociedade, não são propriamente um fato novo, pelo contrário, marcam como característica fundamental o período ditatorial. O acontecimento sintético que provoca a fusão da classe trabalhadora é a entrada em cena dos operários e a retomada das greves. Em 1978 começam as primeiras greves na Mercedes, na Ford e, depois, no dia 12 de maio, na Saab-Scania. Em 1979 já eram mais de três milhões de trabalhadores em greve em 15 estados brasileiros, entre metalúrgicos em São Paulo e no Rio, cortadores de cana no Nordeste, petroleiros, trabalhadores na construção civil, funcionários públicos (em 1979 houve mais de 400 greves no funcionalismo público) e muitos outros.

Evidente que há as condições comuns de arrocho salarial e de carestia, mas algo permitia uma fusão muito além das questões salariais. Estudantes, movimento de mulheres contra a carestia, cristãos, militantes políticos, profissionais, uma onda que parecia despertar de um sono profundo, camadas e camadas que se somavam, seja na solidariedade direta aos trabalhadores em greve, seja na retomada de outras lutas como a campanha pela anistia e pela volta dos exilados.

Na verdade a grande ameaça comum que se opunha à classe que se formava era a agonia da ditadura militar que encontrava na mediação da crise econômica as formas de manifestação de seu caráter de classe. Em 1978, último ano do mandato do general Geisel, os militares se dividiam entre a linha dura, representada pelo general Silvio Frota, então Ministro da Guerra, e aqueles que, seguindo as orientações de Golbery do Couto e Silva, apostavam na necessidade de um processo de “abertura política”, lenta, gradual e sob controle. A disputa indireta no colégio eleitoral entre o general

Figueiredo, apoiado por Geisel e o general Euler Bentes, apoiado pelo MDB, terminou com mais uma vitória dos que preferiam uma abertura sob rígido controle<sup>2</sup>.

No entanto, as divergências já eram patentes. A demissão de Silvio Frota do Ministério e a eleição de Figueiredo davam condições de controle do grupo chamado de moderado contra a linha dura que passou para uma tática de desestabilização, como ficou comprovado com os atentados à bomba em 1981, no Riocentro, por ocasião das manifestações do 1º de maio.

As cisões políticas no interior do grupo militar e a crise econômica abrem caminho para a entrada em cena da classe trabalhadora e, com ela, a possibilidade de uma fusão social que transformaria os trabalhadores no principal sujeito do processo de abertura e imprimiria uma qualidade distinta, no período seguinte, daquela que esperavam os militares.

Quando os trabalhadores entram em greve, entre 1978 e 1979, acabam produzindo uma identidade que vai muito além da mera condição sindical. Em parte, este fenômeno se explica pela própria reação do governo contra as greves. A repressão, a intervenção nos sindicatos, a prisão dos líderes sindicais, o controle da informação, todos instrumentos que haviam sido tão úteis na ditadura, agora se convertiam em seu contrário e acabavam por impulsionar o movimento de solidariedade.

Os empresários também se dividiam sobre como enfrentar o movimento grevista. Havia um grupo de reformadores na Fiesp, principalmente ligados ao capital sueco, que afirmavam que era necessário negociar e, já que a abertura era inevitável, se deveria atrair a nova liderança sindical para uma política de compromisso a exemplo do sindicalismo norte-americano (Humphrey, 1982). A linha mais dura entre os empresários preferia matar o movimento desde seu início e lançar mão dos meiosseguros que a ditadura oferecia para manter a ordem. Em um primeiro momento prevaleceu a posição mais conservadora, o que impôs uma dinâmica repressiva que acabou por alimentar o

movimento e retirá-lo de seu caráter meramente reivindicatório, politizando-o.

Quando os trabalhadores entram em greve entre 1978/1979 o fazem por seus interesses imediatos e particulares, mas sua ação acaba representando o ponto possível de universalização de uma série de lutas que se confrontavam com pontos distintos da ordem autoritária estabelecida. Uma menina, operária têxtil do Rio Grande do Sul, negra e moradora da Ilha da Pintada (ilha próxima a Porto Alegre na qual a principal atividade é a pesca, ao mesmo tempo em que a maioria negra era impedida de ter barcos ou pescar), quando soube das greves no ABC pensou:

(...) não sei como era lá fora, porque eu nem sabia que tinha São Paulo lá. Eu sabia que já tinha alguma coisa, mas era uma coisa muito tímida, mas a gente sabia que acontecia lá na cidade grande, né, então quando surgiu esta oportunidade (eu na época já estava trabalhando, né, numa fábrica), então, eu falei: bá... trabalhadores!! (Iasi, 2006, p. 248).

É como se uma jovem trabalhadora, descobrisse, através da ação dos metalúrgicos do ABC, que existia algo ao qual ela pertencia, mesmo à distância. Outra menina, no Piauí, proibida de ir à escola porque não tinha sapatos; ou um carteiro no interior de São Paulo que descobre em um encontro de jovens que existem outros; ou um metalúrgico no Rio Grande do Sul que, caminhando pela rua depois de demitido, vê uma estrela pintada no chão e se pergunta o que seria um partido de trabalhadores (Iasi, 2006); mães buscando seus filhos mortos; famílias separadas pelo exílio; professores aposentados compulsoriamente; jovens exercitando seu sagrado direito à rebeldia; mulheres com panelas pelas ruas contra a carestia; cristãos cansados de martírio sem ressurreição; músicos, poetas e atores cansados de costurar seus lábios com a linha grossa do medo, como se fosse por um instante se viram como o que de fato são, seres sociais submetidos a um domínio

que lhes nega a vida e, de repente, já não era possível manter a impossibilidade, e nos lançamos em volúpias, em parte reais e, em parte, o que nosso desejo imaginava, bebendo o vinho forte do campo livre da práxis; destemidos de prazer saímos, desavisadamente, iluminando a noite que nos assolava.

Não é de se estranhar que assistentes sociais, em 1979, tenham se reunido, não é de se estranhar que tenham se mirado no espelho de sua classe e a alquimia da luta tenha transformado caridade em compromisso, que tenha sido possível olhar além das aparências de uma “questão social” e responder com Mario Benedetti “cantamos porque o cruel não tem nome, embora tenha nome seu destino”. Não é de se estranhar que, brotando da terra como cogumelos depois da chuva, militantes pudessem professar a velha boa nova que se julgava banida pelo controle positivista do conhecimento, pelo sequestro do pensamento crítico, pela tortura acadêmica contra a verdade. Não é de se estranhar que tenham feito um congresso e dado uma virada, enfrentado a inércia e ousado trilhar o campo livre da práxis inovadora. Não é de se estranhar que em um ano como este, dois exilados voltassem a se reencontrar, pois estavam banidos e proibidos: de um lado a ética e, do outro, o político. Este porque nos revela o meio pelo qual é possível assumir nosso destino e mudar o mundo e a primeira porque nos lembra a direção a seguir e o fim que queremos atingir. Não é de se estranhar que nossos sonhos vistam a roupagem de projetos, não é de se estranhar que começássemos a construir um projeto ético-político.

Muita coisa acontece em um ano como este. Na Nicarágua o povo chegava ao poder com poemas e fuzis; em Cuba um sorriso já durava vinte anos. O mundo parecia balançar sobre seus eixos na América Central ou na Polônia. Mas, mesmo um ano muito especial acaba, não em dezembro como costuma acontecer, mas acaba.

A dinâmica dos ciclos da luta de classes não é determinada apenas pelas condições estruturais de uma época revolucionária. As classes

encontram-se imersas em vetores conjunturais, em uma correlação de forças, bebem de uma herança política e cultural, de maneira que sua própria ação conduz a desdobramentos que, nas palavras de Engels (1890), constituem um conjunto de ações e reações recíprocas que levam a um ou outro desfecho e, muitas vezes, bem distinto daquele que se esperava.

Quando nossa classe encontra um campo prático-inerte, serializada e dividida na pulverização individual que coloca os trabalhadores como concorrentes no mercado de trabalho, estamos submetidos à alienação. Certos momentos permitem uma ação na qual a classe inicia sua constituição enquanto classe, ou como classe em si, e ao negar o patamar inerte da realidade abrir espaço para a livre práxis. No entanto, este momento de práxis livre não implica, necessariamente, a criação do novo. Como dizia Brecht, a velha carne é comida com velhos garfos, isto é, só podemos nos alçar no campo livre da práxis com as ferramentas que dispomos e, no caso da ação de classe, estas ferramentas incluem toda nossa bagagem cultural, teórica e política, assim como os elementos de uma objetividade que nos oferece as velhas pedras com as quais teremos que construir o novo.

O resultado dessa dinâmica é que nos vemos diante de duas possibilidades ao negar o campo de realidade no qual nos inserimos: superá-lo (o que implica incorporar os elementos da realidade e ir além deles), ou recriar o velho em novas condições, ou seja, em uma nova síntese na qual os elementos conservadores acabam se impondo às tendências inovadoras. Em outras palavras, uma vez que somos sujeitos de nossa história podemos criar as condições de nossa emancipação e superação da alienação, ou recriar as condições que impedem tal mudança e acabam por reproduzir a ordem.

O limite das reformas parciais que ocorrem no interior na ordem capitalista é que elas assumem um duplo caráter que não pode ser definido de antemão. Uma luta sindical por melhores salários, mulheres batendo panelas contra a carestia, assistentes sociais dando uma virada em sua concepção e ação profissionais,

no contexto da fusão da classe em luta contra o capital, são elementos de constituição de uma nova práxis preta de elementos emancipadores. Mas, nada nestas ações particulares faz delas revolucionárias ou reformistas. No contexto de uma superação revolucionária da ordem do capital podem ser um ponto de partida para a constituição de uma nova sociabilidade, mas se o desfecho assumir a forma de uma mudança conservadora, de um reatualizar da ordem capitalista em novo patamar, estes elementos podem converter-se em seu contrário, tornando-se elementos de uma nova institucionalidade a serviço da reprodução das velhas relações de dominação que esperávamos superar.

Apenas como exemplo podemos citar a experiência de Baságlio (1985), psiquiatra e comunista italiano que promoveu a reforma psiquiátrica naquele país. Primeiro submetido ao horror do hospital psiquiátrico se insurge e se rebela, buscando humanizar radicalmente o tratamento do doente mental, chega à forma de uma comunidade terapêutica nos moldes propostos por Maxwell Jones no contexto do pós-guerra. No entanto, uma vez humanizado o hospital psiquiátrico continua mantendo sua missão institucional, ser um ponto de controle na ordem, segregador e institucionalizador do estigma da loucura. Era necessário ir além, realizar a negação da negação, negar a própria comunidade terapêutica em busca de recolocar a loucura como parte da sociedade e sua responsabilidade, descentralizando as clínicas, os hospitais dia e toda uma rede de atendimento<sup>3</sup>.

Ao buscar a negação particular dentro de uma ordem, nos alerta Baságlio, precisamos ter todo o cuidado de não reproduzir um novo ponto institucional de controle que acabe por modernizar e, desta forma, tornar mais eficiente a ordem que inicialmente queríamos negar. A dificuldade é que o desfecho emancipador ou a reprodução do real não pode ser definido na particularidade da negação institucional ou de uma prática político-profissional, uma vez que segue sendo determinada por um conjunto de ações e reações complexas que tem por base uma certa materialidade que a condiciona. Isto

significa que mesmo uma bela negação na qual seus agentes insistem em manter o rumo da superação, acaba sobredeterminada pela ordem que não foi superada.

Neste ponto é que se impõe uma dimensão ética. Não no sentido vazio do termo, mas aquele que o remete para a ação, para o compromisso com o objetivo final nos termos de Lukács (2005, p. 27). Como refletia o marxista húngaro, o desafio de toda ação que ocorre nos marcos de uma ordem legal existente é não perder de vista o fim último e render-se ao pragmatismo das condições do real. Para ele “o verdadeiro parâmetro só pode ser o *como* determinada ação serve em um caso dado para a realização deste fim” (p. 29), alertando-nos que “se existe um movimento histórico para o qual a *realpolitik* é funesta e sinistra, esse movimento é o socialismo” (p. 30).

Uma vez não superada a ordem, o dilema ético-político passa a ser: converter nossa ação em um ponto de modernização da ordem do capital tornando-o mais eficiente, ou converter a caminhada percorrida em um patamar novo de resistência, denúncia e luta contra a ordem, ainda que, na correlação de forças, apareça como uma negação particular isolada.

O ano de 1979 acabou em 2002. O ciclo se fechou e as instituições que a classe trabalhadora criou em sua caminhada pelos campos da práxis livre, em grande parte, converteram-se em pontos muito mais de reprodução do que de negação da ordem do capital. Mesmo um partido que surgiu com a pretensão de expressar os interesses dos explorados e “lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”<sup>4</sup>, um partido que, por isso se afirmava anticapitalista e socialista, este mesmo partido pode chegar em 2001 afirmando que é preciso um “novo contrato social” para o qual é necessário o “apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação”, incluindo “empresários de qualquer porte” pois estes estarão “contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas”<sup>5</sup>.

O ciclo de lutas aberto em 1979 se encerra não com a ordem superada, mas com sua renovação. O mais trágico é que o faz não com a derrota dos principais sujeitos das mudanças ocorridas no início do ciclo em 1979, mas com a cumplicidade de um setor considerável das lideranças que a classe trabalhadora criou em sua ação. Os trabalhadores parecem reapresentar no campo da ação política uma característica fundamental de seu ser de classe quando submetido à lógica do capital: ver o produto do seu trabalho alienar-se, deles se distanciar e se voltar contra eles como uma força estranha.

Nós que insistimos no caminho das mudanças não devemos tomar o produto como se fosse o processo e negar toda a caminhada. Vamos recolher os ensinamentos, as alegrias e cicatrizes e guardar na memória nossa jornada para que seja parte da bagagem de novas ousadias e superações. Como fechamento, peço permissão para lembrar um poema que fala sobre a arte da memória, como uma espécie de homenagem a todos aqueles que construíram este caminho e que não podem ser resumidos apenas aos nomes daqueles que se destacaram e serão justamente lembrados. Devemos também lembrar daqueles que sequer o nome sabemos e que correm o risco do esquecimento, pois são eles que tornaram possível o sonho e tornarão possível, tenho certeza, a retomada daqueles que nunca deixaram de lutar.

Recolha cada poeira esquecida  
Recolha cada memória guardada  
Recolha cada rua anônima  
Que não guarda o nome de suas pegadas.

Recolha cada gesto indeciso  
Cada intenção abandonada  
Lembre-se que o caminho é feito  
Também por trilhas não trilhadas.

Não esqueça como foi vivo aquele abraço  
Lembre-se sempre  
Que o produto esconde o processo  
O suor e o cansaço.

Aquele que constrói raramente aparece  
Fica ali no canto, invisível,  
Sem nome, sem rosto  
Sem corpo, sem gosto.

Nunca esqueça dos esquecidos  
Existem em sua inexistência  
Como traço de luz no vinho tinto  
Alma partida depois do filme findo.

Recolha tudo: o visível e o invisível  
Então terá mais que nomes e fotos  
Mais que biografias frias  
Mais que simples história.

Serão beijos molhados  
Abraços ardentes  
Pássaros em pleno voo  
Peixes lisos e frutas frescas.

Então seremos eles e seus sonhos  
E suas dores e seus partos  
E suas lutas e seus amores  
Sua fome e seu farto.

Seguirão em nós  
Porque os seguimos  
Não morrerão  
Porque nós não desistimos<sup>6</sup>.

### Referências bibliográficas

- ABRAMO, L. *O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- ALMEIDA, G.; CANCELLI, V. (orgs.). *Manifesto de fundação do PT, in: Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- BASAGLIA, F. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ENGELS, F. Carta a Bloch (189), *in: Obras Escolhidas*, v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- HUMPHREY, J. *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1982.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. *A arte da memória, in: Meta, Amor, Fases – coletânea de poemas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KAVÁFIS, K. Fui, *in: Poemas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LENIN, W. I. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.

LOPES, J. R. B. *Sociedade industrial no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

LUKÁCS, G. *Tática e ética: escritos tempranos (1919-1929)*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2005.

MARX, K. Carta à Annenkov (1846), *in: Miséria da Filosofia*. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

\_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

PT. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do PT*. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 2001, p. 38.

SARTRE, J. *Critica de la razón dialéctica*, v. 1 e 2. Buenos Aires: Losada, 1979.

RODRIGUES, L. M. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

### Notas

<sup>1</sup> Texto baseado na apresentação realizada em novembro de 2009 no seminário: *30 anos do Congresso da Virada: da intenção de ruptura ao projeto ético-político, promovido pela ESS da UFRJ no Rio de Janeiro*.

<sup>2</sup> Lenin (1979) em seus estudos sobre a falência da Segunda Internacional, procurando definir os elementos de uma situação revolucionária nos indica três condições objetivas: a impossibilidade da classe dominante manter inalterada as condições de seu domínio levando a uma crise nas cúpulas; o agravamento da miséria e angústia das massas; e a intensificação da atividade independente das massas.

- <sup>3</sup> Basaglia, Franco. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- <sup>4</sup> Manifesto de fundação do PT, in: Almeida, G. ECANCELLI, V. (ORGS.). RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. SÃO PAULO: PERSEU ABRAMO, 1998, P. 65.
- <sup>5</sup> Resoluções do 12º Encontro Nacional do PT. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 2001, p. 38.
- <sup>6</sup> Iasi, M. L. A arte da Memória, in: *Meta, Amor, Fases – coletânea de poemas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

**Mauro Luis Iasi**

- \* Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutor em Sociologia pela USP e educador do NEP 13 de maio.



## ARTIGO

## Do Congresso da Virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura

Adrianyce A. Silva de Sousa\*

Daniela Neves\*\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é retomar a discussão da chamada vertente teórico-metodológica de *intenção de ruptura* no Serviço Social, que marca o movimento de renovação crítica do Serviço Social brasileiro e determina os contornos do que é o atual projeto ético político da profissão. Sustenta-se a hipótese central de que o projeto ético-político profissional representa, na atualidade, o espraiamento da herança da vertente de *intenção de ruptura*.

**Palavras-chave:** marxismo; projeto profissional; Serviço Social.

**Abstract:** The main purpose of this article is to resume the discussion of the “rupture intent” as a theoretical-methodological trend in Social Work, which marks the critical renewal movement of the Brazilian Social Work and settles the configurations of the current ethical-political professional project. The central hypothesis states that the ethical-political project is nowadays the spreading of the “rupture intent” heritage.

**Keywords:** marxism; professional project; Social Work.

## Introdução

No Serviço Social brasileiro contemporâneo existem variadas concepções teórico-metodológicas que buscam direcionar o trabalho profissional cotidiano e que, assim, vão delineando projetos profissionais diferentes e concomitantes na profissão. Em particular destacamos, para análise nesse artigo, o projeto profissional que tem no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979, o chamado *Congresso da Virada*, o marco para o desenvolvimento da profissão a partir de um processo de politização e mobilização profissional com tendências críticas. Retomamos, dessa forma, a discussão da chamada vertente teórico-metodológica de *intenção de ruptura*, que marca o movimento de renovação crítica do Serviço Social brasileiro e determina os contornos do que é o atual projeto ético político da profissão. A elucidação dessa trajetória é compreendida a partir do aprofundamento da ordem social autocrática no Brasil, e do que denominamos de processualidade da vertente de *intenção de ruptura*. Trataremos, assim, da crescente relação entre Serviço Social e marxismo como marco para a ruptura com o Serviço Social tradicional, e como o projeto ético-político profissional continua a ser, na contemporaneidade, o desenvolvimento, com todas as adversidades, da herança da vertente de *intenção de ruptura*.

### A processualidade da intenção de ruptura

Para pensarmos a processualidade da intenção de ruptura, precisamos situá-la inicialmente condicionada e, posteriormente alargada pelas inflexões da autocracia burguesa. É no desenvolvimento, consolidação e erosão da autocracia burguesa que se explicam, no plano geral, as peculiaridades assumidas pelos rebatimentos do Movimento de Reconceituação no Brasil, como também o que aqui chamamos de processualidade da intenção de ruptura – na medida em que ela manifesta a *intenção* de romper, por meio de uma crítica sistemática, com o Serviço Social tradicional em seus suportes teóricos,

metodológicos e ideológicos – numa conjuntura nacional e profissional extremamente fechada a vetores progressistas e críticos. Tão significativa é esta perspectiva frente ao quadro de modernização conversadora dominante na profissão que Netto chega mesmo a afirmar que, das “tendências renovadoras brasileiras, é a perspectiva da intenção de ruptura a que mais proximidade teve com o espírito crítico da reconceptualização” (Netto, 1998, p. 247, nota 283).

Por isso, entendemos que a construção de Netto (p. 247) sobre intenção de ruptura, apresentando-a em três momentos diferenciáveis, é extremamente pertinente para pensar a sua processualidade. Mais ainda, é esta processualidade que explica o condicionamento sociopolítico que marca a interação tardia entre esta vertente mais crítica do Serviço Social brasileiro com as vertentes contestadoras da reconceituação latino-americana. Para Netto, trata-se de “um movimento interativo invertido” posto que, quando por volta de 1975 se abrem as vias para a absorção<sup>1</sup> pelo Serviço Social brasileiro dos contributos críticos da reconceituação, estes já estão vivenciando a crise de seus suportes sociopolíticos, nos seus países de origem. Basta mencionarmos a derrocada da Unidade Popular Chilena, em setembro de 1973, e a instauração da ditadura na Argentina, em março de 1976. Dessa forma, a intenção de ruptura apresenta os momentos: da sua emersão, da sua consolidação acadêmica e do seu espraiamento sobre a categoria profissional (Netto, p. 261).

No que diz respeito à sua emersão, esta pode ser demarcada entre 1972 e 1975 no trabalho dos profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, os quais formularam o “Método de Belo Horizonte”<sup>2</sup>, conhecido como Método BH. Mesmo constituindo-se como a primeira formulação<sup>3</sup> brasileira da intenção de ruptura – balizada por uma proposta crítica no âmbito teórico-prático do tradicionalismo profissional e de caráter global, apresentando propostas alternativas para o plano teórico-metodológico, da intervenção e da formação –, ela permanecerá marginalizada no país<sup>4</sup> até o final da década de 1970, sendo

seu processo de constituição interrompido com a demissão<sup>5</sup> de seus principais formuladores. Instauram-se assim, as circunstâncias institucionais que impedem a sua continuidade.

A curta durabilidade objetiva dessa experiência não diminui seu ineditismo para o Serviço Social brasileiro, nem o impacto posterior que projetará para a profissão em seu desenvolvimento no marco democrático. Na tríade dos documentos centrais da reflexão do grupo (“A prática como fonte de teoria”; “Uma proposta de reestruturação da formação profissional” e “Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais”) encontra-se o caráter amplo de suas formulações e, mais ainda, a tônica que acompanhará os avanços posteriores da intenção de ruptura. Particularmente, trata-se da sua base teórica e ideopolítica (Netto, 1998) que fundamenta e historiciza a análise do objeto e objetivos profissionais, e, ao fazê-lo, repudia a assepsia ideológica e o transclassismo<sup>6</sup> tão necessário para o tradicionalismo profissional.

Nestes termos, dados os traços de sua formação e o eixo de encaminhamento de suas preocupações, evidencia-se que a sua constituição está fortemente vinculada ao resgate crítico das tendências presentes no pré-1964, bem como das correntes progressistas e de esquerda que fermentaram a cena pública até 1968-69. E toma forma por meio de quadros docentes e profissionais, cuja formação se dera entre as vésperas do golpe e a *fascistização* assinalada pelo AI-5. Para Netto (1998), esta perspectiva da intenção de ruptura expressava geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira próprias da década de 1960.

É este caldo cultural e ideopolítico que possibilita – dado o seu nítido caráter de contraposição política à ordem instituída – que a profissão se depare com as tensões sociais, não apenas no movimento de conformá-las e adequá-las, mas expressando-as internamente e favorecendo, assim, o reconhecimento da dimensão política como parte do *corpus* profissional. Neste sentido, para o entendimento interno da

profissão, todos estes elementos, em especial este último, concorrem para que a perspectiva da *intenção de ruptura* movimente-se por meio de um *caráter de oposição* à autocracia burguesa (Netto, 1998).

Isso fica expresso nos seus referenciais teórico-culturais, que negavam as legitimações autocráticas quer no plano profissional, com objetivos que se chocavam com o perfil do profissional requerido pela *modernização conservadora*, quer no plano político, alicerçando-se em concepções de participação social e cidadania que eram avessas às da institucionalidade da ditadura. Ao mesmo tempo, ao referenciar uma crítica ao processo autocrático burguês, estabelece os meios para realizar uma crítica aos vetores profissionais que se “abstiveram” de fazê-lo. Dessa forma, as suas projeções continham e apontavam para a necessidade de uma crítica tanto à *modernização conservadora* como à *reatualização do conservadorismo*.

É este quadro, acima delineado, que explica o insulamento inicial desta perspectiva no âmbito da universidade. Na medida em que o clima próprio ao período militar-facista tornava inviável o desenvolvimento do projeto da ruptura no âmbito da prática profissional estrita, tanto na área estatal como na privada, reduzia-se o terreno para inovações prático-profissionais de ruptura. Em outra face, colocando-se inicialmente como produto universitário, é este espaço que torna possível o desenvolvimento e a interação intelectual<sup>7</sup> dos assistentes sociais, agora “livres” das demandas imediatas da prática profissional, com outras áreas de saberes.

Assim, são estes elementos que configuram, na processualidade da intenção de ruptura, a sua *consolidação acadêmica*, pois ela vai se dar na medida em que a conjuntura sociopolítica inviabilizava sua operacionalização em outros espaços e na medida em que a universidade, ainda que enquadrada e amordaçada, apresentava-se como um espaço “mais seguro” para o desenvolvimento da intenção de ruptura.

É necessário enfatizar que, neste período, acentua-se a neutralização da educação e amplia-se o esvaziamento a que a universidade

– do ponto de vista da sua retroalimentação social, limitando seus trabalhos aos muros acadêmicos e esvaziando seus sentidos na lógica formal-burocrática – estava submetida. Mais, a universidade foi alvo de intervenção direta no período ditatorial em questão, que redundou em demissões e perseguição de seus quadros.

Neste sentido, não se pode supor facilidades (mesmo que se tenham, por exemplo, desenvolvido pesquisas e elaborações que na profissão apresentavam-se extremamente débeis) para o desenvolvimento da intenção de ruptura nos muros universitários. Antes, devemos falar em maior permeabilidade da universidade, dada a sua estrutura, até em termos de um “marxismo acadêmico” tão afeito às ciências sociais da época e de hoje, que suprimem dessa teoria seus três eixos basilares: a teoria do valor trabalho, a ortodoxia do método e a perspectiva da revolução. A existência deste discurso teórico formalmente de esquerda acabou por cumprir a função de uma apologia indireta, pois, como bem observa Netto, tanto “exercitou-se uma contestação abstrata do regime autocrático burguês quanto, por isso mesmo, ofereceu a este uma possibilidade de legitimação pelo aparente pluralismo que sugeria tolerar” (1998, p. 66).

Dessa forma, ainda que a consolidação acadêmica não passe sem problemas, ao mesmo tempo ela é extremamente importante para dar sustentação às forças profissionais que explodirão com a erosão da ditadura, na media em que é a ela que se debita, explícita ou discretamente, a remissão à tradição marxista.

Este quadro explica aquilo que Netto configurou em dois patamares expressivos desta consolidação acadêmica: um que vai até a abertura dos anos 1980 e se constitui como uma análise crítica das principais propostas de renovação profissional em geral, ou seja, está centrado numa abordagem mais crítico-analítica. E um segundo, que cobre o primeiro terço da década de 1980 e que, balizando-se pelos ganhos desse primeiro momento, avança para elaborações mais crítico-históricas apoiadas nomeadamente nas concepções teórico-metodológicas, colhidas em suas fontes originais.

Assim, criam-se as condições teórico-políticas para se pensar criticamente o Serviço Social, de modo que se constitui uma *maioridade intelectual e teórica da perspectiva de ruptura*. Segundo Netto (1998), são justamente estes dois momentos diferenciáveis – “o da sua emersão, o da sua consolidação acadêmica” – que possibilitam a intenção de ruptura agregar forças para o seu terceiro momento: o do “espraiamento para o conjunto social”. Este se abre por volta de 1982-1983, favorecido pelo clima de transição democrática, dado o seu visível caráter de oposição à ordem instituída, e assinala a inserção das posições vinculadas à intenção de ruptura em todas as instâncias da vida profissional nos debates da categoria, dando o tom da produção intelectual e atingindo as organizações representativas dos assistentes sociais.

### **A ruptura teórica do Serviço Social: a incorporação do marxismo**

As questões tratadas até aqui nos permitem chegar a um ponto extremamente importante para o encaminhamento desse texto, qual seja: o contexto em que se realiza a interação entre o Serviço Social e a tradição marxista – posto que é no bojo da emersão e desenvolvimento da intenção de ruptura que podemos demarcar esta aproximação. Cumpre-nos agora analisar, minimamente, as condições efetivas desse processo, suas determinações e suas problemáticas e diversidades específicas.

O marco inaugural da emersão da intenção de ruptura, o Método BH, o é também para pensar a relação entre Serviço Social e marxismo, bem como aquilo que poderemos considerar como a problemática central dessa interação, qual seja: o viés da tradição marxista a que ela está vinculada. Esta é uma tônica presente no desenvolvimento dessa relação, posteriormente superada quando o recurso ao legado marxiano se efetiva, mas que contém um elemento que se contemporaneiza – o fato de se efetivar por meio de um hiato que se realiza entre a elaboração teórico-metodológica e política e sua instrumentação técnico-operativa.

Este hiato, ainda que idealmente pareça marcar o horizonte profissional, mesmo sob a lente marxista acaba reafirmando uma séria dicotomia entre a teoria e prática, na medida em que desde seus primeiros ímpetus no Serviço Social o marxismo serviu para justificar um forte traço de militantismo, caucionado no que seria a aposta em uma prática transformadora.

Ao mesmo tempo, esta perspectiva marxista só ganha substratos profissionais quando o caldo conservador que a precedeu é posto efetivamente em xeque. Ou seja, é somente quando o conservadorismo é colocado em questão, pela conjuntura histórico-social refletida no interior da profissão, que se criam as condições para que o Serviço Social brasileiro possa pensar-se histórico-criticamente. Este movimento é marcado pela obra de Yamamoto e Carvalho (1982), com posterior desdobramento na literatura profissional, efetivando aquilo que consideramos a real ruptura com o tradicionalismo que se dá no campo teórico, com a incorporação do marxismo.

Santos (2007) nos apresenta interessante categorização para pensarmos as nuances das aproximações sucessivas entre o Serviço Social e o marxismo. O primeiro momento dessa aproximação, chamado pela autora de *apropriação ideológica do marxismo*, é aquele que diz respeito, naquilo que já está consagrado na bibliografia<sup>8</sup>, ao período fortemente marcado pelo peso das necessidades ideopolíticas, com reduzida exigência teórica e, por isso, fortemente instrumental. Ou seja, opera-se pela via da militância política. Neste momento, dado o clima da época, “a instrumentalização” era a forma “para legitimar estratégias e táticas” (Netto, 1998, p. 268), sendo essa a sua consequência mais forte.

Tais elementos, numa mescla paradoxal, estão presentes na experiência de Belo Horizonte. Na medida em que ela encerra efetivamente a primeira interlocução mais sistematizada da intenção de ruptura com o marxismo, ela se faz não referenciando as fontes originais (o pensamento marxiano), e sim uma certa tradição marxista, que à época respondia por uma vulgata de marxismo. O aparente paradoxo reside, para a

intenção de ruptura, na necessidade de sua explicitação política sem a explicitação acerca do padrão societário que se deseja referenciar. Ou seja, é uma elaboração marxista que carece de uma projeção socialista e que, mesmo sem esta projeção, traz para o seio do universo profissional, por meio dos objetivos de transformação social que se propunha, uma legitimidade que só pode ser posta como perspectiva histórica de enquadramento do projeto de profissão e não seu, na linguagem da documentação belo-horizontina, objetivo-meta (a transformação da sociedade).

Nesse momento, como travejamento dessa estrutura teórico-metodológica, recolhe-se da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dá uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre idealismo, materialismo, ciência e ideologia, teoria e prática (Netto, 1998, p. 268).

Assim, o que aqui se verifica é um claro impacto de uma versão reducionista do marxismo. Nesta concepção, a obra de Marx aparece como “uma sociologia científica que desvenda o mecanismo da evolução social a partir da análise da situação econômica”<sup>9</sup> (p. 268). Neste processo, a obra de Marx aparece totalmente destituída de sua relação contraditória e dialética com a filosofia.

Nestes termos, revela-se um corte extremamente positivista que comparece na obra dos teóricos da social-democracia e que, na prática política, acabava por legitimar um evolucionismo sociopolítico sustentado pela noção da inevitabilidade da transição socialista. Mais que isso, evidencia-se uma clara ruptura entre o sujeito e o objeto da prática social, uma interdição do âmbito da práxis e uma aceitação imediata do social como um dado, na medida em que a realidade – inevitavelmente destinada ao socialismo – aparece sem uma legalidade própria e independente da intervenção da prática sócio-humana.

A implicação desta “filtragem” para a profissão é clara: a aproximação não se dá por meio

das fontes marxianas, mas especialmente por divulgadores, como é o caso (em níveis muito diversos) de Althusser e Marta Harnecker. A unilateralidade desta apreensão encontra uma base fértil, num momento profissional em que se tentava efetuar uma ruptura com a neutralidade técnica.

No dizer de Quiroga,

É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com uma herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante historicamente no Serviço Social, o que vai constituir-se num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação, por via de um marxismo positivista, suavizado nos moldes de Althusser e Harnecker. Pode-se, portanto, concluir que a reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora (1991, p. 88).

O segundo momento dessa aproximação é o que Santos (2007) chama de *apropriação epistemológica*, marcado pelas elaborações que passam a recorrer às fontes mais originais. Neste, abrem-se as condições efetivas para fissuras na tônica dominante na profissão. Então, o quadro da transição democrática repõe a política e a história como objetos práticos inelimináveis e possíveis de reflexão e, ao mesmo tempo, a elaboração passa a recorrer às fontes mais originais.

O caráter inaugural desta perspectiva vai se dar na obra de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho em 1982. Aqui, o caráter inaugural, para a profissão, reside na justa compreensão que têm da postura teórico-metodológica marxiana. O eixo central da obra é a recusa a uma leitura interna do Serviço Social – que buscava a sua especificidade no seu objeto, objetivos, procedimentos e técnicas – e que passa a uma abordagem da profissão como instituição própria da ordem social burguesa. Procura, pois,

compreender o significado social do exercício profissional em suas conexões com a produção e a reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira (Yamamoto e Carvalho, 1995).

Esta obra também coloca em debate uma questão central. Não se trata tão somente de efetivar uma abertura consequente para a abordagem histórica da profissão, restringindo-se à análise de sua origem e de sua evolução; ao contrário, ela acaba por constituir-se como uma perspectiva que pensa a profissão em sua totalidade, abrindo a via para o debate crítico acerca do positivismo e do conservadorismo no seio profissional. Ou seja, desobstrui-se o canal para pensar como certas características da profissão vêm se repondo ao longo do desenvolvimento profissional, tanto do ponto de vista da elaboração teórica, como da prática.

Neste sentido, tal obra expressa uma afirmação e aprofundamento da perspectiva da ruptura, mas efetivamente esta só conseguirá se materializar numa hegemonia em processos profissionais posteriores; ao mesmo tempo, os pontos expressivos deste debate vão ser verificados em torno das disputas que articularam o Código de Ética Profissional de 1986 e, na formação profissional, mais precisamente no currículo de 1982<sup>10</sup>.

O debate em torno do código de 1986, na profissão, foi viabilizado objetivamente pela redemocratização da sociedade brasileira e nutriu-se do amadurecimento da intenção de ruptura, acima mencionado. Existe, neste momento, uma visível influência do pensamento gramsciano que favorece, dentro do corpo profissional, tensões com relação à sua opção política, iniciando-se, assim, a possibilidade de construção de um novo *ethos*.

Contudo, do ponto de vista da produção sobre a ética, evidencia-se que a concepção de ética, presente nos códigos anteriores<sup>11</sup>, permanece praticamente inalterada em suas bases de sustentação. No dizer de Barroco, “há uma subordinação imediata da ética à política, da ética à ideologia” (2001, p. 170). Para a autora, ainda que nesse momento não se tivesse produzido

uma literatura sobre a ética, existiam bases teóricas para superar a concepção tradicional; em outras palavras, a ruptura política não foi decodificada numa sistematização mais fundamentada sobre a ética e a moral, o que possibilita equívocos como o entendimento de que a moral é uma resultante direta da produção material, perdendo-se de vista aqui o caráter ontológico dos fundamentos da constituição da reflexão e ação ética-moral. O Código de 1986, expressa, assim, este limite.

Do ponto de vista da formação, só é possível entender suas especificidades se acentuarmos o novo protagonismo da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – Abess<sup>12</sup>, que se faz sentir no início da década de 1970. Esta entidade passou a elaborar e reformular o currículo do curso de Serviço Social, capacitando docentes, estimulando a criação de programas de pós-graduação e incentivando a produção científica, especialmente com a criação do Centro de Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss) como órgão acadêmico de divulgação e incentivo de pesquisas na área. Além disso, o próprio protagonismo do Serviço Social no contexto universitário, o surgimento da pós-graduação com significativo aumento da produção teórica e da busca de alternativas para capacitação continuada para os profissionais em exercício profissional. O avanço do movimento estudantil de Serviço Social como força expressiva de construção do projeto de formação profissional e a participação articulada das entidades representativas da categoria (Abess, CFAS, Crass, Enesso) foram decisivos para o processo de revisão curricular e possibilitaram uma ampliação da compreensão desse projeto de formação, que passou a ser entendido para além da constituição da grade curricular. O debate articula-se mediante as dimensões fundamentais para a constituição de um projeto educacional que tivesse como suposto a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Daí o processo de revisão curricular ter-se efetivado a partir de um amplo debate e mobilização de professores, alunos e profissionais. Estes foram marcados por divergências teóricas e políticas que terão

fortes repercussões na constituição e compreensão profissional acerca da formação nos anos 1980.

Todo o processo, acima sumariado, fica expresso na proposta do currículo mínimo de 1982, mas a centralidade do debate realizado à época vai ser a segmentação da profissão pensada a partir da sua história, da sua teoria e do seu método. Ao mesmo tempo, este período também é vincado por uma série de questionamentos com relação ao caráter formalista e instrumentalizador da formação profissional, por uma tentativa de superação<sup>13</sup> da proposta de formação profissional encetada no currículo de 1970, de caráter extremamente cientificista dentro dos moldes desenvolvimentistas, e que tinha como preocupação central aperfeiçoar e criar instrumentos para o Serviço Social.

Contudo, os setores que tinham interlocução com o marxismo, neste período, acabaram por apropriar-se dele como um “modelo”, de modo que a profissão foi, predominantemente, pensada a partir de seus componentes constitutivos “em si”. Assim, apesar dos avanços consolidados na profissão, a revisão curricular de 1982 não conseguiu superar totalmente o tradicionalismo pragmático. Isto levou a um distanciamento profissional da realidade social em que estava inserido, pois, sem uma real apreensão das problemáticas que permeavam o Serviço Social, desconstruiu-se, na mesma medida, a possibilidade de um fazer profissional capaz de mediar as categorias de análise e os objetos da prática, no cotidiano do exercício profissional (Cf. Abess, 1997).

Neste sentido é que a forte marca desse processo vai ser uma discussão em torno da “metodologia”. Esta aparece nas diversas posições expressivamente postuladas no *Caderno Abess n. 03*. Um setor apoiava a ideia de um *estatuto teórico-metodológico próprio ao Serviço Social*. Este argumento era sustentado no entendimento de que, na prática profissional, o assistente social elaborava materiais teóricos que dela decorrem, mas ao mesmo tempo a subsidiavam. Outra posição defendia o Serviço Social como equivalência de uma práxis política, cuja

função na divisão social do trabalho seria a realização de um trabalho político para o qual os serviços sociais eram o meio. Verifica-se assim que, nestas duas posturas, incorrem-se em equívocos, tanto do entendimento da especificidade da teoria e da prática, bem como se situa, de forma equivocada, a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho.

Para Santos (2007), a superação deste segundo momento vai se dar no que a autora denominou de “apropriação ontológica da vertente crítico-dialética”. Esta apropriação muito recente no debate profissional, datando da década de 1990 e que pode ser, segundo a autora, constatada em pelo menos três debates centrais: a formulação do Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e a Revisão Curricular de 1996. Do ponto de vista da relação com o marxismo, vai animar aquilo que, em 1989, Netto já pontuava em seus estudos sobre o Serviço Social brasileiro e o marxismo, acerca da fecundidade dessa relação. Segundo ele, a relação Serviço Social e marxismo contribuiu para:

- a ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, e da assistência;
- o desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social;
- o reconhecimento da necessidade de explicitar, com máxima clareza, as determinações sociopolíticas das práticas profissionais;
- a ênfase na análise histórico-crítica da evolução do Serviço Social no país (1989, p.90).

Assim, é neste momento que se colocam as bases para a compreensão das questões genéticas para a ruptura com o conservadorismo, pois se extrapola a endogenia da década de 1980, permitindo que se situe a sociedade como o

centro do debate profissional. Captam-se as mediações que estavam, em grande parte, ausentes no momento anterior e que passam a ser sistematizadas nos valores, princípios e direção política que balizam o projeto ético-político profissional.

### **O projeto ético-político: a dimensão de espraiamento e amadurecimento da intenção de ruptura**

Os elementos acima mencionados apresentam-nos, porém, uma questão. Ao considerarmos que existe no Serviço Social brasileiro um acúmulo teórico e político crítico e compromissos hegemônicos com um projeto profissional, que visa romper com o conservadorismo e aponta para uma articulação do projeto profissional com um projeto societário (Cf. Netto, 2006) voltado à emancipação humana, não podemos afirmar, contudo, que o corpo heterogêneo de profissionais que formam a nossa categoria tenha completa adesão a este projeto. Contraditoriamente, esta diversidade profissional, o aprimoramento da formação e o acirramento das contradições da vida social, proporcionam, por meio do projeto ético-político profissional<sup>14</sup>, que a dimensão do *espraiamento da intenção de ruptura* se desenvolva.

É inegável que o projeto ético-político faz parte do discurso e das atuações dos profissionais de Serviço Social. Entretanto, conhecer e problematizar como os profissionais vêm se utilizando do arcabouço teórico e político do marxismo e das referências deste, tecidas no projeto ético-político para mediar a sua prática profissional, constitui-se para nós um grande desafio no combate ao Serviço Social tradicional e ao conservadorismo na profissão. E ainda, como são possíveis intervenções profissionais que, mesmo balizando-se por esse projeto profissional, distanciam-se de uma denominada *prática transformadora*, uma vez que entendemos que esta é uma possibilidade que se situa para além da relação do exercício profissional do assistente social com o marxismo.

No dizer de Yamamoto,

(...) é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional, traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (1998, p. 75).

Assumir esta postura levou o Serviço Social na década de 1990 a consolidar uma orientação ética expressa no Código de Ética Profissional de 1993 e uma formulação política que se destaca na atuação do conjunto dos profissionais, em especial, nas entidades representativas, especialmente o conjunto Cfess/Cress.

Dessa forma, uma das condições de um exercício profissional mais crítico é buscar captar os reais interesses dos sujeitos atendidos e, com base no projeto ético-político, contribuir com o acesso a melhorias para as condições de vida, satisfazer necessidades e colaborar com a organização política desses indivíduos. Surge assim, no horizonte da prática profissional, a questão da *transformação social* e da luta efetiva de classes. Estas possibilitam ao Serviço Social se imbuir de um grande aparato teórico, ético e político na medida em que a profissão avança no debate sobre a sociedade, as relações de classe e os projetos políticos em disputa.

Considerando essas perspectivas políticas e éticas, podemos elencar uma série de princípios que estão presentes nas diretrizes que orientam a prática profissional como também na dimensão política que deriva da captação do pensamento marxiano e marxista. Este pensamento não como um modelo de intervenção do profissional na realidade, mas um referencial que possibilita que o sujeito profissional possa, nas suas condições objetivas, dar respostas profissionais qualificadas. Assim, torna-se central para a atuação profissional, a *liberdade como um valor ético central*, que aponta e sintetiza a necessária

relação entre projeto profissional e projeto societário, uma vez que é por meio da liberdade que nos colocamos a devida compreensão de tudo o que a ordem burguesa limita, no sentido da plena realização do gênero humano e, necessariamente, remete para, além da profissão, a superação desta forma de sociabilidade.

Por outro lado, ainda que a expressão do projeto ético-político seja a constituição da devida mediação entre o compromisso assumido pela profissão e a sua decodificação, no sentido de diretrizes e elementos balizadores para a ação, paradoxalmente este panorama vem corroborando uma perspectiva cada vez mais difundida no meio profissional que é construída da seguinte forma: o trabalho profissional aparece como uma forma efetiva de luta para a transformação das relações sociais impostas pela ordem burguesa.

Não queremos afirmar que perdura, de modo dogmático, a perspectiva “messiânica”, nem muito menos o militantismo, assim denominados por Iamamoto e Carvalho (1995), do “fazer” profissional. Mas demarca que a possibilidade de transformação das relações da sociedade, quando é posto prioritariamente como uma mediação fundamental da prática profissional, menospreza ou desconhece as particularidades constantes no cotidiano do exercício profissional do Serviço Social.

Assim, o que, por sua vez, são considerados desafios postos na materialização dos princípios éticos e políticos na cotidianidade da prática, são em sua essência preceitos que podem vir a nortear o horizonte da ação profissional sem, contudo, ser uma estratégia com tal efetividade de alteração no padrão societário em vigência, ou seja, a sociedade capitalista.

Nestes termos, entendemos que o que o projeto ético político instaura, em verdade, é um campo de possibilidades para ação profissional que tem, a nosso ver, como universo privilegiado o campo da política e da teoria. A prática profissional, quando imbuída claramente destas suas dimensões consegue movimentar-se e dinamizar-se, ainda que dentro do limite determinado da estrutura da sociedade burguesa.

É na luta aberta no campo da política, com a organização da categoria comprometida e consciente, e no embate teórico contra os ideólogos burgueses, que se amplia o nosso leque de possibilidades na arena dos processos de luta social. Segundo Chico de Oliveira, em prefácio escrito ao livro de Behring,

O Serviço Social há muito foi retirado do registro assistencialista pelos seus estudiosos e militantes, que o colocaram, acertadamente, no terreno da política. Aliás, esse foi um movimento teórico-prático da maior importância: os que ainda são chamados assistentes sociais constituem-se numa das categorias mais combativas e, por isso, criativas, na política brasileira do último quartel de século (2003, p. 15).

Esta afirmação alicerça o nosso argumento em defesa da “vocação” desse Serviço Social brasileiro *renovado* no campo aberto da luta política.

No nosso entendimento, essa afirmativa não justifica que se ofusque ou minimize a importância dos estudos e pesquisas sobre a prática profissional dos assistentes sociais nos mais diversificados espaços ocupacionais, e nas mais variadas modalidades de inserção e contratação desse trabalhador. Ao contrário, tal compreensão aponta a necessidade de mais análises e reflexões sobre o Serviço Social e seu exercício profissional, para consolidarmos cada vez mais o processo de renovação e romper com práticas mistificadas e mistificadoras.

Assim, trata-se mesmo de demarcar o espaço de luta real da forma de organização social que é própria às profissões, e em particular do Serviço Social brasileiro. Ao construir, cada vez mais, mediações que particularizam a ação profissional, busca-se apontar possibilidades verdadeiramente efetivas de contribuição na luta de classes na sociedade burguesa moderna.

Assim como Netto, em sua análise prospectiva, entendemos que a questão fundamental que se põe na ordem do dia fomentando a

polêmica no interior do corpo profissional é: “manter, consolidar e aprofundar a atual direção social estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la. Esta polêmica revela claramente a luta político-ideológica no campo do Serviço Social” (1996, p.125).

Esta polêmica proposta estará perpassada, diferentemente do que ocorreu com a profissão no seu passado recente, necessariamente, pelas demandas postas pelo mercado de trabalho e as respostas progressistas elaboradas pela categoria. Nesta última, ou seja, nas respostas dadas pela profissão às necessidades sociais oriundas do capital e do trabalho, as diversas vertentes teórico-profissionais protagonizam um confronto ideopolítico, que na formulação de Netto sinalizam para as seguintes linhas de desenvolvimento:

1. Manter a continuidade da vertente que se iniciou com a ‘intenção de ruptura’ com influência da tradição marxista e no marco da direção social estratégica explicitada na abertura dos anos noventa (...);
2. registrar-se-á um novo alento de uma vertente de *cariz tecnocrático*, herdeira daquela que foi a ‘perspectiva modernizadora’ dos anos 1960 e 1970a, mas renovada pela ofensiva neoliberal e reciclada por outras teorias sistêmico-organizacionais (...);
3. ter-se-á a persistência (...) da vertente do *conservadorismo tradicional*, que recorreu nos anos 1970 e 1980, à fenomenologia;
4. verificar-se-á o desenvolvimento de uma *vertente neoconservadora*, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna, afinada com as tendências da nova moda das chamadas ciências sociais e tendo seu gume crítico apontado para a revisão dos substratos das conquistas anticonservadoras dos anos 1980; muito provavelmente, essa vertente promoverá, por um lado, uma reentronização das práticas tradicionais, oferecendo-lhes um discurso legitimado de natureza ‘cultural’ e, por outro, estimulará,

respaldando o apelo à ‘sociedade civil’ e à ‘cidadania’, ações focais no marco de petições ‘solidárias’ e de ‘parcerias’ em todos os níveis; 5. assistir-se-á a um florescimento de *vertentes aparentemente radicais*, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa, fundadas seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica (...), seja na repulsa anarcoide ao universalismo da modernidade (...), seja no irracionalismo aberto (...), seja no relativismo mais primário (1996, p. 126-127).

Compreendemos, assim, que a particularidade da institucionalização e legitimação do Serviço Social está vinculada à sua ação profissional no atendimento das demandas sociais, sejam elas oriundas do Estado, das classes dominantes ou trabalhadoras. Dessa forma, sua dimensão técnico-operativa (Iamamoto, 1998) vem se hipertrofiando, visto as finalidades cada vez mais instrumentais dos serviços sociais e das políticas sociais na reestruturação capitalista. Neste sentido, se o horizonte profissional for se reduzindo ao atendimento imediato das demandas, estará mobilizado um suporte teórico bastante elementar, que permite apenas a elaboração de respostas restritas ao empírico, marcadas pela imediaticidade e pela cotidianidade. Esse campo de imediaticidade cotidiana em que se movem as ações do Serviço Social “constitui um foco aberto para o distanciamento de reflexões postas pelos paradigmas totalizantes, e também para a aproximação com o empirismo e fragmentação entre teoria e prática, de acordo com as tendências da pós-modernidade” (Simionato, 1999, p. 88).

Ainda, se associarmos a essa carência contemporânea de possibilidades de reflexões e respostas profissionais críticas, os significados próprios do Serviço Social (reprodução das relações sociais, controle e disciplinamento da força de trabalho e manutenção das condições de vida e trabalho desta classe trabalhadora na ordem capitalista contemporânea – Yamamoto e Carvalho, 1995), é possível afirmar que há

na atualidade, no Serviço Social brasileiro, um contexto profissional marcado pela tensão entre aquilo que ele é, e aquilo que os sujeitos profissionais buscam imprimir no seu trabalho, por meio da orientação do projeto ético-político.

Desta forma, a manutenção, a consolidação e o aprofundamento da renovação do Serviço Social, alicerçado na vertente teórica e metodológica marxista, requerem a estratégia da ação dos sujeitos profissionais no campo aberto da luta política dessa sociedade. Assim, os assistentes sociais organizados, seja no conjunto Cfess/Cfess, na Abepss, nas suas organizações sindicais ou nos movimentos sociais ultrapassam o universo da luta cotidiana circunscrita ao espaço ocupacional e fortalecem os vínculos do projeto ético-político da profissão a um projeto societário com vista à emancipação humana.

### Referências bibliográficas

- ABESS. *Formação profissional: trajetórias e desafios*. Cadernos Abess, n. 07, São Paulo: Cortez, 1997.
- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANDER-EGG, E. e KRUSE, H. *Del paternalismo a la conciencia de cambio*. Montevideo: Guillaumet, 1970.
- BEHRING, E. R. *O Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*. S. Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. & CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 10ª ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1995.
- LUKÁCS, G. *História y conciencia de classe*. 2ª ed. México: Grijalbo, 1969.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social, in: MOTA, A. E. et al.

(orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez/Opas/OMS/Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, in: *Serviço Social & Sociedade* n. 50, ano XVII, abril. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista, in: *Serviço Social & Sociedade*, n. 30, ano X, maio, São Paulo: Cortez, 1989.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, J. S. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro, Coleção *Questões da nossa época*, n. 132. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA e SILVA, M. O. da. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade, in: *Capacitação em Serviço Social*. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, Cead – UNB, 1999, p. 78-90.

## Notas

- <sup>1</sup> Aqui já se verifica o acesso aos materiais divulgados pelas editoras portenhas Eco e Humanitas, com textos de Ander-Egg, Kruse, Kisnerman e Boris Lima. E é de dezembro de 1976 o surgimento da revista *Acción Crítica*, do Celats.
- <sup>2</sup> Para maior aprofundamento acerca do caldo cultural que viabiliza que Belo Horizonte constitua-se num espaço social adequado à expressão desse projeto de intenção de ruptura, ver Netto, 1998.
- <sup>3</sup> Essa experiência, que se realizou nos anos mais obscuros da ditadura – o estágio do

militar-fascismo – desmistifica a ideia de que nesse período era impossível qualquer resistência, por menor que ela fosse. Nestes termos, a elaboração do método BH é a prova cabal que faz cair por terra este mito.

- <sup>4</sup> Interessa sinalizar, como bem observado por Netto (1998), que este insulamento era localizado nas fronteiras nacionais. No contexto da América Latina, essa perspectiva foi alvo de intenso debate junto às vanguardas contestadoras da profissão. Como exemplo disso basta mencionar a sua difusão já no Seminário Latinoamericano para Profesionales en Trabajo Social, realizado em Ambato, Equador, em julho de 1971. Este fenômeno se explica facilmente pelo quadro sociocultural que marca os anos da sua emersão, e que já sinalizamos.
- <sup>5</sup> Não existe uma documentação que aborde claramente o contexto dessa crise. À época, os professores e a coordenação encaminham uma carta aberta que, segundo Netto (1998), pouco esclarece seu processo. Contudo, pensamos que dada à intervenção ditatorial junto aos quadros universitários nesse período, se isto não esclarece, pelo menos contextualiza a realidade vivenciada na universidade em geral e em Belo Horizonte em especial.
- <sup>6</sup> É claro, como bem analisa Netto (1998), que estes elementos não passam sem problemas – tanto que este autor procede a uma crítica dos problemas de maior gravitação. Contudo, estes não diminuem a significância inaugural (leia-se da demarcação política) desse processo para o Serviço Social brasileiro.
- <sup>7</sup> Netto ressalta ainda que é este movimento que permite às tendências vinculadas à intenção de ruptura, tanto uma interlocução nova entre assistentes sociais e profissionais das ciências sociais e humanas, como uma relação prático-operativa inovadora com os usuários de seus serviços (Netto, 1998, p. 251, nota 287).
- <sup>8</sup> Conferir Iamamoto (1995a), Netto (1998) e Silva e Silva (2002).

- <sup>9</sup> Isto evidencia a importância de *História e Consciência de Classe*. Nesta obra, Lukács estabelece um claro confronto com as concepções teóricas da II Internacional e o faz sob uma argumentação que resguarda com fidelidade a especificidade da teoria marxiana, qual seja: não se trata da dominância dos motivos econômicos na explicação histórico-social, mas do princípio metodológico de considerar a totalidade. Por isso, nesta mesma obra, sua brilhante formulação de que em matéria de marxismo, “a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (Lukács, 1969, p. 64).
- <sup>10</sup> O marco para a gênese desses debates pode ser verificado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979. Neste evento, a profissão publiciza a sua ruptura com a prática conservadora e volta-se à articulação com os setores populares; criam-se também os mecanismos de articulação nacional da entidade. Pouco antes, em 1978, surgira a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), que passou a articular as entidades de base em nível regional no sentido de construir um sindicalismo autêntico de luta, fora dos moldes vigentes, sem vínculos com o Estado. Em 1983, foi abolida a Ceneas para a criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), em uma conjuntura importante para a classe trabalhadora, com a fundação da CUT. Em 1994, a Anas é extinta e a maioria da categoria deliberou que se filiaria à CUT; grosso modo, o argumento que sustentou esta filiação baseava-se no entendimento de que existia apenas uma classe trabalhadora e que os trabalhadores deviam organizar-se conforme o ramo de atividade em que estão inseridos, abdicando de um sindicato corporativo. Essa opção foi uma tentativa de ampliar o movimento e de fortalecer a luta dos trabalhadores, entendendo que a configuração por categoria maximizava o corporativismo. Uma análise detalhada deste processo pode ser obtida em Abramides e Cabral (1995).
- <sup>11</sup> O primeiro Código de Ética da profissão foi formulado em 1947 e encontrava-se impregnado de valores cristãos. Os Códigos de 1965 e de 1975 também mantêm essa direção mas, segundo Barroco (2001), já apontam alguns elementos diferenciados. Os códigos de ética profissional encontram-se reunidos numa coletânea de 2003 organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (Gepe) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.
- <sup>12</sup> As discussões acerca da formação profissional vão verificar-se já em 1975 quando a Abess promove uma ampla discussão na XIX Convenção Nacional da entidade. Esta discussão é aprofundada em 1977, na XX Convenção Nacional que deliberou sobre a elaboração de uma proposta para o novo currículo. Esta proposta foi aprovada em 1979, na XXI Convenção Nacional, em Natal, tendo ainda sido tema central na XXII Convenção realizada em 1982, cujo tema era “A formação profissional do Assistente Social no Brasil”. No movimento estudantil, a discussão acerca da formação profissional se deu nos Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), sendo a reforma curricular de 1982 tema central, especificamente no I e no II Eness.
- <sup>13</sup> As gestões da Abess (desde 1998, Abeps de 1981-1983 e 1983-1985) demarcaram claramente a preocupação da entidade com a questão da formação profissional. Sob estas gestões realizou-se uma pesquisa, iniciada em 1982, sobre “A formação profissional do Assistente Social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas”. A XXIV Convenção de Abess também explicita claramente o processo de redefinição da entidade, que passa a ampliar a discussão da formação profissional tanto para as unidades de ensino como para a própria categoria.
- <sup>14</sup> A partir da conhecida análise de Netto: “o projeto ético-político nutriu-se do ascenso do movimento popular e dos trabalhadores

dos anos 80, em especial a luta por demandas democráticas e populares a partir da ‘abertura’ da ditadura. A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo de derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a construção de um novo projeto profissional” (2006, p. 149).

**Adrianyce A. Silva de Sousa**

\* Assistente Social, professora do Departamento de Serviço Social da UnB, doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (Nutss).

**Daniela Neves**

\*\* Assistente Social, professora do Departamento de Serviço Social da UnB, doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (Nutss).

**ARTIGO**

## **A estratégia de construção de um projeto coletivo para a categoria dos assistentes sociais**

**Regina Marconi Franco<sup>1</sup>**

*Depoimento*

O processo de organização da categoria dos assistentes sociais, desencadeado ao final dos anos 1970, integrou um movimento contínuo de luta contra a ditadura que transpassava a sociedade brasileira, quando se fizeram necessários a reconstrução de contatos e relações interrompidas pelo regime militar, a retomada por diferentes setores das propostas e práticas democráticas e a compreensão imperiosa do significado daqueles tempos.

Naquela época a estrutura organizativa da categoria estava calcada basicamente nos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (Cras), hoje Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress) tendo o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), como órgão normativo e regulador. Em todo o território nacional os sindicatos de assistentes sociais eram apenas cinco, dentre eles o do Rio de Janeiro (o primeiro a se estruturar no Brasil), Minas Gerais, Porto Alegre, Ceará, que não possuíam representatividade. Inúmeros estados contavam com Associações Profissionais de Assistentes Sociais (Apas), associações pré-sindicais previstas pela legislação como etapa necessária para a formação de um sindicato, mas que, no entanto, não atuavam nessa perspectiva.

A ditadura havia atingido profundamente as instituições de representação dos trabalhadores em geral e se, no âmbito do Serviço Social, essa organização não havia se constituído como força política significativa, ainda assim, ser sindicalista era motivo de observação atenta por parte dos órgãos de repressão o que provocava apreensão quanto às possíveis consequências da participação dos profissionais no seu sindicato de categoria.

Desse modo, ao atingirmos o final da década de 1970, a organização da categoria era constituída por uma grande estrutura vinculada ao CFAS com direções conservadoras e uma insipiente participação sindical. Havia ainda a Abess que, mesmo não sendo representativa de toda categoria, possuía uma influência significativa na medida em que regulava o ensino e, conseqüentemente, a formação dos novos profissionais.

Os setores de oposição à diretoria do Cras (hoje Cress) – 7ª região começaram a se articular no Rio de Janeiro a partir de 1975 por ocasião das eleições quando a chapa de oposição eleita por ampla maioria, viu sua posse ser impedida pelo CFAS. A ata de apuração assinada por todos os mesários não coincidia com os votos levados à recontagem e que estavam sob guarda da diretoria do Cras derrotada nas eleições. O organismo nacional responsável pela fiscalização da postura ética no Serviço Social (CFAS), conivente com a manipulação do resultado das eleições, determinou a intervenção no Conselho Regional. Indignados, profissionais que faziam parte da resistência à ditadura e que haviam apoiado a chapa de oposição que – embora mesclada por diferentes matizes, dos liberais às organizações banidas pelo regime, propunha relações mais democráticas – viram-se de frente com os setores mais conservadores da categoria.

Estava posto, portanto, que as organizações de representação dos assistentes sociais, careciam de uma mudança radical. Os que viriam a assumir o Sindicato do Rio de Janeiro no início da década seguinte, passaram a se reunir sistematicamente para discutir as questões de organização e representação profissional que, a seu ver, não poderia continuar nas mãos dos que, durante anos, haviam aderido à ditadura e que, valendo-se do regime autoritário e repressor vigente, impunham sua vontade e interesses em detrimento aos do conjunto dos assistentes sociais da 7ª região.

Em 1978, esse grupo que, já havia amadurecido a discussão política e, acompanhando as possibilidades de organização presentes na sociedade brasileira naquele momento, reconheceu que a participação política da categoria no Rio deveria ser exercida através do Saserj. No entanto, por não se ter acesso ao colégio eleitoral do Sindicato, pois a relação de sindicalizados não era divulgada por sua diretoria, decidiu concorrer primeiro ao Cress cuja campanha se dirigia a todos os profissionais de Serviço Social. Com essa estratégia haveria a oportunidade de se divulgar, para toda a categoria, uma

plataforma comprometida com as liberdades democráticas, com a democratização das instituições e com as condições de trabalho e vida dos assistentes sociais e dos trabalhadores em geral.

Construiu-se nessa perspectiva a chapa *Compromisso* com uma proposta clara de oposição à direção do Cras e ao regime ditatorial que não tinha a pretensão de ganhar as eleições, mas iniciar um processo de discussão, de politização e, sobretudo, de apresentação do grupo que, composto em sua grande maioria por jovens profissionais, ainda era desconhecido da categoria. Foram inscritas três chapas, os votos se dividiram entre elas, e a chapa *Compromisso* ficou a sete votos de ser eleita. A legitimação da chapa por um terço da categoria demonstrou que havia receptividade ao programa proposto. Com ânimo renovado o grupo recebeu novos participantes e manteve a plataforma de luta que o levaria, posteriormente, ao Sindicato.

Como o foco a partir daí passou a ser o Saserj, o grupo buscou a sindicalização de seus membros e iniciou uma necessária campanha de sindicalização. Em uma das raras assembleias, constatou-se a necessidade de se aprofundar as questões que envolviam as condições de trabalho dos assistentes sociais e formou-se a Comissão Permanente de Estudos dos Assistentes Sociais (Cepeas), composta em sua totalidade por membros oriundos do movimento que havia constituído a chapa *Compromisso*. O grupo, então, institucionalizava-se.

Foi a Cepeas que encaminhou todo o processo da organização da categoria no Rio de Janeiro no período seguinte. A comissão – com reuniões semanais abertas a todos, sindicalizados ou não, tornou-se referência do sindicato – representação legítima dos profissionais no estado e, ao mesmo tempo, base da oposição à sua direção, continuava a não ter acesso a relação de sindicalizados. Estávamos no ano de 1979, quando a diretoria do Saserj adiou as eleições, que deveriam ser realizadas ao final do ano e proibiu as reuniões à noite, o que inviabilizava a participação de grande parte dos assistentes sociais. No entanto, como o movimento se

tornava forte a cada dia, a cada luta, não faltou o apoio de outros sindicatos que já haviam galgado a mudança de suas diretorias com plataformas democráticas e que se colocavam no campo de oposição ao regime vigente. Os sindicatos dos médicos, jornalistas, engenheiros, arquitetos, químicos, foram nossos preciosos parceiros e disponibilizaram seus espaços para os encontros da comissão. Em suas salas de reunião e auditórios a Cepeas tornou-se nômade e com ela a categoria que comparecia cada vez mais e em maior número. O sindicato permaneceu, neste período, inoperante e vazio.

Em agosto desse mesmo ano de 1979, aconteceu o grande desencadeador nacional do processo que vinha sendo gestado no Rio e nos demais rincões deste país à fora: o seminário nacional do Centro Latinoamericano de Trabalho Social (Celats), em Santa Teresa, no Colégio Assunção, reunindo assistentes sociais que desenvolveram projetos apoiados por este centro em diferentes estados. O seminário concluiu que a mudança dos rumos do Serviço Social no Brasil dependia da construção de uma organização nacional, sustentada pela participação efetiva da base e de uma alteração no currículo do ensino profissional para a formação de um novo perfil capaz de apropriar-se de instrumentos de análise e de formular intervenções adequadas a uma nova postura. Ali, estava presente parte dos assistentes sociais que viriam a ser lideranças nacionais nos anos seguintes.

Na sequência, o Celats apoiou o III Encontro de Entidades Sindicais realizado em São Paulo às vésperas do III CBAS, como havia feito nos dois encontros anteriores. À época não tínhamos a dimensão “do pavio que estávamos acendendo” bem como das profundas mudanças que iriam ocorrer nos meses seguintes com nossas intervenções no encontro da Abess e no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

A direção do Saserj ignorou o convite para a participação no III Encontro de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais. Membros da Cepeas se apresentaram à plenária do encontro, em São Paulo, e solicitaram seus credenciamentos que foram aceitos. Assim, antes de assumir

a representação formal do sindicato a Cepeas assume a representação do Rio de Janeiro na organização nacional da categoria.

O III encontro, trazendo à tona as discussões do seminário do Celats, realimentado pelos debates ocorridos no referido encontro, realizado pela Abess, discutia necessidade da organização nacional com a efetiva participação da base dos profissionais e deliberou pela rejeição à Federação Nacional dos Assistentes Sociais já em processo de formação, através das direções sindicais dos cinco sindicatos existentes, sem consulta e discussão prévia à categoria. Ali também se fundou a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), com coordenações regionais, a qual se tornou a representante nacional da categoria e que, ao final do congresso, foi legitimada como liderança do processo que conduziria a organização política da categoria, durante toda a década seguinte.

Este segmento destemido de assistentes sociais, a partir daí organizados sindical e nacionalmente, ao expressar com clareza suas propostas de oposição ao regime e de compromisso com a classe trabalhadora na qual se sabiam inseridos, participou ativamente do III CBAS e multiplicados pelos demais participantes, mudaram os rumos do congresso, cunhando uma nova história para o Serviço Social no Brasil.

Por ser um evento nacional, o III CBAS propiciou o encontro de forças e representações originadas em espaços e momentos diversos e criou a possibilidade de se apontar objetivos e estabelecer estratégias capazes de atingir todos os profissionais de Serviço Social do país. Tal possibilidade, aproveitada plenamente, permitiu que uma nova voz, uma nova perspectiva da profissão, contando com uma estrutura básica de organização legitimada por ampla maioria, ganhasse visibilidade. Em 1979, as mudanças que se anunciaram profundas na sociedade atravessaram o interior da categoria dos assistentes sociais e a liberdade de expressão reconquistada passou a ser exercitada sem medo, porque cada vez mais coletiva.

Foram apenas cinco dias de realização do congresso que marcaram o Serviço Social no Brasil nas décadas seguintes. A partir de São Paulo, local de realização do III CBAS, e em apenas alguns dias, assistentes sociais de todo o país aderiram às decisões, à atmosfera que envolveu aquele evento, contagiados pelos relatos dos participantes que retornaram a seus estados. Como já tive oportunidade de dizer na publicação do Cfess por ocasião da comemoração dos 30 anos do *Congresso da Virada*:

Foi com a voz embargada pela emoção, alegria e esperança que os Assistentes Sociais passaram a construir em todos os rincões deste país seu novo momento, com novos atores, com novas práticas, com novas ferramentas teóricas para a compreensão da sociedade e do Serviço Social. Trinta anos depois, pode parecer piegas se falar de tantos sentimentos, mas não foram poucos os momentos das emoções fortes. Construam-se novos rumos para o país e cada um de nós tinha a responsabilidade por uma parcela dessa construção. A cada um, a cada segmento, era dada a tarefa de se tornar parceiro para por fim ao longo período da ditadura e de iniciar, de forma plena, o período de redemocratização do Brasil. Tínhamos nas mãos a tarefa compartilhada de toda uma geração, tínhamos um compromisso com o futuro. O trabalho que se seguiu foi coletivo, nacional. Tornamo-nos companheiros na desconstrução e na construção de conceitos, práticas, currículo mínimo, currículos plenos, do nosso código de ética, das normas institucionais, de nossas inserções nos sindicatos, do nosso entendimento do papel dos Conselhos Federal e Regionais, dos destinos desse nosso país. Criamos laços, tivemos divergências. Formamos sindicatos da categoria onde não existiam, reabrimos os que haviam sido fechados pela inanição imposta pela ditadura, nos organizamos nacionalmente de norte a sul com a participação

efetiva de cada assistente social que aderiu ao movimento. Criamos a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), que foi ponta de lança e esteio deste e de muitos outros movimentos. Participamos da criação da CUT confrontando a legislação autoritária e nos lançamos na discussão da reforma partidária. Rompemos as barreiras burocráticas e clientelistas que imperavam nas instituições. Criamos condições de divulgação da nova produção teórica do Serviço Social e dela nos beneficiamos.<sup>1</sup>

Antes de assumir a representação formal do Sindicato, a Cepeas assume a representação do Rio na organização nacional da categoria e ao final do ano de 1980, quando assumiu o Sindicato, se manteve atuante, dando a direção política da entidade e construindo a experiência de romper por dentro a estrutura sindical vigente.

Os setores de oposição à ditadura, nesta época, realizaram diferentes e concomitantes atividades, dada a premência de se recuperar o tempo perdido e, simultaneamente, não dar trégua ao regime. O isolamento da ditadura aprofundava-se à medida que cresciam os movimentos populares, discutia-se a reformulação partidária, revitalizava-se o movimento sindical e a cultura rompia o longo silêncio imposto pela censura. A resistência dos setores conservadores era, também, forte e atuante. A disputa pelos espaços, pelas ideias, pelas práticas era diuturna. No seio da categoria esses embates também foram realizados cotidianamente com os setores conservadores que ocupavam a direção das instituições e das entidades de representação.

À medida que o trabalho e a representação da Cepeas avançaram, cresceram também os embates internos na luta pela hegemonia da direção do processo. A própria sigla Cepeas adveio da necessidade de se desfazer uma confusão provocada por um grupo dissidente que, composto por assistentes sociais vinculados às tendências mais tradicionais da esquerda, discordavam da adesão da maioria dos componentes da comissão às novas posturas sindicais em

construção ao final dos anos 1970 (novo sindicalismo, cujas greves no ABC foram a sua maior expressão)<sup>2</sup>. Esse grupo, retirando-se do processo, formou um Centro de Estudos. Como essa denominação era muito próxima à que usávamos – Comissão de Estudos – e como parte da categoria passou a confundir um grupo com outro, a utilização da sigla Cepeas foi uma estratégia que se mostrou apropriada para se diferenciar os dois grupos.

A resistência dos setores de oposição à ditadura que, a cada dia, eram ampliados constituiu-se em tarefa cotidiana de luta em direção à democracia. Palmo a palmo analisava-se a correlação de forças e se apontava para a ocupação de novos espaços como ação fundamental. Os assistentes sociais como profissionais e cidadãos participaram, portanto, do processo de resistência democrática que abarcou toda a sociedade. É importante ressaltar, mais uma vez, que a categoria, naquele momento, como em todos os outros, possuía divergências internas, algumas profundas, e que alguns setores se mantiveram no apoio ao regime imposto com práticas autoritárias. Outros, em crescimento progressivo, à medida que o processo de resistência avançava, denunciavam os desmandos da ditadura e exercitavam novas práticas de participação apontando para a construção de uma sociedade democrática.

O processo vivenciado pelo Serviço Social a partir do III CBAS englobou, além das lutas gerais pela restauração das liberdades democráticas, toda a reestruturação da profissão seja a partir das entidades de representação, da revisão dos parâmetros a serem utilizados na formação dos profissionais, da necessária capacitação docente, do exercício da pesquisa e sistematização do conhecimento produzido e do empenho na viabilização de sua publicação e veiculação por todo o território nacional. Foram essas ações conjugadas que fizeram avançar o conjunto.

A formação teórica que se tornou cada vez mais consistente possibilitou a indicação mais precisa dos avanços necessários, tanto na estruturação das lutas, como na discussão da prática profissional. Houve recuos necessários no

embate com a ditadura, mas os avanços foram mais significativos, possibilitando conquistas que impulsionaram a luta e ampliaram os locais da contenda e favoreceram a ocupação democrática nos espaços de entidades representativas onde imperava a submissão aos ditames da ditadura. Esses espaços e a própria legislação profissional foram transformados e tornaram-se bases iniciais sólidas da construção de um novo projeto ético-político.

Esse trabalho coletivo, árduo, perseverante e compromissado, não foi uma tendência profissional natural e espontânea decorrente dos novos tempos abertos em fins da década de 1970<sup>3</sup>, antes, foi o fruto de uma estratégia pensada e construída, passo a passo, a nível local e nacional, por meio da qual a categoria forjou um caminho que ainda se constrói e se consolida.

## Notas

### Regina Marconi Franco

\* Uma das principais lideranças da luta sindical dos assistentes sociais da década de 1980, Regina Marconi Franco se formou em janeiro de 1971, quando, aprovada em concurso público, passou a exercer suas atividades profissionais no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e no Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) até 1976, ano em que é contratada para trabalhar no Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocop-RIO). Presidiu o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro (Saserj) de 1981 a 1983 e, nesse último período, compôs a Coordenação Nacional da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas). Nos anos de 1984 e 1985 atuou como presidente da Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas). Integrou a comissão de organização do IV e do V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizados respectivamente em 1982 e 1985.

Em agosto de 1984, tornou-se, por meio de concurso público, docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde foi eleita diretora da Faculdade de Serviço Social, para o período de 1988 a 1992. Desde que se aposentou, em agosto de 1995, dedica-se a assessoria na área de habitação e a uma outra carreira, a de artes visuais.

<sup>1</sup> Franco, R. M., *in*: Cfess/Cress 9ª R./Abepss/Enesso (orgs.) *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, 2009, p. 130.

<sup>2</sup> O movimento sindical que eclodiu a partir dos sindicatos do ABC paulista (municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano) propunha a ruptura com a legislação sindical vigente desde os anos 1930, hierarquizada verticalmente, com forte conteúdo autoritário, reforçado pelos anos de ditadura militar. A organização pela base, a partir das comissões de fábrica, e a democracia nas discussões e decisões, através de assembleias dos trabalhadores, deram uma nova alternativa ao movimento.

<sup>3</sup> Ao final da década de 1970, as forças democráticas registraram avanços significativos: a reestruturação paulatina do movimento sindical e popular contra a carestia, por melhores condições de saúde e educação e pelas liberdades democráticas; a construção de uma resistência efetiva dos mutuários do BNH (compradores das casas financiadas pelo Banco Nacional de Habitação) contra os despejos pelo atraso no pagamento das prestações; o surgimento, em todas as regiões do país, de associações de moradores representativas dos anseios populares; a promulgação da Lei da Anistia e a deflagração do debate sobre a necessidade de uma reforma partidária, da formação de partidos e da legalização daqueles que foram proscritos pela ditadura militar.

## **PARTE II - DESAFIOS ATUAIS**

### **30 ANOS DEPOIS: O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS NO TRABALHO, NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA**



## A crise do processo de constituição da classe operária em sujeito político e sua refração no projeto ético-político do Serviço Social

Luis Acosta\*

**Resumo:** Sustenta-se, neste trabalho, que a experiência histórico-social do movimento operário, surgido a partir do acelerado processo de industrialização dos anos 1970, se refratará no interior do corpo profissional do Serviço Social primeiro, como “intenção de ruptura” e depois, como “projeto ético-político”. Os trabalhadores, através da sua experiência, avançaram no processo da sua constituição em sujeito político, sendo que, no entanto, por volta dos anos 1990, este processo entrou numa profunda crise. Esta crise se manifestará no interior da categoria profissional com o ressurgimento de uma problemática tradicional, como é a da “assistência social”, interpretada agora, desde o ponto de vista dos “direitos sociais e da cidadania”. Ao mesmo tempo, e fazendo parte do mesmo processo, se desenvolverá um movimento que, de fato, leva à substituição da política pela ética.

**Palavras-chave:** Serviço Social crítico; história do Serviço Social; projeto profissional ético-político.

**Abstract:** We argue in this article that the historical social experience been passed by the working class movement, that emerged from the accelerated process of industrialization of the the seventies, appear inside of the professional social work, first, as “intention of break up” and then as “ethical-political project”. The workers, through their social experience, move forward in the process of its formation in political subject, which however, around nineties, this process will take a deep crisis. This crisis is express in the professional body of social workers through the resurgence of a traditional problem, as is the issue of “social assistance”, interpreted now, from the point of view of “social rights and citizenship”. At the same time, and taking part of the same process, was developed a movement that actually leads to the replacement of politics by ethics.

**Keywords:** critical social work; history of social work; ethical-political professional project.

A reconceitualização se expressou no Brasil, inicialmente como modernização, e logo depois, com a emergência do movimento operário, como “intenção de ruptura”<sup>1</sup>. A modernização do Serviço Social significou a adequação das práticas profissionais às demandas do Estado burocrático-autoritário através das quais se processou a incorporação da economia brasileira ao circuito de acumulação de capital, comandado pelos monopólios em escala mundial (a modernização conservadora). Esta modalidade de inserção de *cima para baixo* conduzida pelo Estado burocrático-autoritário corresponde a uma dinâmica sócio-histórica de longa duração de desenvolvimento *reacionário* do capitalismo no Brasil e, com diferenças nacionais, no continente latino-americano em geral. A modernização do Serviço Social que responde às demandas do Estado burocrático-autoritário sofrerá uma inflexão no final dos anos 1970 com a emergência do protagonismo do movimento operário, que dará lugar a um processo de *intenção de ruptura* com a perspectiva modernizadora e, conseqüentemente, com o Serviço Social tradicional. Expressará também, uma ruptura com o Estado burocrático-autoritário (o Estado fascista das ditaduras militares na América Latina) e, ainda, com o Estado desenvolvimentista e, assim sendo, foi um corte com os espaços de trabalho tradicionais dos assistentes sociais e, portanto, com a função de operadores das políticas sociais. Surgiu, então, um perfil profissional que, vinculado aos movimentos sociais, desenvolve funções de organização, mobilização e conscientização social, numa prática contra-hegemônica.

O (re)surgimento do movimento operário em 1979, representou também uma ruptura com o movimento sindical tradicional, constituído a partir da cooptação das lideranças sindicais por parte do Estado durante a “era Vargas”. Nos anos 1980, este *sindicalismo de Estado* – que tanto respondia aos interesses deste de tutelar o movimento dos trabalhadores como também, em conjunturas favoráveis, podia influir sobre o aparelho do Estado (Frederico, 1994) – será substituído pelo “*novo sindicalismo*”,

considerado por alguns autores um “*sindicalismo de mercado*” (Vianna, 2003). A emergência e, especialmente, a consolidação da hegemonia deste novo sindicalismo integrado pelos trabalhadores que se proletarizaram durante o “*milagre econômico*”, ocorrerá sem que, no entanto, o processo de industrialização, avançado durante a ditadura, tivesse dado lugar ao surgimento de um Estado de Bem-Estar (nem, obviamente, a um regime democrático).

Foi um fordismo *capenga*, segundo Tauile (2001), que modernizou a produção sem modernizar as relações laborais – a relação capital-trabalho –, portanto, um fordismo sem keynesianismo (o déficit de keynesianismo da organização fordista do trabalho marca a experiência da classe operária brasileira desde a ditadura até nossos dias). O seu lugar será ocupado pelos *fundos de pensão* principalmente vinculados às grandes empresas estatais e, uma camada de trabalhadores transformados em administradores desses fundos que controlam o acesso ao fundo público em um *pacto perverso*<sup>2</sup> com o capital financeiro. Para Francisco de Oliveira (2003) trata-se de uma *nova classe social* que tanto ocupa um lugar determinado na produção, quanto realiza uma nova “experiência” de classe. Estes trabalhadores constituirão a base social do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A organização do PT e da CUT não contará apenas com esta vertente, mas também com a vertente que provêm da esquerda católica através das comunidades eclesiais de base, junto com integrantes da “nova” esquerda (da esquerda “armada”, produto das várias dissidências do PCB).

Segundo Celso Frederico (1994), a tendência dominante no movimento sindical daqueles dias tinha uma orientação obreirista e despolitizada que se materializou na atitude diante do processo constituinte avaliado por alguns desses militantes, como um processo *prostituinte*<sup>3</sup> em vez de ser encarado como um momento de passagem da classe-em-si para a classe-para-si, quando a classe superando o estágio econômico-corporativo se torna uma

classe nacional-popular (uma classe universal). Ou seja, em vez de encarar a participação na constituinte como a *forma mais elevada de luta de classes* (p. 76), prevaleceu no movimento operário a atitude de se afastar deste processo e continuar a luta pelos seus interesses econômico-corporativos (como se estes fossem seus “verdadeiros” interesses de classe).

A despeito desta atitude, a “Constituição de 1988 consagrou uma série de direitos sociais que estavam muito além do poder de barganha do movimento operário” (p. 77), resultantes não tanto da mobilização dos trabalhadores, mas de um eficiente trabalho de *lobby* realizado pelas organizações sindicais, mas que não foi, contudo, presidido por nenhum projeto mais amplo ou unificador dos trabalhadores em relação a uma visão da sociedade em seu conjunto. Destarte, o processo constituinte não foi aproveitado para unificar e elevar o nível de consciência política dos trabalhadores, senão que serviu para manter os trabalhadores despolitizados e fragmentados em torno de reivindicações econômico-corporativas.

Este último aspecto, a fragmentação econômico-corporativa da sociedade, observa-se no apelo à “participação da comunidade” (tão cara ao Serviço Social), como um complemento (ou um corretivo) à democracia representativa, que se estabelece em relação às questões relativas à saúde, assistência social etc. Em verdade, a “participação da comunidade” possibilita a sobrevivência da organização corporativa-particularista da sociedade que se sobrepõe à representação universal a qual cabe aos partidos políticos.

Na reivindicação de uma política pública de assistência que se materializou na proposta do Programa de Segurança Alimentar apresentada no ano de 1992 pelo “Movimento pela ética na política”, liderado pelo presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, que deu lugar à criação do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), presidido pelo bispo do município de Caxias do estado do Rio de Janeiro, Mauro Morelli – esta problemática (ou seja, a “ética na política”, a participação comunitária e a estratégia “assistencial”

para enfrentar a fome) aparece de forma exemplar. O Conselho de Segurança Alimentar será extinto no governo de Fernando Henrique Cardoso, dando lugar ao Conselho da Comunidade Solidária que, segundo Raichelis (2000, p. 111), esteve “dissociado do projeto de cidadania e controle social da Loas” – Lei Orgânica da Assistência Social –, aprovada no final do ano de 1993. No ano seguinte, será instalado o Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas) previsto na Loas, substituto do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) criado no ano de 1938 no contexto do Estado Novo. No processo de elaboração e aprovação desta lei, os assistentes sociais tiveram uma “atuação política destacada”, chegando a assumir “em muitos momentos, papel de direção política e cultural (...) o que mostrou fundamental para o nível de consenso possível que conduziu à aprovação da proposta final da Loas” (p. 124-125). Esta atuação dos assistentes sociais mostra, sem querer desconhecer os avanços democráticos, uma inclinação bastante forte por este tipo de problemática “tradicional” que fora tão criticada no curso da reconceitualização até o ponto de ser rejeitada como específica da profissão<sup>4</sup>.

Consideramos ser a assistência social uma problemática tradicional no Serviço Social, e a sua persistência no debate profissional, um indicador da sobrevivência de elementos pré-modernos não resolvidos no processo de desenvolvimento prussiano do capitalismo no Brasil, agravado pela modernização conservadora de nossos dias. Neste caso, a assistência social poderia ser melhor entendida em termos foucaultianos como regime de dominação “pastoral”, que reproduz a relação da Igreja com seu “povo” (ou seja, com os “pobres” que, como é muito bem conhecido, são, para o cristianismo, o “povo de Deus”). Desde esta angulação, parece-nos que a assistência social pode ser considerada como uma política de origem católica em relação aos “pobres”, alheia àquilo que poderia ser denominado como projeto de modernidade.

Parece existir uma “afinidade eletiva” entre a experiência da classe operária de um fordismo

sem keynesianismo (ou seja, a ausência do Estado de Bem-Estar) e a reivindicação da política de assistência, já que, em certa medida, consolidou-se a situação de ausência de uma política de bem-estar, uma vez que os fundos públicos que se poderiam destinar a isso são canalizados para os fundos de pensão (em um pacto perverso com o capital financeiro) e, ao mesmo tempo, é implementada a política de assistência social para os “pobres”. Assim, para os trabalhadores incluídos no mercado de trabalho são destinados os “fundos de pensão”, e para os trabalhadores excluídos, são destinadas as políticas assistenciais.

Nos anos 1990, a década vendida, segundo Tauile (2001), a *intenção de ruptura* no Serviço Social conhecerá um desdobramento muito peculiar que levará a uma relegitimação do espaço de trabalho tradicional do Serviço Social no âmbito do Estado e da administração das políticas sociais. Esta, por assim dizer, reconciliação do Serviço Social com o Estado, como seu espaço sócio-ocupacional, base de sustentação funcional-ocupacional (Montaño, 1997), é resultante de uma refração na categoria profissional do pacto constituinte que deu lugar à aprovação da “*Constituição cidadã*” de 1988. O Estado legítimo que emerge deste pacto democrático inaugura a possibilidade objetiva de interromper o processo de longa duração de desenvolvimento “prussiano” do capitalismo no Brasil (Coutinho, 2003).

Assim, aquele espaço de trabalho que a *reconceituação* tinha questionado, agora retorna relegitimado pelo pacto constituinte de 1988, passando a ser valorizado como um espaço de construção da cidadania, uma vez que com esta nova Constituição parecia ser possível finalizar o ciclo de longa duração de desenvolvimento “reacionário” do capitalismo e suas sequelas político-sociais e culturais, e iniciar um caminho de desenvolvimento social “democrático” como pressuposto necessário, nesta formação social, na longa marcha para o socialismo.

Este pacto democrático de 1988, levará também a uma reorientação do pensamento crítico no Serviço Social que, deixando de ter como

alvo privilegiado da crítica teórico-prática da profissão, o Estado capitalista e suas políticas sociais, passará a reivindicar os direitos sociais e a ampliação da cidadania nos marcos destenovo Estado, uma *cidadania regulada pelo Estado*, num processo que aponta para a relegitimação do espaço funcional-ocupacional das políticas sociais, a partir do qual seria possível desenvolver uma prática profissional com uma perspectiva cidadã, a perspectiva dos direitos sociais. Esta nova perspectiva se fortalecerá no curso dos confrontos com o vendaval neoliberal dos anos 1990, que procurava, e conseguiu parcialmente fazê-lo, reformar a Constituição de 1988, para adaptar a institucionalidade democrática do Brasil às novas exigências de integração da economia nacional ao capitalismo monopolista transnacional, em particular, à fração rentista.

No interior desta dinâmica processou-se um uso muito peculiar do marxismo para relegitimar o espaço de trabalho tradicional do assistente social. O marxismo – primeiro de origem gramsciano nos anos 1980, e posteriormente, nos anos 1990, de origem lukacsiano – é convocado para defender o “retorno” às instituições, relegitimadas agora pelo pacto constituinte, em oposição àquela perspectiva que tinha proclamado a “saída” delas durante o processo de reconceituação, influenciados pelas ideias althusserianas. Isto é, apelando à tradição marxista, fundamenta-se a legitimidade do Estado de Bem-Estar social como horizonte político para a categoria profissional e, em certa medida, como horizonte político para a classe operária. Assim, percorre-se o caminho de volta da “crítica das armas” para a “arma da crítica”, configurando-se o quadro contemporâneo da cultura profissional do Serviço Social: a combinação do otimismo da razão com o pessimismo da vontade.

Podemos ilustrar a afirmação anterior (ou seja, a passagem da “crítica das armas” para a “arma da crítica”) observando as mudanças no Código de Ética profissional. No código de 1986, que representa uma “ruptura” com os anteriores e, segundo Iamamoto, constitui uma

“expressão tardia do debate da reconceitualização” (2003, p. 100), estabeleceu-se o “compromisso com a classe trabalhadora” por parte dos assistentes sociais. Entretanto, partindo do pressuposto que “num Código de Ética o compromisso deve ser com os valores e não com as classes” (Barroco, 2003, p. 121), o código de 1993 mudou o compromisso profissional para uma perspectiva que tem como suporte uma ontologia do ser social, num movimento que parece transitar, em um breve período de tempo, desde uma perspectiva mais próxima a *História e consciência de classe* para uma mais alinhada com a *Ontologia do ser social*. Na concepção do “compromisso com a classe trabalhadora” do código de 1986, segundo Yamamoto (2003, p. 100), operava-se com uma concepção dualista (a ética proletária contra a ética burguesa) e não com uma concepção de contradição social. No Código de Ética de 1993, a ética funda-se sobre valores universais, o que implica também definir o sujeito universal capaz de sustentar esses valores, o que leva ao reconhecimento do trabalho como atividade que permite a superação da singularidade do indivíduo, que é o ponto de partida no processo de constituição da humanidade.

Uma vez que há, no Código de Ética profissional de 1993, uma importante influência lukacsiana digamos, brevemente, que segundo Mészáros, a partir de 1959, Lukács retoma o projeto de redigir uma ética, para o que é necessário previamente trabalhar sobre uma ontologia do ser social que passa a ocupar então, um lugar propedêutico no projeto lukacsiano. Consumindo todos os esforços, o trabalho sobre a ética acabou por resultar assim numa ontologia.

Na perspectiva com a qual trabalha Lukács “a ênfase recai no papel direto dos indivíduos de controlar as adversidades e de se emancipar, eles mesmos, da realidade social da alienação por meio da suas vitórias sobre seus próprios ‘particularismos’” (Mészáros, 2002, p. 477). Para este, o que está oculto nesta postulação, é o sistema de mediações de segunda ordem do capital sobre o trabalho, diante do qual o trabalho da “consciência sobre a consciência”

sustentado por Lukács pouco tem para dizer ou fazer, já que este internalizou os limites do “socialismo em um só país”. Segundo este autor, o trabalho é tratado por Lukács de uma maneira tão abstrata que as mediações materiais realmente existentes – alienantes e alienadas – são secundarizadas, e a relação entre o indivíduo e a humanidade (e a história) é mediada diretamente pela ética. Aquilo que em *História e consciência de classe* era realizado pelo partido, a mediação entre o homem e a história, agora caberá à ética, que passa a ocupar o lugar do partido.

\*\*\*

Já vimos anteriormente como a mediação entre o Estado e a sociedade civil é concebida através da “participação comunitária” da prática conselheira. Agora, revela-se como a ética pode ocupar o lugar da política, em particular, o lugar dos “velhos” partidos políticos ideológicos (novos partidos “éticos” como o PT, em vez de velhos partidos “ideológicos” como o PCB). Destarte, concluímos que temos, ao longo daquela década dos anos 1980, um quadro marcado por uma dupla substituição: o bem-estar social pela assistência social, e a política pela ética.

### Referências bibliográficas

- BARROCO, M. L. S. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais, *in: Serviço Social e Ética. Convite a uma nova práxis*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 118-122.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal, *in: LÖWY, M. (org.). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 423-430.
- FREDERICO, C. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994 (Questões da nossa época, v. 33).
- IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional, *in:*

*Serviço Social e Ética. Convite a uma nova práxis.* 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 87-104.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital.* Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social e Sociedade.* São Paulo: Cortez, v. 53, 1997, p. 102-125.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.* 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, F. D. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

RAICHELIS, R. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TAUILE, J. R. *Para (re)construir a Brasil contemporâneo. Trabalho, tecnologia e acumulação.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

VIANNA, L. W. Conflitos são de um partido que nasceu para o mercado. *Valor econômico,*

15/7/2003. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv291.htm>>.

### Notas

- <sup>1</sup> Entre ambas existiu também a “reatualização do conservadorismo” (Netto, 2001).
- <sup>2</sup> É um pacto perverso porque os lucros destes fundos dependem da taxa de exploração da força de trabalho nas empresas nas quais são realizados os investimentos.
- <sup>3</sup> Finalmente o PT não assinou o a “constituição burguesa” de 1988.
- <sup>4</sup> Como ilustração desta afirmação, podemos sublinhar a substituição do nome da profissão de Assistente Social por Trabalhador Social em todos os países de língua castelhana.

### Luis Acosta

- \* Professor adjunto I do Departamento de Fundamentos da Escola de Serviço Social da UFRJ.

## O exercício profissional 30 anos depois do *Congresso da Virada*

Mavi Rodrigues\*

**Resumo:** O propósito do artigo em tela é assinalar, trinta anos após o *Congresso da Virada*, as principais alterações operadas nas requisições do exercício profissional e os seus impactos na cultura que o Serviço Social engendrou no processo de ruptura com o conservadorismo. Via de análise privilegiada aqui é o giro ocorrido nas políticas sociais desde 2003, que assinalam a constituição de um padrão de proteção social de corte assistencial e vem demandando do assistente social ações de gestão, vigilância e controle da pobreza, antagônicas ao horizonte profissional aberto em 1979. Nossa hipótese é que as condições atuais do exercício e da formação do Serviço Social no Brasil, próprias da dinâmica do capitalismo monopolista, nesta nova fase do neoliberalismo, têm provocado um insidioso transformismo ideológico da profissão.

**Palavras-chave:** Social-liberalismo; risco social; conservadorismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to distinguish, thirty years after the *Overturn Congress*, the main changes operated in the requests of professional practice and the impacts of the culture that Social Work engendered in the process of breaking with conservatism. It's privileged here the turn occurred in social policies since 2003 that indicates the conformation of a social protection pattern in which assistencial policy is key; and this process places social workers managing, monitoring and controlling poverty, putting them in contradiction with the professional horizon opened in 1979. The main hypothesis is that current conditions of Social Work practice and training in Brazil, features of monopoly capitalism dynamics in this new phase of neoliberalism, have provoked an insidious ideological transformism in the profession.

**Keywords:** Social liberalism; social risk; conservatism.

## Introdução

Manter vivo o legado do *Congresso da Virada*, transcorridos três lustros da sua realização, é tarefa urgente, embora nada fácil. Mais do que rememorar a disposição dos que ousaram combater a ditadura militar e romper com o conservadorismo do Serviço Social brasileiro, a conjuntura atual de voga contrarrevolucionária, que põe o “espírito da virada” em rota de colisão com o existente, requer da atual geração de assistentes sociais a análise crítica e rigorosa do tempo presente.

O propósito deste artigo, tão somente um pequeno contributo na direção do desafio antedito, é assinalar, 30 anos após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as principais alterações operadas nas requisições do exercício profissional do assistente social. Em outros termos: seu objetivo principal é o de realizar um esboço, ainda que provisório, das exigências atuais do mercado profissional, a partir da análise das políticas sociais – mediação fundamental do trabalho do assistente social e via privilegiada para compreensão das formas institucionais de enfrentamento da “questão social” e, portanto, do solo das requisições contemporâneas da profissão – e, apontar, ainda, seus impactos na cultura que o Serviço Social engendrou na ruptura com o conservadorismo (Cf. Netto, 1996, p. 116).

A argumentação central que o subsidia – aberta para o debate – é que a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, no ano de 2003, inaugura uma nova fase do neoliberalismo no país, pondo para a profissão uma conjuntura extremamente adversa ao legado deixado pelo III CBAS.

Ao provocar uma significativa alteração das políticas sociais rumo à constituição de um padrão de proteção social de prevalência assistencial em contraposição à seguridade social preconizada na Constituição de 1988 e ao modificar as condições de trabalho da categoria e dos organismos nos quais o Serviço Social está inserido, esta nova fase da ofensiva neoliberal vem colocando para o assistente social

demandas de gestão, vigilância e controle da pobreza, antagônicas ao horizonte profissional aberto em 1979.

O crescimento vertiginoso de cursos e matrículas em Serviço Social em agências não universitárias, acentuados nesta conjuntura, mantém um estreito vínculo com a constituição deste novo padrão de proteção social. Muito embora a análise da formação desborde o escopo deste artigo, é legítimo supor que a expansão de formas degradadas de ensino no âmbito do Serviço Social, de instituições privadas de ensino superior e cursos na modalidade a distância, visa justamente, forjar um agente adequado às novas requisições do mercado profissional: um assistente social competente no gerenciamento e monitoramento da pobreza e, portanto, funcional a um Estado assistencial e penal (Wacquant, 2007).

Sem dispensar a polêmica e a necessidade da verificação empírica, a hipótese que o artigo traz é a de que as condições atuais do exercício e da formação do Serviço Social no Brasil, próprias da dinâmica do capitalismo monopolista nesta nova fase do neoliberalismo, têm provocado um insidioso transformismo ideológico do Serviço Social assentado na incorporação do horizonte ideopolítico do social-liberalismo que, embora pareça conciliável com o projeto ético-político, é substantivamente antípoda à sua direção social estratégica que, expressa no Código de Ética de 1993, opõe-se ao trato que a hegemonia do grande capital atribui à “questão social”.

O que demanda maior investigação é o quanto este transformismo, atualizando e radicalizando o persistente sincretismo ideológico e científico do Serviço Social<sup>1</sup>, favorece, num outro contexto histórico, a retomada de perspectivas que na renovação profissional não ambicionavam romper com o tradicionalismo.

## Assistencialização da seguridade e hegemonia burguesa<sup>2</sup>

O transformismo ideológico recente do Serviço Social brasileiro, objeto do presente artigo, não se operou num vazio. Seus fundamentos

materiais são as alterações no mercado e nas formações profissionais processadas durante as décadas de 1990, 2000 e 2010 – que, sem prejuízo das diferenças entre os governos que a tocaram, podem receber a denominação de era neoliberal no Brasil.

Todavia, o esclarecimento de tais alterações, bem como de seus efeitos sobre a profissão, remetem a um inédito e expressivo investimento na assistência social desde o anúncio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, que não reverte, nem mesmo contém, o desmonte neoliberal da seguridade social, deflagrado em 1990; ao contrário, indica a sua continuidade por novos meios.

A forma exata, o *modus operandi*, desse investimento, cuja natureza *não é* propriamente financeira – ainda que se possa relacioná-la com o fenômeno da financeirização das políticas sociais, dado seus vínculos com a expansão do “crédito popular” e as políticas compensatórias por meio de bolsas e indicar um crescimento no aporte de recursos públicos para área<sup>3</sup> – se traduz num significativo “choque de gestão” – feliz expressão cunhada por Behring (2008) – ou, ainda, numa inteira reengenharia da assistência social, operada por duas vias principais: pela unificação e racionalização dos vários programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família (PBF), o que tem permitido reduzir custos e otimizar resultados, e por meio da constituição de um Sistema Único de Assistência Social (Suas), descentralizado e assentado na construção de uma rede socioassistencial de baixa, média e alta complexidades.

As críticas feitas ao tratamento dispensado por FHC à assistência social são insuficientes para avaliar essa nova fase da contrarreforma da seguridade social. Porque, à frente do governo federal FHC, ao relegar a responsabilidade da assistência social ao terceiro setor, não só acentuou o voluntarismo e desrespeitou a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas); ao criar o Comunidade Solidária, delegando a presidência à sua esposa, Ruth Cardoso, recrudescer também os elementos mais atrasados e conservadores dessa política setorial<sup>4</sup>.

Ademais, o “choque de gestão” promovido por Lula alude para a assistência social um cenário inteiramente distinto não só do governo que lhe antecedeu, mas de toda a sua trajetória ao longo da história do Brasil. A inteira reengenharia da assistência social, com que nos deparamos agora, credita a essa área uma visibilidade e um reconhecimento institucional nunca dantes visto. Além disso, permite submetê-la a um processo de padronização e profissionalização que, colidindo com as marcas negativas de seu passado, tendem a lhe conferir uma face significativamente distinta da que foi atribuída à assistência social ao longo da história brasileira, identificada negativamente com a benevolência, a filantropia, o primeirismo. Nem tampouco podemos ignorar que desde sempre – padecendo com a falta de planejamento e com a indefinição das competências dos entes federados, assinalada reiteradamente por ações descontínuas, justapostas e fragmentadas – ela careceu dos traços mais elementares de uma política social.

Embora pareça responder a demandas históricas de setores progressistas do Serviço Social e da sociedade brasileira, o “choque de gestão” a que nos temos referido objetiva a constituição de um sistema de proteção social muito distinto daquele que está inscrito na Constituição de 1988. Sua meta é a emergência de uma seguridade assistencial, ou seja, de um padrão público de proteção social rebaixado, calcado em ações do Estado de caráter paliativo, emergencial e compensatório, focalizadas na pobreza absoluta.

Equívoco seria considerar que este rebaixamento da seguridade decorre de um robustecimento e reordenamento da assistência social em si, cujos méritos foram o de tê-la retirado de uma condição política residual; deve antes ser creditado a um fortalecimento da assistência social que, sem reverter a mercantilização das demais políticas setoriais que compõe o tripé da seguridade recomendada na *Constituição Cidadã* – a saúde e a previdência –, acabou por configurá-la como “a” política de seguridade social e não “uma das” suas políticas (Mota, 2008, p.144).

Ao conceder-lhe um lugar central na proteção social pública e promover em paralelo o esvaziamento das demais políticas sociais públicas, a assistencialização da seguridade visa erigir um padrão de proteção social público mitigado, focalista e seletivo, orientado, predominantemente, para atenção aos miseráveis ou para o atendimento de segmentos populacionais mais empobrecidos.

Esta via de análise mantém uma estreita convergência com a produção teórico-crítica do Serviço Social brasileiro dos anos de 1980, em particular a vigorosa crítica que a profissão empreendeu ao assistencial, termo que permitia sintetizar, num posto de vista crítico, a particularidade das políticas sociais brasileiras. Em *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileira: uma questão em análise* – livro que marcou época no Serviço Social brasileiro<sup>5</sup> –, o assistencial é tomado como sinônimo do caráter emergencial, paliativo, enfim compensatório da ação do Estado em face das condições de vida das classes subalternizadas. Oposta à consolidação de direitos, a perspectiva “assistencial” é definida, ainda, como a constituição de serviços públicos pobres para os mais pobres (Cf. Sposati, 1985).

Todavia, muitos elementos que caracterizam o fenômeno contemporâneo da assistencialização da seguridade social não podem ser elucidados a partir de uma mera remissão à produção teórica do Serviço Social dos anos de 1980. Como é óbvio, há elementos novos no cenário atual das políticas sociais e da própria assistência social que escapam da análise empreendida na *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras*, realizada num período anterior à própria aprovação da Constituição de 1988 e da Loas, em 1993. Porém, entender o significado desta assistencialização exige manter vivo o horizonte de análise que nesta publicação a intelectualidade do Serviço Social corajosamente explicitou, quando sustentou que é “impossível uma leitura da assistência de *per se*, sem atentar para as determinações sociais e históricas do significado da assistência como

política governamental, de sua imbricação com as relações de classe” (Sposati, 1985, p. 25).

Persistir nesta direção teórica requer inquirir não apenas sobre os avanços que o SUAS traz para o campo da assistência. Exige indagar acerca dos seus rebatimentos nas demais políticas de seguridade social e a relação intrínseca destas com a política econômica em vigor.

Ainda que a assistencialização da proteção social pública se consume com o anúncio da PNAS e a criação do SUAS, na realidade, sua emergência diz respeito à uma tendência presente em germe nos anos de 1990 e observada astutamente por Mota (1995), quando em seu estudo sobre a contrarreforma da previdência apontou a expansão da assistência social como o outro lado da moeda da privatização da seguridade social.

Além de acentuar um padrão de proteção social assentado numa cidadania dual – a oferta de serviços privados para o cidadão-consumidor que dispõem de renda e pode acessá-los via mercado e a provisão de serviços públicos de baixa qualidade para o cidadão-pobre, objeto da assistência social, constituído pelos segmentos mais pauperizados – o rebaixamento da seguridade corresponde, segundo Mota (2007), a uma nova proposta de enfrentamento da “questão social”, um dos elementos centrais de uma nova estratégia de dominação política da burguesia que despolitiza as lutas e o caráter classista das desigualdades.

Mais exitoso que o “príncipe dos sociólogos”, Luís Inácio Lula da Silva aprofundou a ofensiva neoliberal alargando sua legitimidade, até mesmo, no próprio campo operário e popular. Tal legitimidade deve muito ao sucesso da aplicação de medidas que, desde 2003, revitalizando a ação social do Estado e o desenvolvimento econômico, sugerem ilusoriamente a adoção de uma programática oposta ao neoliberalismo, mas que, na verdade, corresponde ao aprofundamento de uma variante neoliberal requestrada por preocupações sociais aparentemente progressistas que se pode denominar de social-liberalismo (Castelo, 2012) ou, nos termos de Giddens (2005 e 2007), uma Terceira

Via – um caminho intermediário – entre a social-democracia welfareana e o neoliberalismo.

Muito embora a beneficiária direta desta variante do neoliberalismo seja o setor bancário da grande burguesia interna e o setor financeiro do capital imperialista, Mota (2012) e Boito Jr. (2003) demonstram como ela tem sido capaz de obter o consentimento ativo e passivo de parte dos trabalhadores e do lumpen ao projeto de restauração do domínio do capital, constituindo-se, portanto, numa nova fase ou etapa da hegemonia burguesa no país.

Em Mota (2012) este novo momento da hegemonia burguesa é dissecado através do exame crítico da ideologia do crescimento econômico aliado ao combate da miséria que, tendo nos governos Lula seu principal protagonista, se constituiu em um novo consenso de classes. Bastante distinta do desenvolvimentismo vigente entre as décadas de 1940 e 1970, a promessa de desenvolvimento econômico de agora, longe de promover a industrialização do país, sob forte intervenção estatal, se assenta na ideologia do autoemprego e do empreendedorismo. Um neodesenvolvimentismo que, a despeito de conter reservas a ortodoxia neoliberal (à moda do Consenso de Washington), é incapaz de transcender o neoliberalismo, já que é a expressão das políticas de gestão da pobreza por meio de mínimos sociais e da sociabilidade conformista pretendidos pela Terceira Via.

Também em Boito Jr. (2003) se pode encontrar uma avaliação fecunda da chegada de Lula ao governo como expressão de uma etapa superior da nova hegemonia burguesa – “neoliberal periférica” e também “regressiva”. Ainda que o exame desta hegemonia se restrinja ao primeiro mandato de Lula, rica são suas indicações para a compreensão dos seus suportes sociais, em especial, aqueles obtidos junto às classes subalternas.

Interessa-nos, aqui, particularmente, explorar as razões que explicam porque um programa de governo que, ao ampliar programas sociais emergenciais e efêmeros e ao aprofundar a privatização da previdência e da saúde em substituição a implantação da seguridade social

preconizada na Constituição de 1988, viabiliza “a remuneração do capital financeiro” e abre “novas áreas para acumulação capitalista”, desfruta de sustentação em setores das camadas populares, inclusive, em parte do operariado.

Boito Jr. destaca que Lula herdou não só o modelo econômico dos governos neoliberais que lhe antecederam, especialmente FHC, mas também sua base de sustentação política: por um lado, o bloco no poder onde pontificam o grande capital – o capital estrangeiro e os bancos – e por outro, o apoio no meio popular. Entretanto, é neste terreno que radicam as novidades do governo Lula. Constituído por personalidades oriundas do setor popular, este governo, mais do que os que o precederam, pôde levar mais fundo a aposta na divisão dos trabalhadores e, valendo-se dos limites ideológicos próprios dos setores populares, pôde alimentar a ilusão de oferecer melhorias e garantia de direitos mantendo intocado o “capitalismo neoliberal”.

O primeiro ponto de apoio popular das políticas econômicas e sociais de Lula, de acordo com Boito Jr., se localiza no núcleo duro do novo sindicalismo - setor do operariado das montadoras de veículos, petroleiros e bancários de grandes bancos privados e estatais - que dispõe de grande capacidade de organização e de luta sindical e está representado pela corrente *Articulação Sindical*, que hegemoniza a CUT e controla o PT, e também usufrui de condições de trabalho e remuneração superiores aos da grande massa operária e popular.

Ao ocupar, desde 2003, altos postos na administração e empresas públicas, este núcleo duro do novo sindicalismo - ainda que não se torne classe detentora do aparelho do Estado e, portanto, não possa influenciar na política econômica e social – tem a ilusão de poder, por meio de sua pressão e organização política, converter alguns aspectos do neoliberalismo em melhoria das suas condições de vida. É esta ilusão que, de acordo com o autor em tela, tem afastado esta camada do operariado da luta pela defesa da seguridade social contida na Constituição de 1988 e conduzido à aposta em

contratos coletivos, que assegurem planos de saúde privados, e nos fundos de pensão.

Além disso, este núcleo duro do movimento operário é portador de outro devaneio: acredita que o crescimento econômico e a expansão do emprego são compatíveis com as diretrizes econômicas neoliberais, e, até mesmo um meio de transcendência do neoliberalismo – o que explica em grande medida o apoio ativo de parte do operariado brasileiro ao projeto de restauração do domínio capitalista pela via neodesenvolvimentista. As raízes desta ilusão estariam num neocorporativismo operário, presente em germe, destaca Boito, desde a emergência do sindicalismo combativo em finais anos 1970, mas residiriam também numa versão mais contemporânea de um “socialismo utópico” que, presente em sindicatos cutistas e entre a intelectualidade brasileira de esquerda, equivocou-se ao considerar a “criação de cooperativas de produção e a organização e prestação de serviços públicos nas áreas da educação e da saúde – à maneira de uma ONG – como o início de um processo de socialização da economia e do Estado”, ou, ainda, como representação da “construção de implantes socialistas dentro da própria sociedade capitalista” (Boito Jr., 2003, p. 20-21).

Todavia, é nos setores mais empobrecidos – à exceção dos trabalhadores pauperizados organizados representados pelo Movimento Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – que o continuísmo neoliberal encontra seu segundo ponto de sustentação. Trata-se de um contingente expressivo das camadas laboriosas, constituída por trabalhadores autônomos, desempregados e subempregados que nutre uma revolta legítima, mas difusa e dispersa, contra o padrão de proteção social brasileiro que, estruturado sob uma cidadania hierarquizada e regulada pelo trabalho, os manteve à margem dos direitos sociais desde o início da sua implantação, no Estado Novo. É esta revolta que a contrarreforma da seguridade social dos governos Lula, com maestria, soube confiscar e transformar numa adesão inorgânica ao aprofundamento de um Estado minimalista<sup>6</sup>

Netto (1988) já havia advertido, desde a versão neoliberal de FHC, que num país como o nosso – no qual a efetividade de direitos é residual, onde, portanto, não há um *Welfare State* a destruir e não há gorduras a cortar nos gastos sociais – o projeto burguês de hegemonia não pode efetivar-se sob a retórica do individualismo, da rentabilidade e da redução de cobertura, mas sim em nome da solidariedade, da competência e da justiça social.

Investindo pesado na gestão e regulação da assistência social, ao invés de privatizá-la como fez seu antecessor, Lula pôde com muito mais êxito travestir a programática focalista neoliberal numa fantasiosa ampliação dos direitos sociais para os miseráveis, iludindo não só bem-intencionados militantes da área, mas também o setor operário e popular.

Tudo isto ajuda a compreender porque a contraface do investimento na assistência social presente na PNAS/Suas – uma demanda originária do campo nacional-popular – é a neutralização política das classes trabalhadoras. Como bem tem denunciado Mota (2007), as classes dominantes pretendem não só transformar a assistência social no principal instrumento de enfrentamento da ampliação do exército industrial de reserva, tornando-a um mito; ambicionam constituí-la, ainda, como ideologia e prática política capaz de despolitizar as lutas e o caráter classista das desigualdades sociais<sup>7</sup>.

### **Alterações no mercado e na formação profissionais na era neoliberal**

Se, de fato, as mudanças processadas na assistência social desde 2003 expressam a pretensão dos governos Lula de refundar, sob a ótica neoliberal, o Estado brasileiro e se, de fato, elas tem tido a capacidade de redefinir inteiramente a proteção social pública do país, os impactos dessas transformações no exercício profissional exigem uma investigação mais sistemática.

Ao que tudo indica um dos possíveis efeitos da assistencialização da seguridade sobre o mercado de trabalho do assistente social tem sido o da ampliação substantiva do contingente

da categoria profissional. Em junho de 2003, o Cfess registrava a existência de cerca de 61 mil assistentes sociais aptos a desenvolver suas atividades profissionais em todo o território nacional<sup>8</sup>. Em 2011, o universo total de inscritos nos Conselhos Regionais de Serviço Social chegou à marca de 102 mil (cf. Boschetti, 2011), o que corresponde a um aumento de 67% do contingente profissional num intervalo de apenas oito anos – crescimento expressivo num curto espaço de tempo, se considerarmos que, em novembro de 1998, existiam 57 mil assistentes sociais no país<sup>9</sup>.

Ainda que não se possa atribuir tão somente à política de assistência social a responsabilidade por este crescimento, há que se considerar que a sua recente profissionalização impôs a contratação de um maior número de profissionais de Serviço Social, o que em si não significou a reversão do predomínio do assalariamento precarizado dos assistentes sociais pela via da terceirização, subcontratação e formas ainda mais vis do trabalho desprotegido, como os Recibos de Pagamento a Autônomos (RPAs).

Textos recentes como o de Raichellis (2010) demonstram como a implantação do recém-criado Suas, nos vários municípios do país, tem contribuído simultaneamente para ampliar o mercado profissional e aprofundar a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, a despeito da instituição da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) de 2006, resultante da deliberação da V Conferência Nacional de Assistência, pretender a “desprecarização” dos vínculos empregatícios no âmbito do Suas.

Para além da ampliação do recrutamento de profissionais aptos a operá-la, a assistencialização da proteção social pública modifica também as demandas práticas que lhes são colocadas, exigindo novas competências e habilidades profissionais. Tais demandas se tornam inteligíveis à luz do profundo reordenamento das políticas sociais ambicionado pelo Suas que visa instituir um novo modelo socioassistencial assentado em novos referenciais técnicos e conceituais, novas estruturas organizativas, novos

padrões de financiamento e, sobretudo, numa nova lógica de gerenciamento para a qual a assistência deve ser concebida e estruturada como uma política preventiva de vigilância social.

Ao facultar um constante monitoramento no território daquele segmento da população mais suscetível à vulnerabilidade e risco social (principal objeto da atenção da proteção social de corte assistencial) e também das políticas e programas sociais (da eficácia dos seus resultados e de seus custos), a produção, sistematização e avaliação de informações e indicadores sociais se constituem como a vértebra desta política preventiva de vigilância social e deste novo modelo socioassistencial. É, portanto, nesse contexto que o gerenciamento e monitoramento de dados sociais em plataformas informatizadas emerge como uma das principais requisições dos assistentes sociais e do qual a utilização da Rede-Suas é exemplar<sup>10</sup>.

Acoplada a esta vigilância social mais ampla, do território e das políticas e programas socioassistenciais, que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitam, encontramos ainda uma outra demanda: a de que os operadores deste novo modelo socioassistencial tenham habilidade para desenvolver um trabalho de acompanhamento e apoio personalizado das famílias, especialmente daquelas beneficiárias dos programas de transferência de renda. Trata-se, na verdade, de uma ação de monitoramento que se exerce mais próxima da população usuária e que tem um duplo objetivo: vigiar os beneficiários dos programas de transferência de renda (sobre o bom uso dos recursos concedidos, sobre o cumprimento de condicionalidades) e, ao mesmo tempo, promover sua autonomia, o desenvolvimento das suas habilidades e capacidades, e, ainda, da sua corresponsabilização. Realizar esta dupla tarefa com algum nível de êxito exige, portanto, que o caráter coercitivo da vigilância personalizada seja encoberto por uma aura aparentemente progressista de fortalecimento dos sujeitos como cidadãos. É aqui, portanto, que os processos e dinâmicas de empoderamento ganham primazia, especialmente naquelas instâncias de

execução terminal das políticas assistenciais – como nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

Não é difícil constatar como tais competências e habilidades são convergentes com as requisições feitas por aquilo que os adeptos da Terceira Via denominam de “*Welfare State* positivo” e cujo objetivo é replicar no bem-estar uma cultura gerencial capaz de aumentar seu custo-efetividade e estimular os cidadãos de segunda classe a desenvolverem seu capital humano e social, ou seja, suas habilidades pessoais e sua integração social, preferindo participar da economia como sujeitos mais ativos e produtivos, do que dependentes de benefícios sociais. (Giddens, 2007).

Provavelmente radicam aí as razões para que se opere o terceiro efeito da assistencialização da seguridade sobre o Serviço Social, inteiramente articulado aos anteriores: a introjeção da perspectiva ideológica própria do social-liberalismo no meio profissional, aquela que se dá especialmente pela via da incorporação do conceito de risco social.

Antes de avaliá-la, cabe, contudo, destacar o que nesta quadra socio-histórica não parece ser mera coincidência: a expansão precarizada do contingente profissional e a insurgência das requisições acima aludidas vêm ocorrendo no mesmo lapso de tempo da massificação degradada do ensino em Serviço Social, resultante da contrarreforma universitária que, deflagrada desde a era FHC, é aprofundada de forma inaudita pelos governos Lula<sup>11</sup>.

A expansão degradada do ensino profissional torna-se evidente quando se considera a base de dados relativos à área de Serviço Social dos Censos de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de 1995 a 2010. De acordo com as Sinopses Estatísticas da Graduação desses dois anos, o número de cursos de Serviço Social praticamente quintuplicou ao longo desse período, passando de 72 Unidades de Ensino de Serviço Social (Uess), em 1995, para 333, em 2010. O peso do setor privado nessa expansão de Uess é cristalino: em 1995, pertenciam ao setor privado 41 Uess, cerca de

57% do total de cursos de Serviço Social; 15 anos depois, saltando para 270 Uess, “as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas representavam 81% da totalidade dos cursos de graduação presenciais da área” (Cf. Braz & Rodrigues, 2013).

A consulta às referidas Sinopses Estatísticas permite afirmar ainda que 15 anos de contrarreforma universitária acabou por resultar numa verdadeira descaracterização do ensino universitário em Serviço Social. Acompanhando a expansão e privatização das Uess, houve não somente um crescimento estupendo do número de matrículas em Serviço Social (tomando-se aqui, tão somente o universo de alunos dos cursos presenciais) – que de 19.027, em 1995, saltaram para 68.724, em 2010, mas também da incidência na formação profissional de IES restritas às atividades de ensino e, portanto, incapazes de assegurar a produção de conhecimento, exigência de uma formação de fato universitária. Em 2010, o contingente de alunos matriculados (37.625) nesse tipo de IES (isto é, de agências não universitárias) alcançou 54,7% do total de matrículas existentes no período, contra o percentual de 19% em 1995 (Braz & Rodrigues, 2013).

A descaracterização da formação profissional se mostra ainda mais avassaladora, se adicionarmos a esse quadro a enorme cifra de 74.474 matrículas nos cursos ensino a distância (EAD) em Serviço Social, informada no Censo de Ensino Superior do MEC, do ano de 2010 – modalidade de ensino mais suscetível a uma formação deteriorada. Juntos os cursos de Serviço Social, presenciais e a distância, abrangiam, no ano de 2010, o total de 143.198 matrículas e desse universo, uma parcela muito ínfima, cerca de 22% (31.099 matrículas), estava alocada em cursos presenciais pertencentes a IES universitárias (Braz & Rodrigues, 2013).

O alarmante é que esta expansão desmesurada dos cursos de Serviço Social no Brasil, ancorada na rede privada de ensino (presencial ou a distância), não tem assegurado a formação competente – nas dimensões teórica, técnica e ético-política – prevista nas diretrizes

curriculares da Abepss e requisitada pelo projeto ético-político, posto que não é só o ensino a distância que tem ofertado um ensino universitário deficiente, mas também um número expressivo de cursos presenciais desprovidos das condições necessárias para assegurar a indissociabilidade entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão, ou, ainda, a produção de conhecimento e o debate acadêmico, tão caros a uma formação verdadeiramente universitária. Ocorrendo em ambientes despolitizados, privados do acesso à pesquisa e à extensão, ou, até mesmo, da vivência do debate acadêmico universitário, o ensino ofertado por parcela significativa dos cursos da área se mostra incapaz de formar um assistente social dotado de solidez teórico-crítica, apto a desenvolver uma atitude investigativa no cotidiano do seu exercício profissional e, ainda, com uma clara consciência ética e política da urgência de transformar a sociedade brasileira na direção das inadiáveis exigências de democratização social e econômica, postas pela massa da população trabalhadora.

Nesse sentido, deve ser objeto de preocupação o que revela a base de dados do MEC e do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do ano de 2010: o contingente de Uess desobrigadas da articulação entre ensino, pesquisa e extensão já ultrapassa a metade do universo total de cursos de Serviço Social presenciais (333), cerca de 59% deste universo – com destaque para as faculdades isoladas e centros universitários que juntas somavam 194 unidades de ensino (Cf. Braz & Rodrigues, 2013).

Embora constitua um fenômeno relativamente recente e pouco investigado, a expansão desmesurada de cursos e matrículas de Serviço Social, pela via do setor privado e por agências não universitárias, pode ser tomada como um processo paulatino do estabelecimento de condições objetivas para a formação de um perfil profissional tecnicista e pragmático que, guardando fortes vínculos com o passado da profissão, se põe *como um inteiro retrocesso*.

Ainda que a pesquisa sistemática destas duas modificações – a do mercado e da formação

profissionais – esteja por se fazer, pode-se inferir que ambas propiciam a constituição de um perfil radicalmente antagônico ao reclamado pelo projeto profissional da atualidade: um assistente social que, identificando a profissão com uma espécie de emergência social, contenta-se com uma intervenção focalista e imediatista frente às expressões da “questão social”; um profissional que, operando com destreza os indicadores e técnicas de gerenciamento e monitoramento da pobreza absoluta, em meio a um caldo de cultura que combina eficácia instrumental com a velha mística do servir – renascida pela via da “nova” ideologia da solidariedade – se põe como um agente inteiramente funcional a um Estado assistencialista-penal.

O que interessa ressaltar aqui é o quanto o neoliberalismo de hoje parece jogar, tal como a autocracia burguesa, para alterar a forma de ser e pensar da profissão. Resguardadas as diferenças históricas entre os anos de 1960 e 2000, que nos previne contra analogias indevidas – podemos asseverar que as mudanças que se efetuam no âmbito da formação e do exercício profissionais a partir de 2003 sugerem um processo de alteração profissional tão significativo quanto aquele ocorrido na conjuntura do pós-1964, quando, ao modelar um país novo, o regime autocrático-burguês impeliu o Serviço Social a renovar-se.

Netto (1990) demonstra como a autocracia burguesa, ao redimensionar o Estado, buscando torná-lo estruturalmente funcional aos interesses econômicos e políticos do seu projeto de “modernização conservadora”, introduziu novas condições que feriram a profissão essencialmente em dois níveis diferenciados, mas interdependentes: o da prática e o da formação profissionais.

Ao promover profundas reformas no Estado e reequacionar o sentido das políticas sociais e toda a malha de organizações encarregadas de planejá-las e executá-las, a ditadura expandiu o mercado de trabalho para os assistentes sociais, tornando-o ainda mais complexo e diferenciado.

Além disso, tais mudanças no âmbito da prática do Serviço Social, conduzindo a uma

mudança no perfil profissional demandado pelo mercado, exigiram uma rotação profunda da sua formação. A primeira via pela qual se operou esta rotação se deu pela expansão dos cursos de Serviço Social<sup>12</sup>. Todavia, o que mais fortemente impactou a formação profissional correspondeu à inserção das escolas isoladas de Serviço Social no circuito universitário brasileiro, impondo novas condições de ensino que, ao fim e ao cabo, tensionaram o paroquialismo, o confessionalismo e o provincianismo que as embebiam.

Se a inserção universitária do Serviço Social na vigência da ditadura propiciou, pela primeira vez, a interação das preocupações técnico-profissionais com a produção das ciências humanas e sociais – abrindo, na formação, o flanco para os traços mais deletérios da política cultural e educacional da ditadura, mas também permitindo que mais tarde se engendrasse uma massa crítica até então inexistente no interior da profissão – a degradação do ensino profissional promovida pelo neoliberalismo não tem qualquer sinal de progresso ou de evolução.

Regressiva é, também, a contrarreforma (Bhering 2003) da seguridade social que desqualifica o trato da “questão social”, quer porque, para além da sua repressão pura e simples, a torna objeto da repressão do voluntariado ou, ainda, de profissionais com formação precária, aligeirada, não humanista, sem criticidade e visão de totalidade – o que Iamamoto (2007) denominou de “exército assistencial de reserva”.

### **Risco social e a reentronização do conservadorismo profissional**

Conceito chave do social-liberalismo e também da PNAS/Suas<sup>13</sup>, o risco social entrou com força no Serviço Social brasileiro. Fartamente presente no conjunto de normas e orientações técnicas produzidas pelo MDS (Brasil, 2006 b; 2009; 2012 a e 2012 b), o termo se disseminou sem embaraços entre gestores e executores da assistência; mas indo muito além dos limites da assistência social, tornou-se em pouco tempo um verdadeiro jargão profissional, encontrável

em inúmeros relatos de experiências e publicações de profissionais, docentes, pesquisadores e estudantes dedicados a outros campos de atuação do assistente social.

Ainda que nos últimos anos, parte da intelectualidade profissional venha alertando para a necessidade de problematizá-lo (Cf. Couto *et al.*, 2012 e Silva *et al.*, 2012), fato incontestado é que o risco social não foi, até a presente data, objeto de uma crítica teórica rigorosa no Serviço Social<sup>14</sup>.

Sustentada por autores diversos (S. Lash, A. Giddens e U. Beck.), os quais, contudo, partilham a tese da “sociedade do conhecimento”, versão mais atual da tese pós-industrial, a noção de risco é utilizada para acentuar que na sociedade contemporânea, não mais regida pelas contradições e desigualdades próprias da dinâmica de acumulação do capital, os antagonismos de classes teriam sido suplantados por novos perigos e ameaças – desde os problemas ecológicos aos individuais (cf. Mitjalava, 2002).

Trata-se de uma leitura inequivocamente antagônica àquela que matriza as Diretrizes Curriculares da Abepss, para a qual o conceito estruturador da formação, a “questão social”, concebido sobre premissas explicitamente inspiradas na crítica da economia política marxiana, deve necessariamente remeter à caracterização dos antagonismos entre capital e trabalho.

Resta-nos óbvio que a carência de um juízo criterioso acerca da sociedade do risco franqueia à profissão a incorporação de elaborações teóricas neoconservadoras que dominantes na produção das ciências humanas e sociais são parcial ou integralmente permeáveis à cultura pós-moderna. Mas isto não é tudo: a introjeção acrítica do risco social possibilita também que, de contrabando, sejam reentronizados, no meio profissional, perspectivas conservadoras que, no passado recente do Serviço Social brasileiro – durante a vigência do regime autocrático burguês – postulavam alternativas profissionais tecnocráticas e restauracionistas do nosso tradicionalismo.

O que está a exigir maior investigação é se, ao incorporar o horizonte ideoteórico do social-liberalismo, para o qual a gestão do risco social

deve constituir-se como órgão da proteção social pública – a PNAS e o Suas não estariam retomando como um amálgama as respostas profissionais que no pós-1964 atualizaram o conservadorismo. Tanto aquela perspectiva que apostou na modernização da profissão (Netto, 1990) – ao “buscar aperfeiçoar o instrumental operativo [do Serviço Social], com metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento” (Iamamoto, 1986, p. 32) – quanto a tendência que, ao privilegiar, numa ótica transclassista, os problemas relacionais e transformar os problemas materiais dos usuários “em dificuldades subjetivas, de adaptação social: dificuldades do indivíduo para se beneficiar de recursos e oportunidades que a sociedade lhe oferece” (p. 34), reinscreveu a profissão nas fronteiras da ajuda psicossocial e restaurou o tradicionalismo (Netto, 1990).

Publicação de Castel (1987), datada de início da década de 1980, demonstra como a gestão do risco é capaz de combinar, num aparente paradoxo, uma administração técnico-burocrática da população que almeja a prevenção sistemática das populações de risco com a produção de uma cultura psicológica assentada em exercícios de intensificação do potencial humano e em técnicas de incitação da autonomia, cujo papel é a gestão das fragilidades individuais.

Trata-se de uma nova forma de gestão do social que, originária de um aggiornamento no campo da saúde mental, se estendia para toda área sanitária e social, na medida em que avançava a programática neoliberal na sociedade francesa e que, mesmo não estando à época plenamente instalada, Castel captou com peculiar brilhantismo<sup>15</sup>.

O autor aponta como o uso da informática é central a esta forma inédita e mais complexa de gestão da vida social. Ao constituírem um banco de dados da população usuária dos serviços sociais (reunindo no computador as mais diversas informações quer seja quanto à realização ou ao abandono de tratamentos médicos, a presença de perturbações motoras ou problemas emocionais, ou, ainda, sobre o estado civil, a

condição laboral e a nacionalidade dos usuários e de seus familiares), sistemas automatizados de gestão – na área médica, como o sistema de Gestão Automatizada de Medicina Infantil (Gamin) ou na assistência social à infância, como o sistema de Automação Departamental da Ação Sanitária e Social (Audass) – permitem decodificar, a partir de critérios de ordem médica e social, os alvos prioritários de uma política técnico-burocrática de gestão das populações: *a população de risco*.

Por meio de uma estatística objetiva da população que se pretende rastreadora dos *riscos sociais*, esta nova forma de administração racional das populações corresponde a uma política preventiva moderna. Trata-se, na verdade, como adverte Castel, de uma política inédita de vigilância, porque o tratamento informático de dados sociais e de suas correlações estatísticas possibilita antecipar a emergência de acontecimentos indesejáveis – voltada, não para o perigo preciso e realmente representado por um indivíduo ou grupo social, mas sim, para *fatores de riscos*, isto é, dados gerais e impessoais que podem ser indicadores mais ou menos prováveis da ocorrência de comportamentos desajustados, o que permite ampliar, sobremaneira, o controle e a vigilância da população ao atingir o que o autor em tela denominou de os “anomaliacos”, estrato com potencial para delinquir, com contornos mais esmaecidos que os tradicionais delinquentes – os loucos, deficientes e casos sociais que demandam tratamento.

Esta nova política preventiva dos desajustes sociais não se opõe à existência de práticas terapêuticas personalizadas; ao contrário, as recrudescem, uma vez que as populações detectadas nos bancos de dados dos riscos sociais podem tornar-se objeto de uma vigilância pessoal. E é justamente aqui que Castel localiza os determinantes do outro lado da nova gestão do social emergente na entrada da década de 1980 na França: a constituição de uma promoção do psicológico. Uma inflação da psicologia que, produto do desenvolvimento de novas terapias reunidas sob a denominação de psicologia humanista ou movimento do potencial humano,

na Europa, vai muito além do recorte normal x patológico, já que visa tratar o homem normal e o tecido da sociabilidade comum.

Estas terapias para os normais, presentes não apenas em instituições terapêuticas, mas também em organismos paraterapêuticos (instituições que atuam nos limites da patologia e do mal-estar social, um conjunto de insatisfações de frustrações que pode ser tratado de um modo mais flexível e menos caro, se comparado à psicanálise), e, ainda, extraterapêuticos (pertencentes a um universo muito distinto do mundo clínico, como as empresas), ocupar-se-iam da problemática do potencial humano (do seu desenvolvimento e frutificação). Partindo da visão do homem como possuidor (ele mesmo) de uma espécie de capital em potencial, se voltariam para instrumentalizar sua subjetividade e relações interpessoais na busca de “uma mais-valia do gozo e de capacidades” (Castel, 1986, p. 146).

Trata-se de um conjunto enorme de tecnologias relacionais que, se desprendendo da medicina mental, promovem um trabalho sobre a normalidade a partir do imperativo do:

(...) renovamento perpétuo (...), a exigência de trabalhar sua própria disponibilidade e sua flexibilidade relacional (...) em direção ao mundo do trabalho, e mesmo da falta de trabalho, pois é ainda mais importante para um profissional carente de emprego (...) reciclar a vida (...) e trocar suas competências (...) o carente de emprego tornou-se assim a matéria-prima de uma nova indústria de transformação do capital humano, pois de todos os indivíduos são sem dúvida os desempregados que estão melhor colocados (...) para aprender a mudar, a fim de constituir uma força de trabalho completamente disponível nas condições ideais de reciclagem (Castel, 1986, p. 150).

É, portanto, combinando um modelo de intervenção social de corte clínico de “intensificação do funcionamento da normalidade”, com

um modelo preventivo de reforço do controle centralizado e informático das disfunções sociais – ambos regidos sobre o princípio da rentabilidade – que a *gestão dos riscos* é elucidada por Castel como uma nova tecnologia de dominação, uma estratégia dual de gestão “das fragilidades e dos riscos [próprios] das sociedades neoliberais” (p. 171), para a qual “não somente basta reparar ou prevenir deficiências, mas programar eficiência” (p. 178).

Estudo preliminar do conjunto de orientações técnicas e de materiais de capacitação de agentes do Suas, elaborados pelo MDS, parte deles em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil, 2006b; 2008a; 2008b; 2008c; 2009; 2012a e 2012b), parece conter os elementos centrais da política de *gestão dos riscos* denunciada por Castel. Ainda que, advogando em favor da afirmação de direitos, este acervo explicitamente se ponha num horizonte contrário às práticas de tutela dos indivíduos e do tratamento clínico dos desajustes sociais, nele se pode encontrar a ambição de constituir, com a ajuda das TICs, um poderoso banco de dados dos riscos, dotando, assim, a assistência social da capacidade de rastrear preventivamente uma massa enorme de potenciais desviantes e desajustados, bem como a de incitar, por meio do empoderamento, as famílias beneficiárias dos programas de renda a superarem suas dificuldades relacionais a buscarem seus próprios meios de autopromoção<sup>16</sup>.

Avaliar os impactos deletérios desta ideologia social-liberal de *gestão dos riscos* no Serviço Social – profissão que se originou e se desenvolveu fortemente influenciada por uma racionalidade instrumental e embebida numa cultura corretiva dos desajustes sociais – é condição fundamental para preservar o horizonte aberto em 1979.

### Referências bibliográficas

ARREGUI, C. & WANDERLEY, M. B. A vulnerabilidade social é atributo da pobreza *in*: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 97,

2009. BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 1990.
- BEHRING, E. R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais, in: BEHRING, E. R & LAMEIDA, M. H. T. (orgs.). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/Uerj, 2008.
- BOITO Jr, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula, in: *Crítica Marxista*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BOSCHETTI, I. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: Gesst/SER/UnB, 2001.
- BOSCHETTI, I. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?, in: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.
- BOSCHETTI, I. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas, in: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 107, 2011.
- BOSCHETTI, I & SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia, in: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 87, 2006.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Anais V Conferência Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Anais VI Conferência Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2006 a.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas): versão preliminar*. Brasília, 2006b.
- \_\_\_\_\_. *CapacitaSuas – Suas: configurando os eixos de mudança*. v. 1, 1ª ed. São Paulo/Brasília, Instituto de Estudos Especiais da PUC/MDS, 2008 a.
- \_\_\_\_\_. *CapacitaSuas – Desafios da Gestão do SUAS nos municípios e Estados*. v. 2, 1ª ed. São Paulo/Brasília, Instituto de Estudos Especiais da PUC/MDS, 2008 b.
- \_\_\_\_\_. *CapacitaSuas – Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração*. v. 3, 1ª ed. São Paulo/Brasília, Instituto de Estudos Especiais da PUC/MDS, 2008 c.
- \_\_\_\_\_. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – Cras/ 1ª ed*. Brasília, DF, 2009.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o Paif: o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais*, v. I, 1ª ed. Brasília, 2012a.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o Paif: trabalho social com famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif*. v. II. 1ª ed. Brasília, 2012b.
- BRAZ, M & RODRIGUES, M. O Ensino em Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios, in: SOUZA, E. A.; SILVA, J. F. S. & SANT'ANA, R. (orgs.) *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar, in: MOTA, A. E (org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- COUTO, B. J., YAZBEK, M. C., SILVA, M. O. S. & RAICHELIS, R. (orgs.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.
- DRUCK, G. & FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula, in: *Katálysis*. Florianópolis. v. 10, n. 1, jan./jun. 2007.

- FALEIROS, V. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FILGUEIRAS, L & GONÇALVES, R. *Economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- GIDDENS, A. (org.) *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social, *in: Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, ago./dez. 2012
- LAURINO, C. G. El debate del riesgo, *in: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 105, 2012.
- MAURIEL, A. P. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira, *in: MOTA, A. E. (org.) Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MITJAVILA, M. O risco como recurso para arbitragem social, *in: Tempo Social – Revista de Sociologia*. São Paulo: USP, v. 14, n. 2, out. 2002.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo, Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. (org.) *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade – 2ª ed.* São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, *in: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social, *in: MOTA, A. E. et al. (orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*, 2006.
- PASSARINHO, P. Melhor distribuição de renda no Brasil é uma construção ideológica, planejada e articulada, *in: Correio da Cidadania*. Nov. 2011. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/~index.php?option=com\\_content&view=article&id=6482:manchete041111&catid=34manchete](http://www.correiocidadania.com.br/~index.php?option=com_content&view=article&id=6482:manchete041111&catid=34manchete)>. Acesso: 20 jan. 2013.
- RAICHELIS, R. *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas, *in: Serviço Social & Sociedade*, n. 104, São Paulo: Cortez, 2010.
- RODRIGUES, M. Assistencialização da seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso, *in: Serviço Social & Sociedade*, n. 91. São Paulo: Cortez, 2007b.
- SANTOS, J. S. “*Questão Social*”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, J. Dívida pública e acumulação de capital, *in: Só Notícias*. Março 2011. Disponível em: <<http://www.sonoticias.com.br/opiniaio/2/123353/divida-publica-e-acumulacao-de-capital>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- SILVA, M. O. S, YAZBEK, M. C. & GIOVANNI, G. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. 6ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.
- SPOSATI, A. *et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 1985.
- VERDÉS-LEROUX, J. *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos e formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

## Notas

- 1 Pouco explorada pela bibliografia da área, dado seu conteúdo provocativo e, por que não dizer, polêmico (cf. Yamamoto, 2007, p. 264-283), a tese da estrutura sincrética do Serviço Social de Netto (1992), nos parece ser uma via profícua de investigação da profissão, capaz não só de explicar o presente, mas também de projetar num futuro próximo as tendências de desenvolvimento do Serviço Social no país e indicar aí o espaço reservado ao projeto ético-político. É esta tese que tem subsidiado a investigação de docentes e discentes que compõem o Projeto Integrado de Pesquisa Capitalismo, Sincretismo e Serviço Social, coordenado pelos professores Marcelo Braz e Mavi Rodrigues e vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (Nepem) da ESS/UFRJ. Muito embora as ideias sustentadas neste artigo sejam de minha inteira responsabilidade, elas devem muito à existência deste trabalho coletivo.
- 2 A partir deste item o leitor encontrará, ainda que numa versão um pouco modificada, parte significativa de artigo inédito de Braz, M. e Rodrigues, M, *in*: “A era neoliberal e o Serviço Social” (2011) – artigo inédito e no próximo item, que trata da formação profissional, parte extraída também de artigo dos autores intitulado “O ensino em Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios” publicado recentemente pela Lumen Juris, sob o título *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*.
- 3 A análise do financiamento e investimento da seguridade social no Brasil, no período de 1999 a 2005, efetuada por Boschetti & Salvador (2006), é bastante elucidativa. Os autores demonstram que, neste período, houve um crescimento progressivo da participação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) no orçamento da seguridade social: de 2%, em 2000, os recursos destinados ao FNAS saltaram para 4%, em 2005. Em contraste houve, neste mesmo período, uma progressiva redução da participação do Fundo Nacional de Saúde na totalidade do orçamento da seguridade, que regrediu de 14%, em 2000, para 13 %, em 2005. A análise dos recursos aplicados nos Fundos Nacionais (de Previdência, Saúde e Assistência Social) nos anos 2004 e 2005, revela, ainda, um forte investimento do governo Lula na assistência social. Nestes dois anos, o FNAS teve o maior crescimento, 26%, em relação aos demais fundos. Contudo, exame minucioso da aplicação dos recursos nos fundos nacionais distribuídos por programas demonstra: o fortalecimento de benefícios de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) e um crescimento pífio de recursos, que não chegam mais que 5% dos recursos do Fnas, para manutenção de ações socioeducativas e protetivas. Há que se registrar que, em 2005, o Suas contou com a humilhante cifra de 0,99% dos recursos do Fnas.
- 4 Se é verdade que a era FHC acentuou traços de voluntarismo e primeiro-damismo, também deu, graças à pressão, à época, de forças políticas de oposição ao seu governo, continuidade à implementação de parte do que determina a própria Loas: o BPC continuou sendo pago, o Cnas funcionou como espaço político ainda que nem sempre respeitado em suas decisões. Por outro lado, foi FHC que deu início ao bolsismo, com o bolsa educação, o vale gás, unificados e ampliados em seu alcance por Lula no Programa Bolsa Família.
- 5 A assistência social, sem o demérito de outros campos de atuação profissional, pode ser apontada como a área na qual a renovação crítica do Serviço Social brasileiro se fez mais evidente, pois foi aí que a vanguarda da categoria, numa luta articulada nacionalmente, entre os anos de 1980 e 1990, deu substantiva contribuição nos debates e

articulações políticas para a elaboração de uma legislação – a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) – que, ao regulamentar o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, deu início ao reconhecimento da assistência como política pública e direito do cidadão. O movimento pela elaboração e aprovação da Loas, envolveu intrincados processos de negociação e formação de consensos entre diferentes protagonistas da sociedade civil, do governo federal e da esfera parlamentar. E neste processo – que ativou a participação de diversos agentes sociais da área e induziu a criação de espaços inéditos de debates e polarização de propostas – os assistentes sociais tiveram uma atuação política efetiva, pois, através de suas entidades corporativas e acadêmicas “assumiram um papel de direção política, politizaram os debates, estabeleceram alianças políticas nos campos governamental, parlamentar, acadêmico e partidário o que foi fundamental para a construção de um consenso possível que conduziu à aprovação da proposta final da Loas (Raichelis, 2000, p. 124-125). Todo este protagonismo político foi respaldado por um consistente, embora inicial, investimento intelectual da profissão na área da assistência. Acostumada tradicionalmente a dedicar-se à prática da assistência, mas não à sua reflexão teórica e crítica, o Serviço Social brasileiro dá um salto significativo nas décadas de 1980, quando, por meio de um grupo de professores vinculados à pós-graduação em Serviço Social da PUC de São Paulo – liderado por Aldaíza Sposati, Maria Carmelita Yazbek e Maria do Carmo Falcão –, a categoria profissional se torna referência nacional na discussão sobre a política de assistência social. Sem sombra de dúvidas o ponto de inflexão desta “virada” foi o livro intitulado *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. Assim, em pouco tempo a produção teórica do Serviço Social brasileiro se tornou uma das principais referências críticas fundamentais para as análises e propostas consubstanciadas na Loas.

<sup>6</sup> Este campo que tem servido como uma espécie de “classe-apoio” da implementação de um Estado mínimo para os trabalhadores não deve, como bem esclarece Boito Jr., ser considerado um setor reacionário nem tampouco um aliado da política atual do Estado. Contudo, sua revolta – revolta popular legítima contra a particularidade excludente do capitalismo brasileiro, mas cega – pôde ser “confiscada” e convertida num apoio difuso ao projeto neoliberal, especialmente pela via eleitoral (Boito Jr., 2003).

<sup>7</sup> Druck & Filgueiras (2003) têm razão ao sustentar que a política assistencial compensatória, voltada para os mais pobres e miseráveis, de Lula, explorando com mais eficácia as clivagens reais e imaginárias dos assalariados – opondo os de rendimentos mais reduzidos contra os mais elevados, os nãoqualificados contra os qualificados, os informais contra os formais, os não participantes da seguridade social contra os participantes – logrou deslocar a disputa entre capital e trabalho para o âmbito interno dos trabalhadores. A tática de dividir os trabalhadores para governar transparece límpida quando do pronunciamento do presidente de origem operária na abertura da V Conferência Nacional de Assistência Social: “Então, pensar em assistência social é pensar no seguinte: tem um tipo de gente que não precisa mais (...) de nós, do Estado e não precisa da assistência social. Você pega uma categoria muito organizada, bancários, você pega os metalúrgicos; são trabalhadores com carteira profissional assinada, são trabalhadores com um salário razoável, se comparado à média nacional, são trabalhadores de sindicato forte, então esses não precisam das políticas sociais do Governo. Para esses, o que nós queremos é que eles tenham liberdade de conquistar o máximo possível. E aqueles que vocês tão bem conhecem, aqueles que ainda não têm emprego, aqueles que ainda não têm habitação, aqueles que não têm acesso à saúde, aqueles que não têm salário, aqueles que não têm nada, que moram por

esse mundo afora como nômades, em disputa, de uma prefeitura ou de outra? Esses precisam do Estado brasileiro, e é para esses que o Estado tem que definir prioridades, para tirá-los da condição de pobreza absoluta e elevá-los à condição de cidadania” (Brasil, 2005, p. 24).

- <sup>8</sup> Dado retirado da pesquisa organizada pelo Cfess e realizada pela Universidade Federal de Alagoas e Conselhos Regionais de Serviço Social, cujos resultados foram compilados em: *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília, Cfess, 2005.
- <sup>9</sup> Cf. Mercosul: integração a partir de baixo, in: Inscrita. Brasília: Cfess, 1998.
- <sup>10</sup> A Rede-Suas constitui a maior plataforma de dados e indicadores sociais informatizados da PNAS, ferramenta auxiliar não apenas ao planejamento das ações dos entes federados responsáveis pela implantação do Suas, mas também fundamental à gestão e ao controle da execução financeira da assistência social em municípios, estados e Distrito Federal. A referida Rede é constituída por um intrincado conjunto de sistemas e aplicativos informatizados, tais como o Sistema de Transferências Fundo a Fundo (Sisfaf) que por intermédio de transferências automatizadas de arquivos agiliza e moderniza os procedimentos de repasses de recursos do Fnas para os fundos municipais e estaduais; o Sistema de Acompanhamento Orçamentário do Suas (Siaorc), destinado à gestão orçamentária do recurso gerido pelo Fundo e atualização de dados do Sisfaf; o Sistema de Gestão de Convênios (Siscon) responsável pelo gerenciamento de convênios e o acompanhando do seu trâmite; o InfoSuas, sistema aberto à consulta pública através da rede mundial de computadores, que disponibiliza informações sobre os repasses financeiros do Fnas para os fundos estaduais e municipais, a classificação dos serviços das Proteções Sociais Básica e Especial (de alta e média complexidade) por regiões, estados e municípios e, ainda, fornece acesso à base de dados dos pagamentos realizados em anos anteriores, hierarquizados pelos tipos de intervenção organizados no período, e o SuasWEB, ambiente de funcionalidades específico para a gestão do Suas, que compreende o plano de ação e o demonstrativo sintético de execução físico-financeira, além de informações sobre as contas correntes, saldos, repasses e cadastros.
- <sup>11</sup> Sobre os meios pelos quais a contrarreforma universitária é aperfeiçoada a partir de 2003, constituindo continuidade e novidade em relação aos governos de FHC, consultar Braz & Rodrigues (2013).
- <sup>12</sup> Os dados reproduzidos por Netto (1991, p. 124) revelam o crescimento das agências de formação profissional no pós-1964. Entre os anos de 1959 e 1982, o número de cursos de Serviço Social existentes no país mais do que dobrou: em 1959, existiam 28, contra 61, em 1982. Quando se considera o contingente de estudantes de Serviço Social nos anos de 1960 e 1971, tal expansão é ainda mais inequívoca: dos cerca de 1.300 estudantes em Cursos de Serviço Social no Brasil, saltamos para a cifra aproximada de 6.300, em 1971.
- <sup>13</sup> Associada ao *risco social*, outro conceito bastante presente em parte significativa das políticas assistenciais e programas de transferência de renda da Europa e, especialmente, da América Latina, no pós-1990 é o da *vulnerabilidade social*. E é, entre os teóricos e ideólogos de tais programas, ressaltado como aquele que permite a análise e intervenção mais abrangente da pobreza, uma vez que permite abarcar não apenas uma multiplicidade de privações de caráter mais objetivo (renda, ativos materiais, acesso a serviços etc.), mas também condições psicossociais e dimensões relacionais (atitudes e comportamentos de apatia, resignação, baixa autoestima, baixo protagonismo e autonomia, desesperança, subordinação e

dependência), consideradas como aspectos menos tangíveis do fenômeno. É por esta via aparentemente mais larga, preferível a abordagens econômicas, consideradas limitadoras, que a *vulnerabilidade* põe no centro da intervenção dos agentes das políticas de combate à pobreza o empoderamento, elemento fundamental para o processo de conversão, de transformação do funcionamento da família e das capacidades de seus membros, exigindo competências e habilidades necessárias ao apoio do bom desempenho das funções familiares.

- <sup>14</sup> Exceção deve ser feita aqui a Arregui e Wanderley (2009) que, ao tomarem por objeto o conceito de vulnerabilidade social, empreendem uma avaliação da noção de risco social. Contudo, o esforço de tais autores não esgota a urgência da tarefa que o Serviço Social brasileiro tem pela frente, que é a de submeter os fundamentos de tais conceitos ao crivo da crítica teórica rigorosa e sistemática.
- <sup>15</sup> Os momentos iniciais de *uma política de prevenção voltada para identificar a população de alto risco*, comparecem também em outra publicação francesa datada de 1978: livro intitulado *Trabalhador Social*, de autoria de J. Verdés-Leroux, traduzido para o português na segunda metade dos anos de 1980 e tornado uma referência obrigatória no Serviço Social brasileiro, após as alterações processadas na formação com o *novo currículo* de 1982. Neste, Verdés-Leroux (1986) aponta o despontar da prevenção na França em fins dos anos de 1970, como um novo modo de controle de massa de inadaptados, preferível às formas tradicionais de assistência personalizada, ao possibilitar a sua extensão a um custo menor. Embora Castel (1986) também acentue a aparição desta política de prevenção como uma nova

tecnologia de controle, mais ampla e mais econômica, diferente de Verdés-Leroux, demonstra o quanto a prevenção acentua e, ao mesmo tempo, remodela a demanda por uma assistência personalizada de tratamento dos inadaptados.

- <sup>16</sup> Ilustrativa é matéria veiculada no sítio do MDS, intitulada *Usuários dos Cras cariocas contam suas vitórias*, a qual ressalta os efeitos positivos da política pró-ativado Suas: “Juciara, Cristiane e Wellington vieram do Rio para a [IV] Conferencia [Nacional de Assistência Social] com um mesmo objetivo: representar pessoas que, por vontade própria e com a ajuda dos Cras, conseguiram mudar a realidade em que vivem. Juciara Benedita (...) tem 39 e é mãe de três filhos (...) Perguntada sobre o que faz (...) conta que o grupo que dirige teve início no Cras de Parada de Lucas, periferia do Rio de Janeiro (...) De assistida no Cras, Juciara se tornou uma multiplicadora do trabalho que foi feito com ela. Com o dinheiro que ganha do Bolsa Família, o orçamento doméstico ficou mais folgado e foi possível realizar um sonho de criança. Juciara se formou no curso técnico de enfermagem e já está na luta por emprego na área. Quase sem terminar a frase, ela diz que prestou o vestibular no início do ano para o curso de psicologia para tentar conseguir uma bolsa no programa Bolsa Carioca de Estudos. Não atingiu a nota necessária, mas pretende tentar quantas vezes for preciso”. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/usuarios-dos-cras-cariocas-contam-suas-vitorias>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

#### **Mavi Rodrigues**

- \* Professora adjunta III da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).

## Perspectiva de totalidade e Serviço Social

José Fernando Siqueira da Silva\*

**Resumo:** O texto apresentado analisa a categoria da totalidade a partir de Marx e de sua tradição, discutindo a sua pertinência na esfera particular do trabalho e da formação profissional em Serviço Social. A ausência dessa categoria – fundada na ontologia marxiana – empobrece a apreensão e a atuação profissional dos assistentes sociais, nas suas múltiplas inserções, em tempos de mundialização e de crise do capital. A análise, aqui sucintamente organizada na forma de um ensaio teórico, possui como base empírica estudo realizado na área da assistência social, no complexo Cras-Creas, em três cidades do interior do Estado de São Paulo, investigação esta financiada pelo CNPq por meio de uma bolsa produtividade em pesquisa.

**Palavras-chave:** Serviço Social; categoria da totalidade; trabalho e formação profissional.

**Abstract:** This paper analyses the category of totality in Marx and his tradition and discusses its relevance in the particular realm of work and qualification of the Social Work professional. The absence of this category – founded in Marx's ontology – impoverishes the apprehension and performance of social workers, in their multiple functions, in times of globalization and crisis of the capital. The analysis, presented here in the form of a theoretical essay, is empirically based on a study which took place in the area of Social Work in the complex Cras-Creas, in three cities of the inland of the state of São Paulo. The investigation was funded by CNPq, through a special grant for productivity in research.

**Keywords:** Social work; category of totality; professional work and qualification.

Ao professor “José Índio”,  
um atleta da vida, meu pai (*in memoriam*)

### Considerações preliminares<sup>1</sup>

(...) Ser radical é agarrar as coisas pela raiz.

Mas, para o homem, a raiz é o  
próprio homem (...)  
Marx, 2005c, p. 151

O debate sobre Marx, sua tradição e o Serviço Social nunca foi tranquilo ou consensual. A teoria social de Marx está comprometida com a formulação de uma perspectiva macroscópica empenhada em explicar o metabolismo da ordem burguesa que permite a reprodução ampliada do capital, tendo como referência o ponto de vista do trabalho e a perspectiva da totalidade (Marx, 2004, p. 79 e 1989, p. 409). A proposta marxiana e de sua tradição (na sua diversidade), insiste precisamente na direção da superação da ordem burguesa por meio de um processo revolucionário – como possibilidade histórica – gestado a partir das contradições objetivas-ontológicas contidas nessa própria ordem, formulando uma crítica radical da propriedade privada, do processo de apropriação privada da riqueza socialmente produzida (Marx, 1983, 1984 – a e b – e 1985) e do trabalho alienado-estranhado – com sua divisão e organização – que impede a emancipação humana dos homens como seres humanos genéricos (Marx, 2004-2005a; Lukács, 1979).

Por outro lado, o Serviço Social, como profissão, nasce em um determinado momento do desenvolvimento capitalista: o imperialismo ou a era do capitalismo de monopólios – final do século XIX e início do século XX (Netto, 1992), fortemente comprometido com a restauração da ordem e com o gerenciamento das tensões sociais oriundas da sociabilidade burguesa sob um viés de perfil anticapitalista romântico, predominantemente católico – particularmente no Brasil – e radicalmente anticomunista (Netto, 1989). O Serviço Social não é consequência de uma simples evolução das estratégias de ajuda presentes nas ações sociais religiosas. Trata-se, na verdade, de uma profissão gestada na era do capitalismo de monopólios (de perfil nitidamente hipertardio no caso brasileiro, latino/centro-americano e caribenho – ainda

que com particularidades nacionais)<sup>2</sup>, na trama estabelecida entre o Estado (e seus respectivos governos), a ação das igrejas (não só, mas especialmente a católica) e a questão social<sup>3</sup>. É parte constituinte, portanto, de um complexo processo comprometido com a formulação de inúmeras estratégias utilizadas para maximizar e intensificar o processo de acumulação do capital, modernizando e profissionalizando a gestão das tensões sociais oriundas da desigualdade social que marca geneticamente a propriedade privada, o mundo do capital e estimula seu metabolismo.

É importante destacar, portanto, os necessários cuidados ao reivindicar a aproximação entre uma determinada teoria social crítica (o marxismo – considerando sua diversidade e seus pressupostos – no caso específico de Marx fincado na historicidade marcada pelo capitalismo industrial inglês do século XIX) e uma profissão de base conservadora e sincrética que esboça seus primeiros passos no final do século XIX e início do século XX administrando parte das tensões sociais originadas na irreconciliável relação capital-trabalho. Essa sociabilidade se particulariza no continente latino/centro-americano e caribenho sob as condições de um capitalismo hipertardio, marcado por um legado colonial sustentado, no geral, por uma base econômica comprometida com a grande propriedade, com a escravidão e com a economia agrário-exportadora, cuja gênese se explica pela fase da acumulação primitiva do capital-mercantilista.

Esse contexto se tornou ainda mais complexo considerando as marcas atuais da sociabilidade burguesa pautadas no padrão de acumulação toyotista em uma fase monopolista cuja base se encontra na financeirização da vida social, na captura permanente dos fundos públicos (com apoio dos Estados Nacionais – burgueses), na precarização e eliminação estrutural de postos de trabalho que impõem, concreta e ontologicamente, desafios à classe trabalhadora, aos partidos e segmentos revolucionários.

Sendo assim, esse polêmico e necessário debate entre a tradição revolucionária marxiana

e marxista e o Serviço Social, remete a inúmeros cuidados que passam pela necessidade de uma interlocução refinada, cuidadosa, histórica e com historicidade; portanto, não imediata, pragmática ou utilitarista entre eles (uma tarefa desafiadora considerando o legado da profissão e o permanente empobrecimento da razão pós-moderna). José Paulo Netto, há 21 anos, já polemizava claramente sobre a necessidade e os problemas dessa interlocução:

(...) A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes os mais desiguais (...). O que ocorreu, a meu juízo, foi uma aproximação enviesada de setores do Serviço Social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’. (...) Estou convencido de que o recurso à tradição marxista pode nos clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do nosso exercício profissional. (...) Anima-me porque é um signo incontestado da pertinência contemporânea da interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, porque atesta que ela possui um significado concreto para nós, porque assegura que a sua inserção no debate profissional não é algo artificioso ou aleatório. Mas, igualmente, me preocupa, porque pode induzir à falsa ideia de uma hegemonia da tradição marxista no cenário profissional – e não creio que este seja o quadro real (...) (Netto, 1989, p. 97-100).

Vale ressaltar que as análises e discussões aqui parcialmente apresentadas não são frutos exclusivos da reflexão teórica do autor, muito menos consequência de um trabalho intelectual solitário. Trata-se de um estudo, uma construção certamente individual-coletiva, inicialmente detalhada na tese de livre-docência do autor,

defendida em outubro de 2010 na Unesp – campus de Franca, estudo esse vinculado à dinâmica da vida material, especificamente aquela mais diretamente relacionada ao Serviço Social como profissão. Toda essa investigação teve como referência o projeto de pesquisa inicialmente denominado “Serviço Social: violência e contraviolência no exercício profissional do assistente social”, aprovada pelo CNPq em dois editais nacionais: edital universal (a partir de julho de 2008) e bolsa produtividade em pesquisa (a partir de março de 2009). O estudo teve como base empírica a atuação profissional do assistente social no complexo Cras-Creas nas cidades de Franca, Ribeirão Preto e São Carlos, bem como envolveu seis expoentes nacionais do Serviço Social brasileiro<sup>4</sup>. O que se pretende aqui é apresentar alguns pontos indicados pelo estudo.

Recuperar esse debate, extremamente atual, é condição básica para uma discussão sobre a pertinência contemporânea da perspectiva de totalidade para a formação e para a atuação do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que esse profissional vem sendo demandado, particularmente no âmbito latino-americano. Trata-se, ainda, de um caminho necessário, insubstituível, para afirmar e radicalizar o projeto ético-político profissional do Serviço Social, sua atualidade, forcejando na direção de explicar o sentido da emancipação social que se pretende. É preciso reconhecer, no entanto, que os desafios nessa direção continuam intensos e enriquecidos por determinações que vêm se adensando principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990.

### **Serviço Social, decadência e pragmatismo teórico-prático: uma velha-nova questão<sup>5</sup>**

A decadência e o pragmatismo teórico-prático e a conseqüente negação do ponto de vista ontológico nas Ciências Humanas e Sociais, devem ser explicados sob as bases materiais de um dado momento histórico marcado pela produção e reprodução do capital em escala ampliada, pela mundialização contemporânea do capital na sua

fase financeira. Esse movimento repõe as condições necessárias para o aprofundamento da sociabilidade burguesa e, ao mesmo tempo, os elementos que interagem para sua crise (Mészáros, 2002 e Netto, 1991 e 1992), contexto em que são adotados variados mecanismos que permitem a crescente apropriação privada da riqueza socialmente produzida, com ênfase em diferentes estratégias para lidar com a desigualdade social estrutural que é inseparável do metabolismo do capital (sua produção e reprodução).

As consequências disso são inevitáveis: o crescimento do desemprego e dos contratos de trabalho precários (Antunes, 1999, 2000 e 2006); a reorganização dos Estados nacionais (sempre muito fortes para o capital); a redefinição da questão social sem que com isso se objetive numa “nova questão social” (Rosanvalon, 1995) ou “metamorfoses da questão social” (Castel, 1998) perdidas em lutas sociais fragmentadas e materializadas pontualmente em territórios e comunidades; a banalização dos direitos sociais também por meio de programas e de projetos sociais pontuais e precários, indicando um recrudescimento da desigualdade social com expressões particulares nos espaços urbanos e rurais. Não há como discutir as particularidades do trabalho e da formação em Serviço Social sem considerar esse complexo cenário e as condições materiais objetivas determinadas pela economia política (entendida como a produção e reprodução do ser social na sua totalidade)<sup>6</sup>. Como indica Lukács,

(...) a economia marxiana parte sempre da totalidade do ser social e volta sempre a desembocar nessa totalidade (...) o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social. A determinação da consciência pelo ser social, portanto, é entendida em seu sentido mais geral (...) (1979, p. 22 e 41).

A racionalidade burguesa, nas suas diversas e heterogêneas formas de manifestação, tende a

restringir a formação profissional a um conjunto amplo de informações imediatamente úteis à intervenção profissional. Isto reduz a teoria a um conglomerado caótico e eclético de referenciais justapostos (circunscritos às “ilhas de excelência produtoras do conhecimento”) e a prática a um conjunto de intervenções pontuais e cirúrgicas capazes de produzir mudanças igualmente localizadas (ditas eficientes). Essa diversidade eclética, dita “plural” (vista como detentora de “verdades”), se sustenta em uma convivência dos diferentes que se ajusta harmoniosamente, procedimento essencial para uma atuação profissional considerada competente e equilibrada. Obtêm-se, assim, o conhecimento amplo, aberto, capaz de “dar conta da realidade”, “sem preconceitos” e eficiente para o enfrentamento dos desafios concretos impostos pela modernidade. Os profissionais, então, encontram uma teoria ajustada à realidade, que responde com maior pertinência às suas angústias como profissionais e permite que seu “objeto” – razão primeira de sua intervenção científica e de seu reconhecimento social – seja tratado com satisfação. Postula-se, ao mesmo tempo, uma “teoria e uma metodologia específica do Serviço Social”, como um passo essencial para reconhecer o Serviço Social no campo seguro das Ciências Sociais especializadas, reservando a ele, todavia, nesse “campo de excelências”, uma dimensão nitidamente interventiva e marginal.

Esse processo, certamente heterogêneo e composto por diversas tendências que se propõem comprometidas com a ciência e com teorias do conhecimento capazes de explicar a realidade são, ao contrário do que anunciam, incapazes de apanhar a dinâmica da realidade, a sua lógica, mesmo nas suas formas mais sofisticadas. Lukács, por exemplo, ao tratar dos limites da abordagem kantiana, sustentada na possibilidade do conhecimento por meio da razão subjetiva, afirma que

(...) Como, segundo todos sabem, ele quer fundamentar a realidade partindo da capacidade do conhecimento, e não fundar o conhecimento partindo do ser,

existem para ele, primária e irrevogavelmente, apenas esses dois reinos: causalidade mecânica e atos livres de liberdade (produzidos por sujeitos que põem conscientemente seus fins no mais elevado nível espiritual da ética). (...) É preciso reconhecer que a teoria do conhecimento é filosoficamente incapaz de realmente compreender os problemas ontológicos na ciência (...) (Lukács, 2010, p. 53 e 68).

Em relação ao Serviço Social, os problemas relativos à decadência e ao pragmatismo teórico-prático têm se reproduzido no interior da profissão tendo por base o argumento de que deve existir uma preocupação primeira com os problemas reais (lê-se – imediatos) enfrentados pelos assistentes sociais, retomando certo tipo de endogenia. Sendo assim, qualquer teoria que não responda imediatamente às angústias e às demandas imediatamente impostas aos profissionais é descartada, ignorada, vista como inadequada, demasiadamente complexa, “fora da realidade” ou, em uma só palavra, ultrapassada. A solução, então, é recuperar um leque de conhecimentos ecléticos que remetem ao sincretismo presente na profissão desde sua origem (como dado insuprimível)<sup>7</sup>. Esse contexto vem sendo potencializado, no campo da formação profissional, por um intenso processo de precarização do ensino (a distância e também o presencial), que, de diversas maneiras, destrói a possibilidade de uma formação sustentada na educação integral nos níveis de ensino, pesquisa e extensão. Essa trama empobrece uma abordagem séria e densa sobre o papel e a unidade-diversa entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental que orientam as diretrizes curriculares em curso.

José Paulo Netto, em artigo publicado na segunda metade da década de 1990, já indicava essa preocupação também no campo das Ciências Humanas e Sociais onde se insere o Serviço Social. O autor destaca:

(...) a desqualificação começa a ganhar corpo: o racionalismo dialético é posto

sumariamente no mesmo nível da razão miserável positivista e ambos são inapelavelmente impugnados como ‘paradigmas’ anacrônicos; o humanismo marxista é acimado de ‘eurocêntrico’; a perspectiva de totalidade (bem como a análise sistemática que é seu corolário) é equalizada à ‘vontade totalitária’; a preocupação com a dinâmica histórica é informada pela atenção às ‘continuidades profundas’; a ênfase na macroscopia social é catalogada como discurso generalizante... (...) Pois bem: na minha ótica, no curto prazo (digamos: nos próximos quatro ou cinco anos), o debate mais determinante no campo do Serviço Social será travado em torno da direção social estratégica que se afirmou na passagem dos anos oitenta aos noventa – *o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la ou revertê-la*<sup>8</sup>. As perspectivas imediatas do desenvolvimento profissional estarão diretamente vinculadas aos desdobramentos desse debate que, é óbvio, marcará a agudização da luta ideopolítica no campo do Serviço Social (...) (Netto, 1996, p. 114 e 117).

Tomemos, como exemplo, a questão da assistência social e alguns elementos que sustentam a relação dela com o Serviço Social. Nisto, “os eixos estruturantes e de subsistemas” contidos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004, p. 33), sobretudo a matricialidade sociofamiliar e a descentralização político-administrativa cujo foco principal é o território.

A matricialidade sociofamiliar, prevista na PNAS, está ancorada na premissa da centralidade da família e na superação da focalização, salientando que para a família “prevenir, proteger, promover e incluir seus membros” (PNAS, 2004, p. 35) é necessário, em primeiro lugar, garantir as suas condições de sustentabilidade.

Reconhece, textualmente, a existência de fortes impactos dos processos de “exclusão sociocultural” nas famílias brasileiras, gerado pela “reconfiguração dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado democrático de um lado e, por outro, dos constrangimentos<sup>9</sup> provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho” (p. 35). Destaca, nesse contexto, a centralidade da família no campo de ações da política de assistência social sem deixar de considerar suas novas feições, tipologias ou arranjos familiares (inserida nas transformações societárias contemporâneas – p. 35 e 36), como também a importância da política de assistência social no “conjunto protetivo da seguridade social” por meio de “redes socioassistenciais”

(...) ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária (...) (PNAS, 2004, p. 36).

A organização político-administrativa e a territorialização estão estruturadas em um “sistema descentralizado e participativo” (PNAS, 2004, p. 37), em rede, considerando a articulação e a intersetorialidade das políticas setoriais, bem como o envolvimento paritário da sociedade civil e do governo por meio de conselhos e a realização de conferências municipais de assistência social com a participação dos segmentos envolvidos na política (desde os gestores até os usuários). Há, dessa forma, um apelo para que sejam construídas ações “territorialmente definidas” respeitando a intersetorialidade das políticas, a participação dos segmentos locais envolvidos, identificando os “problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a

partir de recortes territoriais” (p. 38) valorizando a autonomia em todas as esferas da gestão da política no âmbito local. A PNAS explicita textualmente:

(...) É no embate relacional da política pública entre Governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso. Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revisita à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive nesse território (...). A perspectiva de totalidade, de integração entre os setores para uma efetiva ação pública (...) vontade política de fazer valer a diversidade e a inter-relação das políticas locais (...) (PNAS, p. 37).

Ainda que seja necessário observar a importância do Estado e do governo que o compõe, valorizando a dimensão política, a esfera pública e os embates sociais também vivenciados nos territórios, algumas observações devem ser feitas no sentido de precisar nossas preocupações. O que se pretende, aqui, com tais reflexões, meramente pontuais, é ressaltar a importância da crítica radical ao processo em curso no campo da assistência social, com o objetivo de precisar o sentido das noções e dos conceitos que também são apropriados pelos profissionais de Serviço Social<sup>10</sup>. Mais do que isso, é importante não alimentar ilusões quanto às potencialidades da atual política de assistência social.

Posto isso, é necessário destacar, em primeiro lugar, o quanto é restrito e abstrato privilegiar o “embate relacional” entre governo e sociedade, envolvendo a política pública, quando se estabelece o campo de luta para enfrentar o que é genericamente caracterizado como “exclusão social”. De qual governo se fala? Constituído sob qual Estado? Sob quais condições sócio-históricas? O “embate relacional” é meramente político? O Estado e a sociedade civil não são entes abstratos: estão, ao contrário, metidos na trama sócio-histórica. Trata-se, então,

de uma determinada forma de Estado (o burguês) e de uma sociedade civil repleta de tensões de classe que não podem ser resumidas a um “embate relacional da política pública entre Governo e sociedade”. O Estado e o governo que o compõe são determinados pelos embates presentes na sociedade civil. Essa sociedade (a burguesa), por sua vez, é composta por classes sociais antagônicas – no campo da economia política –, que se (re)organizam permanentemente em favor de seus interesses como classe (Marx, 2005, b e c). Portanto, o uso da palavra pública (ou “ação pública” – no sentido utilizado) também gera confusão ao esvaziar o seu conteúdo de classe.

Em segundo lugar, o que se entende por “exclusão social”? Do que se trata? Essa “categorização” não explica – ao contrário, escamoteia – a não satisfação de carências e necessidade humanas dos diversos segmentos que constituem a classe trabalhadora nesse início de século XXI<sup>11</sup>. Considerando o eixo “exclusão-inclusão” (sistemicamente em interação), exclusão de que para incluir onde? O termo “exclusão-inclusão” é falacioso, pois supõe a “exclusão” como uma distorção possível de ser sanada (ou, pelo menos, melhor encaminhada) por uma “inclusão” entendida como inclusão sistêmica sustentada na interação comunicativa da rede e no “trabalho socioeducativo” (também realizado pelos assistentes sociais). Sobre isso basta perguntar: na ordem burguesa em curso os ditos “excluídos” podem ser “incluídos”? Quais os parâmetros para que se possa mensurar se estão ou não incluídos? Para muito além dessas questões é preciso perguntar: *existem seres sociais “excluídos” ou permanentemente expropriados?* É oportuno indagar o que há por detrás das palavras como: “excluídos” e “usuários”. A homogeneização propiciada por elas não apenas escamoteia inúmeras particularidades que constituem os seres sociais atendidos pelos assistentes sociais no complexo Cras-Creas (em nada desprezíveis), como também é inútil para descortinar as tramas que envolvem o trabalho alienado-estranhado no âmbito da propriedade privada.

Em terceiro lugar, o que significa a frase “(...) a perspectiva de totalidade, de integração entre os setores para uma efetiva ação pública (...)” (PNAS, 2004, p. 37)? Totalidade, integração ou, de forma um pouco mais elaborada, interação sistêmica das partes? Não se trata de, evidentemente, confundir a rica e complexa categoria da totalidade marxiana e de parte de sua tradição com o “todo articulado” sistêmico (equivocadamente denominado de totalidade ou, simplesmente, entendido como totalidade pelos sistêmicos). Igualmente ingênuo seria crer que essa importante categoria que compõe a teoria social de Marx tenha servido de referência para os que teceram a Política Nacional de Assistência Social. Vale destacar, contudo, especificamente no âmbito do Serviço Social e do que se convencionou denominar de “projeto ético-político profissional”, como direção social, que Marx e parte de sua tradição possuem uma interlocução com o Serviço Social (ainda que possamos discutir a qualidade desse debate travado a partir do processo de reconceitualização). Por isso, e por esse legado que vem sendo construído no âmbito da profissão, e sabendo que segmentos importantes do Serviço Social foram protagonistas na elaboração da PNAS, é preciso dizer claramente de qual totalidade se fala ainda que seja óbvio que não se trata da totalidade marxiana. A insistência não é exagerada, pois tal questão pode gerar confusões conceituais importantes e valorizar certo tipo de ecletismo regado por um utilitarismo (consciente ou não) que lança mão de conceitos e de categorias sem a clareza necessária, estimulando confusões junto a pesquisadores e profissionais de Serviço Social que atuam na área.

Preservados os múltiplos esforços para aprimorar o atendimento assistencial brasileiro historicamente marcado pelo eixo assistencialismo-repressão (e isso não é pouco ou desprezível), é preciso reconhecer, com toda clareza, a fundamentação sistêmica contida na PNAS e o distanciamento dela de qualquer alternativa que se inspire na perspectiva de totalidade (desenvolvida nesse artigo). Mesmo reconhecendo que existem diferentes momentos de elaboração

textual que são formulados e redigidos também com base nos limites sócio-históricos, nas condições objetivas de uma época e com determinadas finalidades (portanto, repleto de história e de historicidade), é necessário ter claro que na “prática a teoria não pode ser outra” ainda que isso não elimine, em absoluto, inúmeros desafios que impeçam a reprodução prática do inicialmente projetado (e isso é inevitável também no âmbito da sociedade burguesa). Em outras palavras, considerando as imensas tensões e contradições para a reconstrução do real como “concreto pensado” (Marx, 1989, p. 410) e os embates e obstáculos para que sejam materializadas alternativas e propostas em uma dada historicidade, é preciso ter o cuidado para não misturar perspectivas teóricas claramente antagônicas ou, ainda, minimizar, subestimar essa questão.

A PNAS está imersa em terminologias confusas (e sincréticas) que mesclam a noção de rede sistêmica (para negar a fragmentação e o isolamento) e um linguajar que poderia confundir os desatentos<sup>12</sup>. A PNAS fundamenta-se na noção de um todo articulado, sustentado em uma rede de serviços que, em tese, se comunica para lidar de forma mais abrangente com o eixo “exclusão-inclusão” (com base na intersectorialidade). O isolamento das partes causado pela ausência de integração-interação gera a falência do todo (do corpo social) e a decadência da política assistencial, impedindo um “equilíbrio dinâmico” capaz de lidar com as tensões imersas no sistema e desdobradas nos subsistemas. Na perspectiva de Capra,

(...) Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização (...). A estabilidade de sistemas auto-organizados é profundamente dinâmica e não deve ser confundida com equilíbrio. Consiste em manter a mesma estrutura global apesar de mudanças e

substituições contínuas de seus componentes (...) (2002, p. 260 e 264).

A rede de serviços real (cotidianamente tecida com apoio dos assistentes sociais), nem de longe reproduz a rede de serviços ideal comprometida com a interação e a comunicação sistêmica dos subsistemas. E o motivo para isso é relativamente simples: ela não é capaz, ontologicamente, de dar conta das imensas contradições a que se propõe solucionar – ou pelo menos lidar – já que essas contradições constituem geneticamente a própria sociabilidade burguesa; ou, em outras palavras, os arranjos sistêmicos comprometidos “em manter a mesma estrutura global apesar de mudanças e substituições contínuas de seus componentes” (Capra, 2002, p. 264) são insuficientes para lidarem com tensões de ordem estrutural e promoverem o tão esperado “equilíbrio dinâmico”. A crítica teórico-prática desse contexto, sob o marco aqui reivindicado, não é uma retórica; ao contrário, é componente fundamental e necessário para negar abstrações e ilusões quanto às possibilidades de superação da questão social e de suas múltiplas expressões sob o mando do capital.

O que interessa afirmar aqui, com toda radicalidade, no campo do trabalho e da formação profissional, é que os estragos e equívocos são imensos. Além do manejo indiscriminado de tendências genericamente caracterizadas como “sistêmicas”, inclusive sem o cuidado merecido a essa tradição (vulgarizada em diversos cursinhos preparatórios de “terapia familiar” para atuar com núcleos familiares e seus indivíduos), o que impera é um discurso genérico a favor da cidadania e da “inclusão socioeducativa”(?) dos usuários (muitas vezes “abençoado” pelo que é entendido como projeto ético-político profissional do Serviço Social!), proposta essa que se mostra absolutamente incapaz de viabilizar os próprios pressupostos sistêmicos idealmente comprometidos com a comunicação-interação entre as partes e a sólida articulação entre elas visando um “equilíbrio dinâmico”. As confusões se completam na medida em que os profissionais acreditam que estão viabilizando

direitos sociais e emancipando socialmente os usuários (sem ter muito claro do que se trata isso – em contraposição ao “velho” assistencialismo) e que a questão social – causada por um “desarranjo sistêmico” – pode ser, enfim, equacionada por meio de uma eficiente rede de atendimento. Cabe ao assistente social auxiliar na formação da rede, contrapondo-se ao assistencialismo, afirmando direitos por meio da “inclusão social” enriquecida pelo “trabalho socioeducativo” em tempos de “solidariedade cidadã” comprometida com a “emancipação” de indivíduos devidamente e produtivamente reintegrados ao meio. Toma-se, assim, “gato por lebre”!

O Serviço Social é o trabalho prestado, desenvolvido, executado, para as pessoas que dele necessitam<sup>13</sup>, nas suas diversas formas de viver, conviver e sobreviver na sociedade. (...) O usuário é toda pessoa que me procura, para uma simples informação, orientação, para ser ouvida e acolhida, para solicitar inclusão em algum programa de benefício e para encaminhamentos. (...) A forma como a cidade é administrada, mantém-se conservadora e assistencialista, dificultando o avanço e estabelecimento da Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado. (...) Há escassez de equipamentos sociais públicos e privados para atuarem neste setor da cidade, que vem crescendo de forma rápida e visível, em todos os sentidos, bons e ruins (Marina – assistente social).

Os programas e projetos voltados efetivamente para os aspectos sociais remetem à dignidade humana, pois promovem o núcleo familiar, no sentido de seus membros serem os protagonistas de sua autonomia e emancipação social, dentre outras conquistas pessoais (cursos para profissionalização e geração de renda). (...) O Serviço Social oferece uma gama de serviços com a possibilidade de

acolher a família, exatamente no processo de exclusão e desproteção social. Os encaminhamentos favorecem o acesso à rede socioassistencial e demais políticas públicas, contribuem e favorecem para o exercício da cidadania, buscando a promoção humana com dignidade, com vista de o usuário ser o protagonista de sua história de vida (Joana – assistente social).

(...) No programa federal Bolsa Família, o assistente social é o profissional que possibilita aos usuários conhecerem os critérios e através do cadastro inseri-los. Dessa forma, o assistente social é o mediador para a garantia de inclusão do benefício. Tendo como ressalva, que o profissional apenas encaminha para o governo federal, mas é este que inclui o usuário. Assim o profissional não tem clareza, junto ao usuário, para esclarecer quando e como será sua inclusão. Neste programa eu realizo junto às famílias beneficiárias que estão em descumprimento dos critérios do programa, como frequência escolar e saúde, reuniões socioeducativas discutindo a questão dos critérios e também sobre a educação e escola (Isabela – assistente social).

Sem o desejo de generalizar indiscriminadamente os aspectos aqui ressaltados (felizmente), é preciso reconhecer a atualidade e a força com que tais confusões reeditam o ecletismo e o sincretismo no Serviço Social (Netto, 1991 e 1992)<sup>14</sup>. Desconsiderá-las, minimizá-las ou justificá-las pela boa intenção profissional ou pelo desejo de ajudar as pessoas dentro das possibilidades atualmente disponíveis, é igualmente um equívoco<sup>15</sup>. Importa destacar o perverso e o “sutil” movimento que descarta, ignora ou, na melhor das hipóteses, diminui sensivelmente a importância daquelas reflexões teóricas críticas, nada desprezíveis ou abstratas.

### A perspectiva ontológica e a categoria da totalidade no Serviço Social: pertinência e cuidados para uma interlocução necessária

É preciso registrar, então, que a categoria da totalidade não pode ser comicamente confundida com as noções de “tudo”, “todo” ou de “perfeição-exatidão” considerando o processo de produção de conhecimentos necessário à explicação de múltiplos complexos sociais (por exemplo, a questão social e suas formas particulares de expressão). Como categoria, ou seja, como “formas de vida e determinações de existência” (Marx, 1989, p. 415) que se objetiva com base em um legado sócio-histórico e sob as condições de uma dada historicidade, o ponto de vista de totalidade também se inscreve na vida material orientando a razão que se debruça sobre o real e seu movimento (portanto uma razão ontologicamente orientada) (Lukács, 2010, p. 100). Os complexos sociais não são “fatos sociais” ou “fenômenos” mesuráveis “neutramente” por cientistas abençoados pelo receituário acadêmico composto por fórmulas que, corretamente aplicadas, garantem um conhecimento seguro da realidade. Os complexos sociais – irrigados por múltiplas mediações (conexões explicativas reais) nada formais ou justapostas – possuem uma existência material imbricada com a vida de seres sociais, com a produção e reprodução deles como seres potencialmente constituídos de gênero humano comprometidos com a emancipação humana (Marx, 2005a), ainda que sob o mando do capital haja um estranhamento desse gênero na medida em que ele é reduzido à vida individual e à satisfação de suas carências. Como lembra Marx,

(...) Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da *vida genérica*<sup>16</sup> apenas um meio de vida individual. Primeiro estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última

em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. Pois primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. (...) A vida mesma aparece só como *meio de vida* (...) (2004, p. 84).

Marx, desde seus primeiros estudos, esteve vinculado à reconstrução do movimento do real estabelecendo uma unidade-diversa entre a ontologia (a vida real de seres reais sob dada história e historicidade) e a gnosiologia (o conhecimento sobre o movimento desse real). O ponto de vista de totalidade, portanto, não é um ato puro da razão pensante que roda sobre ela mesma e ou submete e manipula o real conforme regras abstratamente estabelecidas pelas “ciências” e por seu “corpo técnico instrumental”, mas uma reconstrução concreto-pensada que mescla-separa (portanto, não identifica), o ser social e o mundo em que ele vive, o pensar e o existir (concreto), o conhecer e o ser (real-sensível). A perspectiva de totalidade está empenhada em perquirir a trama que constitui os complexos sociais reconstruindo a “lógica da coisa” (Marx, 2005b, p. 39), suas leis, suas características, suas múltiplas e complexas mediações. Em outras palavras, a totalidade é uma categoria ontológico-gnosiológica considerando, ao mesmo tempo, sua existência material e sua pertinência intelectual para o processo de reconstrução mental do movimento do real. Marx dizia ainda: “O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso (...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta (...)” (1989, p. 410).

Ou, nas palavras de Lukács,

(...) a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução

mental do realmente existente (...). Do ponto de vista metodológico, é preciso observar desde o início que Marx separa nitidamente dois complexos: o ser social, que existe independentemente do fato de que seja ou não conhecido corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível (...) (1979, p. 28 e 35).

A categoria trabalho como ato teleológico previamente ideado (trabalho concreto) encontra-se na gênese do processo de sociabilidade do homem, uma vez que é uma condição natural/básica para reprodução da vida humana. Trata-se de uma categoria ontológica central, pois concretiza a relação homem-natureza, isto é, os homens – por meio do trabalho – humanizam a natureza e, ao mesmo tempo, se autotransformam conforme se apropriam das propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, pondo-as em movimento.

(...) o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (...) (Lukács, 1979, p. 46 e 87).

O trabalho estranhado – a forma como historicamente o trabalho se objetiva no capitalismo –, separa o homem (força de trabalho), os instrumentos de produção (máquinas, ferramentas etc..) e o produto do trabalho (mercadoria). Institui a propriedade privada fundada na privatização da produção social e causa um estranhamento entre o homem e o produto do seu trabalho. As potencialidades emancipadoras do

trabalho, sob o reino do capital, são subsumidas – mas não eliminadas – por uma forma de trabalho que submete o ato de criação (trabalho concreto) à valorização do capital por meio do trabalho alienado-estranhado, abstrato e assalariado destinado à pura sobrevivência e à satisfação de carências humanas mínimas (Marx, 2004, p. 79-90).

Com todos os cuidados necessários é preciso reafirmar a importância dessas discussões para o Serviço Social, no sentido de subsidiar e qualificar a apropriação mental, racional, do movimento do real (materialmente posto), explicar a particularidade dos assistentes sociais como trabalhadores, suas possibilidades e seus limites (alguns objetivamente intransponíveis) no exercício da profissão em dada sociabilidade. Sendo assim, a tese inaugurada por Iamamoto, na década de 1980, de que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, representou um salto qualitativo essencial. O Serviço Social é uma profissão cujos profissionais exercem uma forma particular-especializada de trabalho abstrato-concreto (sendo que o primeiro subsume o segundo, mas não o elimina como ato criativo e portador de um valor de uso – uma tese certamente não consensual no campo progressista dessa profissão). Trata-se, portanto, de um trabalho assalariado, produtivo ou improdutivo, que atua na relação homem-homem no campo das políticas, programas e projetos sociais<sup>17</sup>. Sobre isso, as recentes considerações de Iamamoto são relevantes:

(...) parte-se do suposto de que a identificação da *particularidade dessa atividade profissional na divisão social e técnica do trabalho social não se esgota na indicação do valor de uso dos serviços prestados, da qualidade do trabalho realizado*<sup>18</sup>. Isso porque ela é também portadora de trabalho humano indiferenciado, *trabalho humano abstrato, analisado na óptica de sua quantidade, parte do trabalho social médio*, que participa na produção e ou distribuição da

mais-valia socialmente produzida e na luta pela hegemonia entre forças sociais. Transitar da análise da *profissão* para o seu efetivo *exercício* agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para *elucidar o significado social do trabalho do assistente social* – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – *enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio de trabalho assalariado alienado* (...) (2007, p. 214).

Os desdobramentos que surgem dessa interlocução são altamente positivos à categoria profissional dos assistentes sociais, pois oferecem elementos – situados para além da profissão – que explicam seu significado social e impedem a retomada de qualquer tipo de postura sistêmica e endógena. Mais do que isso, exigem que o profissional, como sujeito histórico possível, reconhecendo os limites intrínsecos das profissões (e seus próprios limites como profissional), mergulhe na trama particular em que está inserido seu trabalho profissional no sentido de pensar criticamente e agir propositivamente. Ou seja, embora a profissão não possa, pela sua própria natureza, emancipar humanamente os “usuários” (uma tarefa impensável sem a revolução), certamente pode e deve imprimir outra direção social e contribuir com esse processo. O impacto disso nos espaços de inserção profissional é claro: um profissional empenhado em qualificar teórica e praticamente (ou pelo menos intencionado nessa direção) os diversos assuntos concretos e diariamente enfrentados pelos assistentes sociais. As indagações, nesse sentido, são certas: de qual emancipação se fala? Como ocupar propositivamente espaços próximos ao campo da emancipação política e da afirmação de direitos, reconhecendo as contradições intrínsecas dessa empreitada? Qual o lugar da assistência social no campo da segurança social e na reprodução da ordem do capital? É possível pensar o complexo Cras-Creas não apenas a partir do instituído legal, oficial,

sistêmica e hegemonicamente? O que significa socioeducativo? Quais os aspectos perversos que consomem as preciosas forças dos assistentes sociais na esfera da vida cotidiana, impedindo que outros caminhos sejam trilhados e potencializados? O que significa “incluir socialmente”, considerando o intenso processo de mundialização do capital e seus impactos no trabalho e na vida humana?

Com base nisso é possível perseguir e reconstruir mentalmente o significado social (real) do Serviço Social como profissão na sociabilidade burguesa em curso e indicar com qual direção ético-política o trabalho profissional dos assistentes sociais tem se materializado nos espaços em que é requisitado. Nesse contexto é absolutamente necessário rediscutir e redimensionar o sentido da atuação socioeducativa como uma ação que – embora seja sempre limitada e insuficiente – pode ser útil no processo de crítica permanente das contradições ontológicas que constituem geneticamente a ordem burguesa. Nesse sentido,

(...) A realização de direitos pode ser útil à emancipação humana se as tensões implícitas na composição deste tipo de emancipação política (seus limites e possibilidades) forem forcejadas nas suas próprias contradições como direitos abstratos (não reais) (Marx, 2005a). Assim, a emancipação humana não será alcançada pela simples afirmação de direitos (abstratos e legalmente inscritos – muito comum em países latino-americanos). Ao contrário, poderá se desenvolver por meio de atitudes e ações permanentes que demonstrem as contradições não apenas entre o que está previsto em lei e sua incoerência prática, mas, sobretudo, contradições que revelam a incapacidade e a impossibilidade destes direitos romperem com o criadouro da violência estrutural: a apropriação privada da produção social (a propriedade privada). Evidentemente esta não é uma tarefa de uma profissão, ou das profissões, já que

elas estão limitadas por sua própria natureza e alcance. Exigir delas esta tarefa é, no mínimo, insano. Porém, sem qualquer concessão ao idealismo, é preciso sintonizá-las na direção da emancipação humana que, por sua vez, evidentemente, extrapola os marcos das profissões (...) (Silva, 2008, p. 46).

É preciso investir em uma formação profissional densa e sólida empenhada em formar intelectuais que pensem criticamente coisas concretas, reconhecendo que este tipo de formação vem sendo fortemente questionada e encontra, hoje, limites objetivamente dados na ordem social em curso. Várias “alternativas”, então, se recolocam, sobretudo aquelas que defendem uma formação teórico-metodológica submetida aos “desafios da prática”, no sentido de responder diretamente o que “se pede” na prática ou, de forma mais ampla, defender estudos mais densos circunscritos às demandas práticas, como também destaca Montañó (2007, p. 161). De uma forma ou de outra, todas elas recaem em uma relação pragmática e utilitarista (da prática sobre a teoria).

Somente sob essa base ontológica – e não de uma teoria do conhecimento que atribui para si o “desvelamento do real” – será possível insistir na formação profissional aqui destacada e, ao mesmo tempo, alimentar a atuação profissional, enfrentar o abismo teórico-prático, desvelar seu sentido, forcejar em outra direção, mesmo que sempre atrelado ao pântano imposto pela historicidade em curso, seus limites objetivamente dados<sup>19</sup>. Reafirma-se, aqui, a possibilidade de outro sentido ao trabalho socioeducativo, que não apenas repassa informações formais aos pobres, muito menos recoloca, sob o manto sagrado da “participação democrática”, o controle sob suas consciências e ações. Também se desvencilha de tendências messiânicas que acreditam que o assistente social conduz, por si mesmo, endogenamente, a “transformação”, a conscientização politicista, ingênua e idealista dos “despossuídos”, desconsiderando as condições objetivas para realizá-las (inclusive as suas

próprias condições profissionais). O que nasce aqui é outro tipo de trabalho socioeducativo fundado na realidade dos seres sociais atendidos, no sentido de valorar um denso processo que unifica sem identificar pensamento e realidade, ontologia e gnosiologia, teoria e prática, o imediatamente visível e sua complexidade mediata, carências-necessidades e possibilidades reais de satisfazê-las por meio de programas e projetos sociais, demandas apresentadas e formas de encaminhá-las mais amplamente com o apoio do trabalho profissional. Isso tudo sem deixar de reafirmar, sempre e simultaneamente, suas próprias limitações ontológicas como profissão, seu vínculo necessário com processos macroscópicos que determinam o ser profissional e o exercer uma profissão sob as condições materiais que constituem determinada sociabilidade: a do capital.

### Comentários finais

A voracidade do capital impede, cada vez mais, a realização de níveis crescentes de emancipação (inclusive aqueles mais restritos à emancipação política e à afirmação de direitos (Silva, 2009; e Silva e Sant’ana, 2009)). Isso tem redefinido a relação entre as demandas democráticas e as possibilidades objetivas para que se viabilizem propostas capazes de lidar com inúmeras contradições recriadas – e insuperáveis – entre capital e trabalho. Esse processo repõe as condições de reprodução ampliada do capital em escala planetária e, ao mesmo tempo, suas insolúveis contradições que impactam as condições necessárias para a reprodução da vida humana na sua plenitude (recolocam barreiras sociais à realização do humano-genérico). Reorganiza, inevitavelmente, o próprio trabalho profissional dos assistentes sociais e suas condições particulares como trabalhadores assalariados.

Nesse contexto, os assistentes sociais lidam cotidianamente com situações cada vez mais complexas e insolúveis (que misturam dramas pessoais e graves situações sociais), ao mesmo tempo em que suas condições objetivas para

lidar teórica e praticamente com esse contexto se tornam cada vez mais restritas (expressão, também, da debilidade das “políticas sociais”, dos programas e dos projetos sociais atualmente adotados).

A sobrevivência da crítica radical no âmbito do Serviço Social depende de uma aproximação privilegiada, qualificada e responsável com a produção marxiana e com parte de sua diversificada tradição (particularmente com Lenin, Lukács e Gramsci), ainda que isso não elimine – em hipótese alguma – um debate plural-crítico com outros autores marxistas, com setores libertários não marxistas e com aqueles segmentos antimarxistas comprometidos – na sua diversidade – com a reprodução da sociedade burguesa. Nesse processo, a produção de conhecimentos carece de uma perspectiva radicalmente ontológica e de totalidade, por isso, no caso do Serviço Social, comprometida com a análise radical dos desafios concreta e cotidianamente demandados para os assistentes sociais. Ou seja, as investigações devem considerar o cotidiano profissional inserido em uma dada sociabilidade – a burguesa – não para deixar que as experiências práticas e os desafios imediatos falem por si próprios e consumam as forças dos assistentes sociais com ações imediatistas e meramente reiterativas da ordem. Mais do que isso, a ontologia marxiana impõe à profissão e aos profissionais a negação absoluta de qualquer perspectiva endógena do Serviço Social exigindo, ao mesmo tempo, a explicação macroscópica dos mecanismos de produção e reprodução da sociabilidade em que se insere o Serviço Social (e “seus usuários”) e as particularidades dessa profissão (suas contradições). Ilumina, assim, alternativas de intervenção nas condições objetivamente dadas sob a orientação da razão crítica que pensa o real-concreto, sem recaídas idealistas ou pessimismos paralisantes.

Ainda que a vida cotidiana seja o espaço onde se materializem e se objetivem o trabalho profissional e toda a vida humana, transcendê-la é uma tarefa fundamental à emancipação humana e à realização do humano-genérico. É preciso ressaltar, então, que a formação e a produção

de conhecimentos em Serviço Social devem ter por objetivo enriquecer a apropriação crítica dos assistentes sociais para além de demandas imediatas; ou seja, urge combater o utilitarismo-pragmatismo no uso de “conhecimentos” diante das demandas práticas (e vice-versa), valorizando aquele tipo de produção que enriqueça a “massa crítica” fincada na explicação dos mecanismos de produção e de reprodução da sociabilidade burguesa e, nela, as particularidades do Serviço Social. Essa contribuição pode ser feita tanto por meio de estudos que respondam mais diretamente às demandas práticas, como também envolvendo conhecimentos sobre o real que não estão necessariamente relacionados com as demandas imediatamente apresentadas aos assistentes sociais. O que se pretende é estimular uma leitura mais densa sobre a trama por onde se desenrola o trabalho profissional e, nesse sentido, oferecer um retorno real – não imediato – à profissão e à atuação do profissional do Serviço Social.

É necessário, portanto, cultivar uma interlocução realista, sólida e rigorosa entre a esfera particular da atuação profissional e a ampla esfera revolucionária – onde se localiza Marx e sua diversificada tradição –, reconhecendo as contradições estabelecidas entre elas. Caso isso não aconteça, teremos um empobrecimento teórico-prático (já existente) da “massa crítica” dos assistentes sociais (inclusive dos pesquisadores), comprometendo definitiva e unicamente o Serviço Social com a reprodução do metabolismo do capital. Considerar-se-á, então, o Serviço Social como uma especialidade técnica das “Ciências Sociais Aplicadas” que “responsavelmente”, em nome da cidadania e “abençoada” por uma leitura equivocada do projeto ético-político profissional, administra e minimiza tensões sociais insuperáveis no capitalismo, particularmente no campo da coerção e do consenso (Iamamoto, 1994). Simultaneamente, os movimentos sociais comprometidos com a revolução e com a emancipação humana (que também passam por duros tempos) perderão a possibilidade de dialogar com profissionais

que, como poucos, lidam diariamente e conhecem – de uma forma ou de outra, conscientes ou não – as consequências nefastas causadas pela reprodução ampliada do capital.

O constante debate com Marx e com sua tradição incita, no mínimo, os assistentes sociais a uma permanente rebeldia que deve contaminar o trabalho profissional com todos os seus limites. Para isso é importante que não caiamos no “canto da sereia” de que é possível humanizar o capital e harmonizar suas contradições em tempos de “solidariedade cidadã”, de fragmentação e de empobrecimento da vida social e das “ciências” que se debruçam sobre ela. É importante lembrar que a permanente angústia vivida e reclamada por diversos assistentes sociais ao lidarem com a questão social não tem como causa o debate estabelecido entre o Serviço Social, Marx e sua tradição (que remete à falsa ideia de que esse diálogo é inadequado, impertinente e gera confusões). A verdadeira causa desta angústia é ontológica, ou seja, está relacionada com a vida real dos seres sociais com os quais nós assistentes sociais trabalhamos e com nossa própria condição real como trabalhadores assalariados, alienado-estranhados, cenário esse reforçado pela desigualdade social estrutural que constitui a natureza da ordem burguesa em curso. O que propicia a leitura ontológica e de totalidade em Marx? A possibilidade de desvelar esse contexto! E teria que ser diferente para que o Serviço Social e os assistentes sociais fossem mais competentes e comprometidos com os problemas genuinamente humanos?

### Referências bibliográficas

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? – Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAPRA, F. Teorias sistêmicas, in: *A teia da vida*. São Paulo: Editora Cultrix, 2002, p. 46-55.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertarديو*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico*. São Paulo: Cortez/Celats, 1994.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

LESSA, S. A emancipação política e a defesa de direitos, in: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 90, p. 35-57, 2007.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, G.. *LUKÁCS*. Organizado por José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

\_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social: o trabalho*. (mimeo, s.d.) (Tradução de Ivo Tonet).

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *A questão judaica*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. *Capítulo inédito de O Capital – resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1969.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução, in: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 145-156.

\_\_\_\_\_. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>>. Acesso: 14 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse - lecciones fundamentales para la crítica de la economía política – 1857-1858*. Obras fundamentales, v. 6, tradução de Wescleslao Roces, México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, l. 1, t. 1, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, l. 1, t. 2, 1984.

\_\_\_\_\_. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v. III, l. 3, t. 1, 1984.

\_\_\_\_\_. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v. III, l. 3, t. 2, 1985.

\_\_\_\_\_. O método da economia política, in: FERNANDES, F. (org). *Marx e Engels – História*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989. (Textos originais de Marx e Engels).

MÉSZÁROS, I. Crise estrutural do sistema do capital, in: *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 605-980.

MONTAÑO, C. *A natureza do Serviço Social – um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. (org.). *O mito da assistência social – ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008.

MUSTAFA, P. O ecletismo da Política de Assistência Social brasileira: alguns apontamentos, in: SILVA, J. F.; SANT’ANA, R. dos S.; LOURENÇO, E. A. de S. *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coleção Nova de Serviço Social).

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

\_\_\_\_\_ e FALEIROS, V. de P. Teoria, método e história na formação profissional. *Cadernos Abess* n. 1. São Paulo: Cortez, 1986.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas – subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS, set. 2004.

ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social – repensando el Estado providencia*. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, J. F. S. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? *Revista Katálysis*, v. 16, n. 1, p. 72-81, 2013a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-498020130000100008>>.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013b.

\_\_\_\_\_. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. *Ser Social*. Brasília, n. 19, 2008, p. 31-58.

\_\_\_\_\_. CARMO, O. A. de; GUTIÉRREZ, T. del P. M. Serviço Social e Trabajo Social: tendências e perspectivas no Brasil e em Cuba, in: NAVARRO, V.; LOURENÇO, E. A. de S. (orgs.), in: *O Avesso do Trabalho III*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 279-302.

\_\_\_\_\_; SANT’ANA, R. S. Notas críticas para un debate latinoamericano sobre formación

y trabajo profesional en Servicio Social. *Anais do Congresso Latinoamericano de Trabajo Social*. Guayaquil, 2009.

\_\_\_\_\_; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (orgs.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coleção Nova de Serviço Social).

\_\_\_\_\_; SILVA, M. I. da. Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência, in: LOURENÇO, E. A. S. et al. (org.), in: *Avesso do trabalho II – trabalho, precarização e saúde do trabalhador*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 108-134.

### Notas

- <sup>1</sup> Será apresentado, aqui, na forma de artigo (portanto, sinteticamente), um tema densamente desenvolvido no livro intitulado *Serviço Social: resistência e emancipação?* (Silva, 2013b).
- <sup>2</sup> O termo “hipertardio” remete ao caráter regressivo da revolução burguesa brasileira, sua necessária “incompletude” como forma possível de objetivação por meio da via colonial (que a caracterizou estruturalmente). Vale destacar sua particularidade se comparada à via clássica que reinou em países como a Inglaterra ou em relação às experiências tardias europeias (como a Alemanha). Uma ótima análise desse processo encontra-se em Chasin (1978).
- <sup>3</sup> A questão social é aqui explicada como um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada, parte constituinte e insuprimível do processo de produção e reprodução do capital que tem no capitalismo a sua forma de organização societária; ou seja, é uma manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista (Marx, 1984, p. 187-259 - 2). Sobre isso o autor lembra que a “(...) acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria de outro, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto (...)” (Marx, 1984, p. 210).
- <sup>4</sup> Os depoimentos obtidos por meio de entrevistas e/ou questionários semiestruturados não serão aqui detalhados (embora pontualmente referenciados ao longo deste texto) por dois motivos: a) a publicação do livro *Serviço Social: resistência e emancipação?* (Silva, 2013b), conforme indicado na nota de rodapé n. 2; b) o espaço restrito (na forma de artigo) para um cuidadoso tratamento dos dados. Apenas para situar o leitor quanto à pesquisa, a coleta de dados foi realizada com profissionais de Serviço Social que atuam no complexo Cras-Creas nas cidades acima indicadas e com estudiosos do Serviço Social, nacionalmente reconhecidos.
- <sup>5</sup> O texto aqui apresentado reproduz, sucintamente, a discussão que apresentamos no item 3.1. da parte 2 do livro *Serviço Social: resistência e emancipação?* (Silva, 2013b).
- <sup>6</sup> Sobre isso consultar: Marx (1988, p. 82-83; 2004, p. 79-90 e 1984a e b -1985) ou Lukács (2010).
- <sup>7</sup> Sobre o sincretismo no Serviço Social, consultar Netto (1992)
- <sup>8</sup> Itálicos do autor.
- <sup>9</sup> A palavra “constrangimentos” é curiosa. Quais constrangimentos?
- <sup>10</sup> Argumentos adensados em Silva, 2013b.
- <sup>11</sup> Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx (2004) aponta que a satisfação de carências humanas (comer, vestir, dormir, entre outras) é pressuposto, mas não viabiliza, por si só, necessidades humanas. A realização do ser humano-genérico, de suas potencialidades como ser social livre e criativo, conta com a objetivação de necessidades que superem a mera sobrevivência física dos homens. Portanto, a vida produtiva – nela o trabalho – não pode aparecer “ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física (...)” (Marx, 2004, p. 84). Por isso, o reino das necessidades requer a superação do capital e

de seu modo de (re) produção em escala planetária: o capitalismo.

- <sup>12</sup> Refiro-me às terminologias “dialecticamente condicionadas”, “mundo do trabalho” e “totalidade” (PNAS, 2004, p. 35 e 37), por exemplo. Uma boa análise sobre o ecletismo contido na PNAS pode ser encontrada em Mustafa, 2013.
- <sup>13</sup> Nota-se, aqui, uma associação – identificação – direta entre profissão e assistência social: “para as pessoas que dele necessitar”. A mística do servir é aqui resgatada com toda a sua força.
- <sup>14</sup> E isso não se limita aos profissionais “gestores de frente” da política de assistência social, a maioria deles bem intencionados e nem sempre com oportunidades reais para um devido aprofundamento teórico-crítico sobre a realidade a qual trabalham.
- <sup>15</sup> Não há, aqui, qualquer intenção de desprezar sentimentos nobres e necessários ao relacionamento humano, entre eles o de ajudar as pessoas. Trata-se, propriamente, de não isolá-los sob a abstração personalista e abstrata da “pessoa humana”, absolutamente “transclassista” (nos dizeres de Yamamoto, 1994 e 2007).
- <sup>16</sup> Grifos do autor.
- <sup>17</sup> Ao se concentrar no livro 1 de *O capital*, Lessa (2007a e b) nega que o exercício profissional do assistente social possa se constituir como determinada forma de trabalho (na sua forma concreta-abstrata). Ainda que o livro 1 se concentre na relação orgânica homem-natureza e aponte, ao mesmo tempo, as distorções geradas pelo trabalho alienado-estranhado – do proletariado – objetivado sob as condições impostas pelo capital, vale destacar que, no mesmo livro, Marx abre espaços

para a ampliação dessa discussão ao dar o exemplo do trabalho do professor em diferentes espaços: o privado – como produtivo – e o público-estatal como improdutivo que não gera diretamente mais-valia. É preciso saturar essa análise de história recuperando os outros volumes de *O capital* (particularmente os capítulos 1, 5, 13, 14, 15, 16 e 22, e o capítulo 6, inédito). Lukács (mimeo, s.d – tradução de Ivo Tonet) também vislumbra essa possibilidade ao discutir, por exemplo, no manuscrito sobre “O Trabalho” (parte da *Ontologia do Ser Social* – ainda não traduzida oficialmente ao português), a teleologia como finalidade-causalidade de primeira ordem (sustentada na relação homem-natureza) e de segunda ordem (baseada na relação homem-homem). Evidentemente que as formas de trabalho sustentadas na teleologia de segunda ordem se justificam e se organizam, necessariamente, a partir da teleologia de primeira ordem cuja base é a relação orgânica homem-natureza.

<sup>18</sup> Itálicos da autora.

<sup>19</sup> Sobre o debate entre o ponto de vista ontológico e o Serviço Social, consultar Silva, 2013 a.

#### **José Fernando Siqueira da Silva**

\* Assistente Social e doutor em Serviço Social pela PUC-São Paulo. Livre-docente pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp-Franca; professor do Departamento de Serviço Social da mesma universidade e pesquisador do CNPq na área de Serviço Social. É um dos líderes do grupo de estudos Teoria Social de Marx e Serviço Social e um dos orientadores do Grupo de Alfabetização Paulo Freire (Gapaf – grupo de extensão universitária).

## Os desafios da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social

Rodrigo de Souza Filho\*  
Cláudia Mônica dos Santos\*\*

**Resumo:** O presente artigo indica os principais desafios referentes ao fortalecimento do chamado projeto ético-político do Serviço Social (PEP) que norteia a atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). Fundamenta-se na ideia de que os desafios para o fortalecimento do PEP extrapolam as ações da Abepss. Assim, a partir da explicitação do significado político do PEP para o seu campo de intervenção, apresentam-se os impactos do contexto atual do ensino superior. Por fim, tendo como eixos básicos a graduação, a pós-graduação e a pesquisa, desenvolvem-se os desafios e as estratégias de ação da Abepss que consideramos fundamentais para o avanço do PEP, no atual contexto.

**Palavras chaves:** Serviço Social; projeto ético-político; ensino superior.

**Abstract:** This article lists the main challenges for the strengthening of the so-called Social Work ethical-political project (PEP) that guides the actions of the Social Work Brazilian Association for Teaching and Research (Abepss). It is based on the idea that the challenges to strengthening the PEP extrapolate the Abepss' actions. Thus, from an explicit political significance of PEP to the field of intervention Abepss, presents the impacts of the current context in the field of higher education. Finally, with the basic axes graduation, post-graduation and research, develop the challenges and strategies of Abepss' action we consider fundamental to the advancement of PEP in the current context.

**Keywords:** Social Work; ethical-political project; higher education.

## Apresentação

O presente artigo propõe-se a indicar os principais desafios referentes ao fortalecimento do chamado projeto ético-político do Serviço Social (PEP) que norteia a atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) no atual contexto, marcado pela crise do capital e suas tentativas de enfrentamento – cujos desdobramentos afetam significativamente a intervenção do Estado na área social, através das propostas de contrarreforma (Behring, 2003).

Assim sendo, este texto fundamenta-se na ideia de que os desafios para o fortalecimento do PEP extrapolam as ações da Abepss. Entretanto, é indiscutível o papel e a responsabilidade institucional da referida associação no que diz respeito à necessidade de definir estratégias de ação capazes de enfrentar os desafios da conjuntura atual tendo como perspectiva a difusão e o enraizamento do PEP.

Neste sentido, a partir da explicitação do significado político do PEP para o campo de intervenção da Abepss – desenvolvido brevemente na primeira seção deste texto – buscaremos demarcar, de forma indicativa, os impactos do contexto atual no campo do ensino superior, espaço sociopolítico-institucional diretamente vinculado à finalidade da associação. Posteriormente, os desafios e as estratégias de ação que consideramos fundamentais para o avanço do PEP – apesar do contexto adverso da atual conjuntura – serão apresentados em três eixos básicos: graduação, pós-graduação e pesquisa.

## O projeto ético-político do Serviço Social e a Abepss

Ao definirmos como objeto deste texto a Abepss e sua relação com o projeto ético-político do Serviço Social (PEP), faz-se necessário abordarmos três aspectos. Em primeiro lugar, é importante esclarecer que estamos nos referindo a um determinado projeto de profissão, o qual se convencionou chamar de projeto ético-político do Serviço Social; segundo, isso

implica afirmar que esse projeto de profissão não é o único; e terceiro e fundamental aspecto: a Abepss tem como orientação de sua atuação o denominado projeto ético-político (PEP).

Verifica-se, portanto, que apesar da existência de diferentes projetos profissionais na área do Serviço Social, mais ou menos visíveis e/ou organizados, a Abepss se filia aos princípios e fundamentos do PEP. Isso implica dizer que a associação deve atuar visando à consolidação desses princípios e fundamentos no campo específico de sua atuação: a formação profissional<sup>1</sup>.

É importante esclarecer que o “projeto de profissão”, conforme destaca Rodrigues:

(...) dista em muito do uso comum que os assistentes sociais dão a ela em seu cotidiano profissional, quando a utilizam para se referir a um projeto ou a um planejamento social constituído, em geral, por objetivos, metodologia, referencial teórico etc., e do qual se pode tirar cópia, encadernar ou transportar de um lugar para outro (2007, p. 14).

Segundo a autora, esse termo, projeto, ao se referir a um projeto de profissão, é usado em um sentido ampliado, qual seja, capacidade, própria do homem, de antecipar finalidades e objetivos. Ou seja, diz respeito a uma característica essencial do ser social que é o de agir teleologicamente, isto é, de agir objetivando a realização de determinados fins e interesses (mesmo que não se tenha consciência disso).

Portanto, conforme ressalta Netto:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e

instituições sociais, privadas e públicas (1999, p. 95).

De acordo com Rodrigues (2007), todo projeto de profissão tem uma dimensão política que lhe é imanente (mas nem sempre consciente). Essa dimensão corresponde ao posicionamento das profissões em face dos projetos societários em disputa. Nesta direção, ele é a expressão dos interesses históricos e particulares de determinada categoria profissional não podendo existir sem a vinculação (explícita ou não) com os interesses mais gerais da sociedade.

Como amplamente conhecido, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 – o *Congresso da Virada* – é considerado o marco do nascimento desse projeto ético-político. Podemos dizer que este possui “princípios éticos que não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem as escolhas teóricas, ideológicas e políticas da categoria e dos profissionais” (Netto, 1999, p. 98), e é constituído pelos seguintes elementos:

a) reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas – daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (Netto, 1999);

b) adesão à perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética;

c) antagonismo com os princípios e valores que legitimam a ordem burguesa (Braz e Teixeira, 2009);

d) vinculação a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (Netto, 1999);

e) posição de resistência ao contexto de crise do capital e do neoliberalismo;

f) afirmação da defesa dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo (Netto, 1999);

g) posicionamento em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais;

h) a ampliação e a consolidação da cidadania como condições para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais (Netto, 1999); e

i) defesa da qualidade dos serviços prestados à população (Netto, 1999).

Em síntese, podemos afirmar que o projeto ético-político do Serviço Social, em sua essência, almeja uma intervenção profissional socialmente comprometida com as necessidades das classes subalternas numa perspectiva de ampliação da cidadania e aprofundamento da democracia, nos termos de Coutinho (1999). Isto implica dizer que o assistente social deve possuir, por um lado, competência teórica para desenvolver uma atitude crítica frente à realidade social, buscando identificar alternativas para a intervenção profissional e, por outro, competência técnica que possibilite manipular instrumentos de intervenção social que viabilizem ações coerentes com a orientação ético-política proposta.

De acordo com Braz e Teixeira (2009) o PEP se materializa por meio de alguns componentes construídos pelos assistentes sociais, tais como: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social – que envolve o reconhecimento da teoria social crítica como substrato teórico e político-cultural; as ações das instâncias político-organizativas da categoria – que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão (Cfess, Abepss, Enesso dentre outros); e a dimensão jurídico-política da profissão que possui duas esferas: um aparato jurídico estritamente profissional que se expressa no conjunto de documentos que norteiam política e juridicamente a profissão no Brasil (a lei que regulamenta a profissão – lei 8662/93, o Código de Ética de 1993 e as diretrizes curriculares) e outros, de maior abrangência, advindos da Constituição Federal de 1988.

Conforme indicado no seu estatuto, a Abepss – entidade civil, sem fins lucrativos –, tem por objeto central a formação profissional dos Assistentes Sociais, compreendida em sua relação de unidade entre pesquisa e extensão.

De acordo com o anunciado no seu Artigo 2º, a Abepss tem como finalidade propor e

coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social – associando organicamente ensino, pesquisa e extensão e articulando a graduação com a pós-graduação; fortalecer a concepção de formação profissional enquanto um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; representar e defender os interesses da área de Serviço Social nas agências de fomento no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão; e fortalecer uma visão de ensino de graduação que o concebe denso, crítico, laico, numa perspectiva de totalidade.

Neste sentido, verifica-se que sua função precípua é contribuir com o processo de elaboração, implantação, implementação e fortalecimento do projeto de formação profissional e das diretrizes curriculares que estão em vigor no seio da categoria, visando contribuir para a materialidade do projeto ético-político do Serviço Social, em seu campo particular de atuação. Em outras palavras, cabe à Abepss atuar para que a formação profissional dos assistentes sociais permita e possibilite uma intervenção social pautada nos princípios acima indicados.

Por esse motivo, a atuação da entidade se estrutura nos três eixos centrais da formação: graduação, pós-graduação e pesquisa, visando garantir a proposta de formação sintonizada com o PEP.

### **A contrarreforma do ensino superior no Brasil e formação profissional dos assistentes sociais**

O contexto global dos últimos 30 anos marca a consolidação de mudanças significativas na sociedade capitalista. O desenvolvimento tecnológico – robótica, microeletrônica, informática, novos mecanismos de comunicação *online* –, assim como as mudanças na organização do

processo produtivo – que passa de uma orientação fordista para uma orientação flexível –, provocam transformações radicais no mundo do trabalho, impactando de forma significativa a classe trabalhadora: desemprego estrutural, trabalho parcial, terceirização, precarização do trabalho; altas taxas de desemprego enquanto fenômeno permanente; intensificação da questão social; retorno das formas de exploração do trabalho existentes no século XIX (Antunes, 1995).

Em linhas gerais, estas mudanças tiveram como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho, visando a expansão da produção de mais-valia, num quadro de hegemonia do capital financeiro e de expansão do “capital fictício”, em um contexto político marcado pelo desmoronamento das experiências do socialismo de Estado.

Nesse quadro, as propostas neoliberais para a condução da macroeconomia e para orientar as reformas, ou melhor, contrarreformas (Behring, 2003) do Estado, ganham hegemonia.

No caso brasileiro, podemos afirmar que, a partir de 1994 o governo assume como orientação para as políticas econômicas e sociais os ditames neoliberais fundados na lógica proposta pelo Consenso de Washington (estabilização monetária, abertura comercial e privatização). Ou seja, o governo FHC consolidou no país a hegemonia de um modelo econômico e social fundado no ajuste neoliberal que aposta numa política econômica ortodoxo-monetarista, supervalorizando a estabilização e o controle inflacionário e a redução do papel do Estado na área social – política incompatível com a universalização e aprofundamento de direitos sociais (Soares, 2001). O governo Lula não alterou a orientação central da política econômica e social do governo Cardoso (Filgueiras e Gonçalves, 2007).

De forma geral, este contexto fragiliza as condições para a efetivação do Projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que produz, por um lado, a intensificação da questão social – principalmente no que se refere à

pauperização da classe trabalhadora – e, por outro lado, gera a redução das ações do Estado no campo social, diminuindo o escopo para a universalização de direitos. Ou seja, maiores necessidades e demandas sociais contra menores investimentos em políticas sociais.

Indiscutivelmente, esse quadro afeta, também, as condições de trabalho dos assistentes sociais, pois na qualidade de assalariados, estes sofrem os mesmos constrangimentos de precarização do conjunto da classe trabalhadora. Além disso, visto que tem no Estado seu principal contratador, a redução do orçamento público para área social diminui consideravelmente os recursos necessários para viabilizar os direitos da população usuária e para desenvolver serviços sociais de qualidade. Sem dúvida alguma, esse panorama dificulta bastante a realização do exercício profissional na perspectiva do PEP.

Esse contexto também afeta, sobremaneira, o ensino superior, campo privilegiado da ação da Abepss, criando um contexto bastante adverso para a efetivação do PEP no âmbito da formação profissional.

Conforme sabemos, encontra-se em andamento um projeto de reordenamento do papel da educação superior no Brasil. Estudiosos da política de educação afirmam que, aproximadamente há uma década, prevalece a ideia de que não cabe ao Brasil dedicar-se à pesquisa básica e sim ser um aplicador de tecnologias e processos desenvolvidos, ou seja, cabe ao país ater-se apenas em pesquisa aplicada (*Cadernos Andes*, 2007). Este objetivo vem sendo materializado através da proposta da Universidade Nova, do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni – 24/4/2007) e da proposta de Universidade Aberta (Decreto n. 5.622 de 19/12/2005).

O governo federal lançou, em 24 de abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (constitutivo do Programa da Aceleração do Crescimento – PAC). O PDE é constituído por um conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias, dando continuidade à reforma universitária já em andamento.

Sabemos que essa reforma da educação, “recomendada” pelos organismos internacionais (ONU, Banco Mundial, FMI e OMC), tem sido indicada aos países dependentes, com o objetivo de atender às demandas do capital em sua necessidade de mercantilização das relações sociais para propiciar novos espaços de valorização, fenômeno categorizado por Mandel como supercapitalização também – muito bem lembrado por Behring e Ramos (2009) – para explicitar o processo que ocorre com a educação superior no Brasil. Noutro sentido, estes processos em curso, da contrarreforma do ensino superior, visam instaurar uma lógica de “propriedade intelectual que [possibilite] o controle sobre todas as formas de produção humana, sempre a favor dos países hegemônicos” (Andes, 2007, p.11).

Mais precisamente, podemos afirmar que essa orientação para a educação superior já aparece em meados dos anos 1980, no Governo Sarney, quando da criação do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres). Esse grupo foi desfeito ante a reação dos segmentos sociais organizados. Porém, ganha força, a partir desse período, a concepção de que o “modelo único” adotado para a educação superior, qual seja, o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é muito caro, anacrônico e obsoleto.

No governo Collor constrói-se a argumentação contra o “modelo único” de universidade, defendendo a necessidade de sua diversificação via o desenvolvimento de “universidades de ensino” e “centros e/ou universidades de pesquisa”.

Entretanto, foi no governo de FHC que essa ideia constituiu-se como proposta de ação do MEC, visando “expandir o sistema de ensino superior público por meio da otimização dos recursos institucionais aos modelos existentes” (Planejamento Político-Estratégico 1995/1998; MEC, 1995, p. 26), tendo como referência uma das diretrizes do Banco Mundial para a Reforma do Ensino Superior nos países em desenvolvimento.

Fortalece-se, então, a flexibilização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa

e extensão, defendida pela LDB/96. A princípio, essas iniciativas não tiveram muita adesão, salvo no que diz respeito às ações da iniciativa privada.

Com base nessas concepções foram elaboradas algumas propostas: cursos sequenciais; ensino a distância; ciclos básicos. Essas propostas foram incorporadas pelo governo Lula no PDE, com destaque para o Reuni, tendo como objetivos: evitar a profissionalização precoce e fechada, por meio da introdução dos ciclos ou níveis de formação, bem como, promover uma redução das taxas de evasão e aumentar o número de vagas, ou seja, “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação (...) utilizando-se do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes” (Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007). Pretende-se uma elevação de 100% no número de ingressantes.

Trata-se, portanto, de um projeto que visa a atender a uma forte demanda social por formação superior, sem a qualidade requerida para tal e com poucas possibilidades de inclusão dos jovens oriundos da classe trabalhadora na real profissionalização de nível universitário, uma vez que o acesso a esse nível apenas se dará mediante aprovação em uma dupla seleção: uma para o Bacharelado Interdisciplinar (BI), graduação correspondente ao ciclo básico, e outra para o ingresso no próximo ciclo.

Enfim, o PAC e, dentro dele, o PDE não preveem, de fato, recursos novos, mas ambos pretendem alcançar seus objetivos por uma redistribuição de ênfases e pelo incentivo a ações dentro de uma perspectiva de parcerias público/privadas – PPP. Assim sendo, pretende fortalecer a ideia de universidades de ensino *versus* universidades de pesquisa.

As universidades de pesquisa demandam alto investimento, corpo docente qualificado e com dedicação exclusiva, devendo existir em pequeno número (os centros de excelência), para atender aos interesses do mercado por meio da Lei de Inovação Tecnológica.

As universidades de ensino serão instrumentos de profissionalização aligeirada, em cursos

de mais curta duração, sem ambiente de pesquisa acadêmico. Essas já existem no setor privado, mas algumas unidades das federais, também, estão sendo transformadas neste tipo de universidade. Cabe, então, às universidades formar indivíduos polivalentes, flexíveis e adaptáveis.

Nesta direção nega-se a pesquisa para um conjunto de universidades e retira-se destas instituições seu papel:

como espaço privilegiado para a produção do conhecimento, para o desenvolvimento científico e tecnológico, como instância crítica da sociedade, para o amadurecimento do sujeito político, com formação sólida que o capacite para entender as complexas relações do mundo atual e para influir como proponente na elaboração de políticas públicas e, em alguns casos, tornar-se ele próprio dirigente do processo (Andes, 2007, p. 18).

Igualmente grave é o processo de privatização e mercantilização do ensino superior, fazendo ampliar, exageradamente e sem critérios, o número de cursos privados de Serviço Social – mas não só desses – no Brasil, principalmente na região Sudeste. Em 1994, havia 74 unidades de ensino de Serviço Social. Segundo Ferreira (2001, p. 63), em 1998, existiam 89 cursos de Serviço Social reconhecidos pelo MEC. De acordo com dados do Inep/MEC, em 2002, esse número sobe para 111 cursos. Em 2005, existiam 174; desses, 142 privados e 32 públicos. Em março de 2006, segundo informações da Abepss, existiam 198 unidades de ensino, 32 públicas e 166 privadas (Santos e Abreu, 2011). Dados de pesquisa publicados no documento “Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social” (Cfess/Abepss/Enesso), mostram que, em 2010, o Brasil possuía 309 cursos de Serviço Social presenciais e 14 a distância, sendo, dentre os presenciais, 40 públicos e 269 privados. Em 2012, consulta no *site* do MEC<sup>2</sup> apontam que já são 567 cursos de Serviço Social autorizados pelo Ministério e em atividades. Destes, um pouco mais que a

metade corresponde ao ensino presencial (337 cursos), sendo 288 privados e 49 públicos; o restante pertence à modalidade a distância sendo todos privados, já que a Unitins foi descredenciada em 2011.

Este quadro tende a intensificar a precarização do trabalho do assistente social aludida anteriormente. O crescimento do número de alunos – sem controle – e o excesso de estagiários por campo e/ou a substituição de contratação de mais estagiários no lugar de mais profissionais são fatores que podem trazer sérias consequências para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais.

Conforme destaca Yamamoto (2007), esse quadro pode produzir um crescimento acelerado do desemprego, pressionando, para baixo, o piso salarial e estimulando a precarização das condições de trabalho e a insegurança do trabalho. Ou seja, esse crescimento pode gerar a criação de um “exército assistencial de reserva”. Nas palavras da autora, “um recurso de qualificação do voluntariado no reforço de chamamento à solidariedade” (p. 440).

Por outro lado, a perda de qualidade na formação aumenta o número de profissionais sem condições de competir no mercado de trabalho. Isto pode estimular, segundo Yamamoto (2007), o reforço de mecanismos ideológicos que facilitem a submissão dos profissionais às normas do mercado, acarretando um processo de despolitização da categoria. Dessa forma, a tendência é fortalecer um perfil profissional preocupado apenas em atender às demandas do mercado, abrindo mão do compromisso social com as classes subalternas, aspecto essencial do projeto ético-político do Serviço Social.

### **Desafios à Abepss e ações estratégicas**

A partir dos elementos apontados na seção anterior, torna-se evidente que a conjuntura atual é extremamente adversa para uma atuação orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social tanto do ponto de vista geral; das condições para o exercício profissional do assistente social quanto do particular: sua formação profissional.

No que se refere à formação profissional, conforme Santos e Abreu (2011), a atual política de educação superior se contrapõe ao projeto defendido no sentido do PEP, trazendo vários desafios para a entidade. Esses desafios se manifestam no ensino de graduação, na dinâmica da pós-graduação e no campo da pesquisa, através de diferentes dimensões.

Para essas autoras, a primeira dimensão que podemos destacar refere-se *ao perfil do profissional que se quer formar, para que e para quem formar*. A política atual de ensino superior no país tem apontado a pretensão de formar um determinado *perfil do profissional na área do Serviço Social*, qual seja, um profissional eficaz e eficiente para atender, unicamente, às necessidades do mercado – portanto, um profissional formado a partir e para o mercado. A universidade é instituída, exclusivamente, para transmitir conhecimentos que atendam à formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho, imprimindo à universidade brasileira um viés mercantil e empresarial com incentivo à privatização e mercantilização do ensino. Conforme Yamamoto (2000, p. 44), “a universidade passa a ser um centro de produção de ciência e tecnologia filtrada pelos interesses do grande capital, em troca dos subsídios e financiamentos concedidos”. Na contramão desta política, como vimos anteriormente, nosso projeto pretende formar profissionais que sejam capazes não apenas de atender às necessidades do mercado, mas também de propor projetos de intervenção profissional e de se fazerem necessários em áreas que ainda não dispõem da atuação do assistente social, ampliando o mercado de trabalho e atendendo às necessidades das camadas subalternas, visando a expansão de direitos. Ou seja, profissionais que sejam *formados para a sociedade*.

Em decorrência deste primeiro aspecto, a reforma em voga não assegura o perfil de formação presente em nossas diretrizes curriculares. O crescimento expressivo de cursos nos últimos anos – principalmente do EAD, mas, também por meio daqueles que surgiram em instituições que podem ser qualificadas como

universidades de pesquisa, incentiva uma formação massificada, com conteúdos banalizados, fragmentados, parciais, através do uso de apostilas, uma relação de ensino individual e virtual, ausência (falta) de debate acadêmico – fatores que não contribuem para o perfil do profissional defendido pelo projeto de formação, qual seja, um perfil intelectual e não apenas técnico; um profissional competente, crítico, articulador político, preocupado com os direitos de cidadania, pesquisador que não se contenta com a aparência dos fenômenos.

A incidência na *qualificação teórico-metodológica do profissional docente* constitui mais um elemento provocado pela atual política de educação superior. Nosso projeto de formação defende um perfil de profissional com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Para isso, exigem-se, igualmente, docentes com formação teórica primorosa. No entanto, esta política tende a dificultar a formação docente em todas as modalidades: ensino presencial privado e público e no ensino a distância. No ensino privado esta dificuldade se expressa, por exemplo, na não exigência de titulação adequada dos professores responsáveis diretamente pelo ensino, no privilegiamento da contratação de horistas, no desestímulo ao exercício da pesquisa e extensão, na constituição de turmas com lotação excessiva (mais de 50 alunos por turma) e na alocação de um grande número de disciplinas por professor. No ensino a distância, essa expressão se faz sentir, principalmente, na figura de tutores, geralmente constituído por alunos recém-formados. E por fim, nas universidades públicas, a proposta de professor equivalente que estimula a contratação de professor de 20 horas.

*A flexibilização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades* configura-se como mais um elemento que afeta o PEP advindo da contrarreforma do ensino superior. A proposta de formação em andamento no Serviço Social sustenta a importância desse tripé para a universidade brasileira, sendo um dos seus princípios a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Abess/Cedepss,

1997, p. 61). A pesquisa é concebida como parte constitutiva do exercício profissional e, portanto, da formação e, sendo assim, não pode ser concebida como uma atividade eventual, mas sim inerente ao processo de formação profissional, perpassando todo o currículo. Associada à atividade de pesquisa, tem-se a extensão, considerada também como “atividade complementar” àquelas formativas básicas, destoando, portanto, da extensão concebida com um caráter mercantil de ofertas de serviços, de venda de produtos, devendo, ao contrário, objetivar o ensino e a aproximação da universidade à sociedade, do conhecimento à realidade. Quebrar a indissociabilidade acima referida implica em desestruturar um eixo fundamental do projeto de formação profissional inspirado no PEP.

Como quinta dimensão dos desafios a serem enfrentados pela Abepss, na atual conjuntura, podemos sublinhar a *intensificação das atividades da pós-graduação*. O processo de avaliação das pós-graduações no Brasil que vem exigindo um grau de produtividade dos professores que não se adequa às diversas atividades que os mesmos devem cumprir: aulas, orientações, pesquisas, administração, extensão. Esse processo tem levado, muitas vezes, a um produtivismo de publicações, substituindo a qualidade por quantidade, e um certo distanciamento da pós-graduação do ensino de graduação. Cabe ressaltar, também, que a avaliação dos cursos de pós-graduação das áreas de humanas ao se basear na lógica das “ciências duras” pressiona a área a atuar em descompasso com a dinâmica e as necessidades sociais, principalmente, no que se refere às pesquisas.

Por fim, *a atividade de estágio obrigatório*, para Santos e Abreu (2011) tem sofrido enorme impacto das mudanças em curso. A expansão de cursos de Serviço Social tem sido responsável por uma ampliação significativa de demanda de estágio, transformando o problema da falta e ou precariedade de campos de estágio um problema recorrente e de difícil solução – muitos cursos criados em cidades de médio e pequeno porte não têm condições de ampliar o mercado de trabalho para o assistente social. Desta

forma, há uma pressão, por parte de grupos da categoria profissional, no sentido de flexibilizar esta atividade curricular: redução de carga horária de estágio; favorecimento de ingresso de um maior número possível de estagiários nas instituições, sem preocupação com a qualidade do serviço prestado à população e nem com a qualidade da formação profissional; contabilização de atividades de leitura, elaboração de relatório, como atividade de estágio para compor a carga horária. Neste sentido, há uma reivindicação, por parte de alguns profissionais, de adequação das legislações e normativas da área à necessidade do mercado de ensino, subordinando, assim, a proposta de formação aos ditames da atual política de ensino superior.

Frente a esses desafios a Abepss vem realizando algumas ações estratégicas, no sentido da garantia de uma formação profissional com qualidade, no âmbito da graduação, da pós-graduação e da pesquisa. Ressaltamos que essas ações, muitas vezes, são em parceria com as demais entidades de organização da categoria que têm por norte o projeto ético-político (Cfess/Cress e Ebesso), constituindo o chamado “Plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior” de abril de 2009. Do ponto de vista da luta mais ampla contra a política atual destinada à educação superior, o Plano de Lutas é, sem dúvida, a estratégia central para o enfrentamento desta conjuntura adversa.

Entretanto, podemos destacar algumas ações, no campo da graduação da pós-graduação e da pesquisa, como sendo fundamentais para a continuidade da luta da Abepss no sentido do fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

No âmbito da *graduação* três ações se destacam: campanha pública em defesa da formação com qualidade, ação constitutiva do Plano de Lutas; fortalecimento do projeto de formação profissional através das oficinas regionais e nacionais – dando destaque para minicursos sobre as diretrizes curriculares; e acompanhamento da implementação da Política Nacional de Estágio (PNE) pelas unidades de formação acadêmica.

A *pós-graduação* teve e tem um papel fundamental na formação e qualificação de pesquisadores e docentes e na interlocução com outras áreas do conhecimento, conforme aponta o documento “A consolidação da Abepss como organização acadêmico-científica”, de 2009. Neste sentido, torna-se estratégico apoiar o fortalecimento das pós-graduações, por meio de encontros regionais e nacionais de coordenadores de pós e da articulação e fortalecimento da área de Serviço Social junto às agências de fomento (Capes, CNPq e FAPs).

No âmbito da *pesquisa* vimos, hoje, um fortalecimento de uma política de fomento à pesquisa que atende aos interesses e necessidades da política industrial brasileira, priorizando-se pesquisas nas chamadas áreas duras. “O projeto de Inovação Tecnológica desvia os já parcos recursos para o controle direto das empresas, destroçando a pesquisa básica, a pesquisa nas áreas sociais e humanas e toda pesquisa que não seja de interesse imediato do mercado capitalista dependente” (Abepss, 2010). Dessa forma, a implementação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) e a atualização da revista *Temporalis* e sua consolidação enquanto revista de referência do Serviço Social brasileiro mostram-se como fundamentais para o processo de fortalecimento da pesquisa em nosso campo de intervenção e, conseqüentemente, como estratégia de adensamento acadêmico e científico das pós-graduações da área do Serviço Social.

Nesse quadro de luta, exige-se não só atuar nacionalmente, mas também pensar em movimentos que enfrentem esse paradigma de educação superior que tem se consolidado hegemonicamente no mundo, sobretudo nos espaços dos países dependentes. Assim, intensificar as *relações internacionais* apresenta-se como mais um desafio para Abepss. Fortalecer a Alaetis como instância articuladora do ensino e da pesquisa em Serviço Social na América Latina e implementar uma política clara da Abepss para orientar suas relações internacionais, completa o quadro de ações necessário para que possamos, simultaneamente, resistir ao modelo hegemônico de educação superior e avançar na

difusão e enraizamento do Projeto ético-político do Serviço Social.

### Referências bibliográficas

ABEPSS. *A consolidação da Abepss como organização acadêmico-científica*. Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), 2010. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Estágio*, (2010b). Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso: 10 fev. 2011.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, in: *Cadernos Abess*, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDES. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a Educação Superior. Brasília: *Cadernos Andes*, n. 25, agosto de 2007.

ANTUNES, R.. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. e RAMOS, S. R. O protagonismo da Abepss no passado e no presente: 30 anos de lutas, in: Cfess/Abepss/Enesso. *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

BRAZ, M. & TEIXEIRA, J. B. O Projeto ético-político do Serviço Social, in: Cfess/Abepss. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

FERREIRA, I. B. A atuação da abepss no ensino e pesquisa em SS: Balanço da gestão 1988-2000, in: *Temporalis/Abepss*, ano II, n. 3. jan. a jun. de 2001.

FILGUEIRAS, L. e GONÇALVES R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social, in: *Temporalis/Abepss*. Ano I, n. 1, jan./jun. 2000.

NETTO, José P. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea, in: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1*. Brasília: Cadernos Cead/Cfess/Abepss/UnB, 1999.

RODRIGUES, Mavi P. Projeto ético-político e a política de assistência: a centralidade da luta pela afirmação dos direitos, in: CAVALCANTI, L. F. et al. (org.) *Política de Assistência Social no Brasil: desafios para o assistente social*. Public Editora e Publicidade/Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica – Dirint, 2007.

SANTOS, C. M. & ABREU, M. H. E. Os impactos da política nacional de estágio na formação profissional frente à universidade neoliberal, in: *Revista Em Pauta*. Uerj, v. 9, n. 27, 2011.

SOARES, L. T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

### Notas

<sup>1</sup> Este compromisso está expresso no inciso III do Art. 2º do Estatuto da Abepss: “contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias”.

<sup>2</sup> Dados coletados em Junho de 2012. Disponível em: <www.emec.mec.gov.br>.

### Rodrigo de Souza Filho

\* Professor adjunto da FSS/UFJF; doutor em Serviço Social/UFRJ e tesoureiro da Abepss (2011-2012).

### Cláudia Mônica dos Santos

\*\* Professora adjunta da FSS/UFJF; doutora em Serviço Social/UFRJ e presidente da Abepss (2011-2012).

## Notas sobre a organização política e sindical dos Assistentes Sociais<sup>1</sup>

**Profa. Dra. Elaine Rossetti Behring\***

**Resumo:** O presente artigo tematiza os dilemas recentes acerca da organização política e sindical dos assistentes sociais no Brasil, apontando determinações históricas, estruturais e políticas deste processo, na perspectiva de materializar o debate, tendo em vista a construção de bases sólidas para a consolidação do projeto ético-político profissional, num contexto político-econômico regressivo e que opera contra suas projeções.

**Palavras-Chave:** trabalho; Serviço Social; organização política; hegemonia; projeto ético-político.

**Abstract:** This article discusses dilemmas about recent political and union organization of social workers in Brazil, highlighting political, historical and structural determinations of this process, to materialize the debate in order to build a solid foundation for the consolidation of the ethical-political professional project, in a regressive political and economic context, that works against its projections.

**Keywords:** work; Social Work; political organization; hegemony; ethical-political project; Brazil.

## Introdução

As comemorações dos 30 anos do *Congresso da Virada*, no ano de 2009, revolveram o passado, e nos colocaram diante das várias interpretações e versões dos acontecimentos ao longo do período inaugurado em 1979, como expressa o livro publicado pelo Cfess (2009), por ocasião do Seminário da Virada. Mas o sentido maior de revisitar e comemorar a virada, para além da reafirmação estratégica da direção construída nos últimos 30 anos, foi exatamente o de produzir um debate sobre o presente e o futuro da perspectiva ético-política engendrada pelo Serviço Social no Brasil. Um dos temas desta agenda profissional é o da organização sindical das(os) assistentes sociais. No texto que segue, desenvolvo alguns argumentos e análises que podem contribuir para pensar este tema polêmico e, sobretudo, profundamente articulado com a história recente da luta dos trabalhadores no país, marcada pela resistência, mas também pelo transformismo. Vamos então ao debate!

### **Este é um debate que sempre volta ou nunca sai da pauta?**

Todos os momentos em que esse tema da organização sindical vem à tona, indago se devemos consumir tempo demais com ele, sob pena de certa paralisia política, considerando que temos uma organização política forte, apesar dela não ser de natureza sindical. No entanto, é preciso reconhecer que este é um debate necessário e importante, especialmente para os dilemas de destino postos para o projeto ético-político profissional e sua direção política à frente das entidades nacionais, regionais e locais. Ou seja, não devemos enfrentá-lo apenas porque o debate sindical e seus elementos de tensão batem na porta, antecipando estratégias ou respondendo a demandas de alguns segmentos da categoria. Ele não é fundamental apenas porque o sindicato permanece sendo um espaço fundamental de organização da classe, por princípio. Esse debate é inevitável e quente porque houve no país

uma mudança na correlação de forças que alterou profundamente a organização da classe trabalhadora, a partir das políticas neoliberais, da contrarreforma do Estado e da eleição de Lula, em 2002. Estão em curso, também, em âmbito mundial, transformações importantes, com fortes implicações para o Brasil e para a luta dos trabalhadores, a exemplo dos desdobramentos da profunda crise do capital em curso, da crise ecológica e da guerra imperial ao terror (*sic*), como uma espécie de saída clássica para a crise. Por ora, quero apenas reter essa ideia: para além da questão sindical, a conjuntura nos desafia a pensar nossa organização política, a prepará-la e azeitá-la para um terreno cada vez mais tenso de disputa de hegemonia e de luta pelos valores e intervenções objetivas que fundam nosso projeto ético-político profissional.

### **Projeto ético-político e organização da categoria**

Cabe caracterizar melhor o projeto ético político e o processo que deu origem à organização que temos hoje. Parto do pressuposto de que organização política é muito mais que forma (as entidades, suas estruturas, suas atribuições formais e legais), mas envolve conteúdo: direção ético-política, campo programático e campo de alianças. Estes elementos são decisivos para desencadear ações políticas táticas e estratégicas na conjuntura, com as quais os assistentes sociais coletivamente (mas também individualmente) fazem disputa social, disputa de hegemonia, dentro e fora da categoria. É porque temos esses elementos combinados, que é possível afirmar que há uma organização política dos assistentes sociais, que conduz e constrói um projeto ético-político profissional. E tanto forma como conteúdo, que ademais não podem ser separados, foram sendo construídos historicamente, em conjunturas diferentes, com sujeitos variados e muita polêmica e embate.

Nesse raciocínio, considero um reducionismo inaceitável confundir organização política com organização sindical. Há discursos e práticas no meio profissional que caem nessa

armadilha, para justificar os seguintes argumentos: só há organização política quando há sindicato; e, em consequência, só houve organização política quando existia a Associação Nacional de Assistentes Sociais/Ceneas (Anas) ou seu pretense substitutivo atual, a Federação Nacional de Assistentes Sociais (Fenas), questão que vamos retomar adiante. Com essa operação dedutiva simplista, é ignorada a escolha do conjunto Cfess/Cress de fazer política (e não apenas desempenhar um papel técnico e cartorial), bem como a história da Abepss e do movimento estudantil, ao passo que se opera uma redução economicista e meramente corporativa da política, quando restringida à luta sindical, que nem sempre se politiza.

Sobre isso, o texto clássico de Lenin é bastante instrutivo quando fala da classe em si, insulada nos limites do *trade-unionismo*, que é um momento do processo de formação da consciência restrito às questões imediatas, ainda que seja fundamental enfrentá-las, não apontando para uma perspectiva mais ampla, para um projeto da classe. Para tanto, deve-se buscar a consciência para si, momento mais elevado no qual a classe é protagonista de um projeto mais amplo, tornando-se dirigente. Destarte, a discussão de Lenin sobre a passagem da consciência de classe “em si” para “para si”, conduz o debate atual sobre a organização sindical da categoria profissional a um outro patamar. Uma contribuição da direção do Cfess para o debate, escrita em julho de 2001, sugeria essa distinção, quando dizia que há direções sindicais “de resultados” e direções de conselhos com uma ação política geral relevante (ainda que sejam poucos), e vice-versa. Então, o importante é a direção, ou seja, o que dá sentido à intervenção dessas organizações políticas sejam elas ou não sindicais, são suas ações e posicionamentos nas lutas emancipatórias, ultrapassando muitas vezes suas atribuições formais. Determinados segmentos do movimento sindical brasileiro têm cometido seguidamente o equívoco de considerar que os conselhos não podem representar categorias profissionais e fazer política, desconhecendo, com uma atitude

burocrática e sectária, direções efetivamente combativas e, por vezes, mais aguerridas que o próprio movimento sindical, especialmente em anos de transformismo. A experiência recente do conjunto Cfess/Cress tem um rol de exemplos e situações nas quais essas posições foram explicitadas<sup>2</sup>.

Isto posto, vale retomar e dialogar com algumas indicações do importante texto de Netto (1999) para uma melhor caracterização do significado e do sentido do que apelidamos nos anos 1990 de projeto ético-político, o que torna claro o que estamos caracterizando como direções combativas. Segundo ele, quando nos referimos a projeto, trata-se de finalidades, objetivos, ou seja, da ideia de teleologia: de uma direção estratégica que se persegue, num *processo em aberto de criação histórica*. Isso vale para indivíduos, coletivos profissionais, outros tipos de coletivos e, por fim, projetos societários, sendo que nesses últimos se vislumbra mais claramente uma proposta global para a sociedade. Numa sociedade capitalista, os projetos societários são projetos de classe, e envolvem uma dimensão política de disputa pelo poder, daí a existência dos partidos como seus portadores principais, mas não exclusivos. Ao colocarem-se no espaço aberto da história, com sua hemorragia de sentidos (Bensaid, 1999), e da disputa democrática, os projetos societários também se modificam, e incorporam novas questões e estratégias.

Os projetos formulados por coletivos profissionais, como o do Serviço Social brasileiro, não têm o mesmo raio de ação dos projetos societários, mas com eles mantêm vínculos estreitos. Para Netto, um projeto profissional contém: a autoimagem da profissão, os fundamentos de sua legitimidade – os valores que definem sua relação com os usuários, serviços, outras profissões e com o Estado. O sujeito que constrói esse projeto é a categoria profissional (profissionais, estudantes e docentes), por meio de sua organização política. Para se afirmar socialmente e ganhar respeitabilidade, uma categoria tem que ser fortemente organizada. Os projetos profissionais, portanto, colocam-se finalidades,

e também se renovam e modificam ao longo do tempo, a partir de novas requisições, seja de seus vínculos societários sejam internas. E eles possuem uma dimensão política, já que uma categoria profissional não é homogênea. Tal como os projetos societários, um projeto profissional consolida-se por hegemonia, já que a categoria é um espaço plural e por isso um campo de tensões e de lutas. A hegemonia de uma perspectiva não suprime – e no caso do Serviço Social brasileiro, não se pretendeu, nem se deseja suprimir – possíveis divergências e contradições.

Essa observação, a meu ver, é bastante importante, considerando que há divergências pontuadas por segmentos da categoria profissional em relação a aspectos da hegemonia constituída ao longo do tempo, a exemplo da melhor maneira de nos organizarmos, do ponto de vista sindical; das intervenções terapêuticas reivindicando-se como ações profissionais, elemento que foi recentemente enfrentado pelo conjunto Cfess/Cress por meio de um longo e democrático debate<sup>3</sup>; ou, ainda, a dura disputa político-acadêmica desencadeada pelas diretrizes curriculares da Abepss em cada unidade de ensino, em tempos de universidade operacional e ambiente acadêmico pós-moderno, bem como de uma profunda mercantilização do ensino superior no Brasil, com largos processos de precarização, a exemplo da graduação a distância<sup>4</sup>.

A consequência daquele raciocínio de Netto (1999), no melhor texto síntese publicado sobre o projeto ético-político, de cuja análise compartilho, é evidente: é fundamental a criação de espaços democráticos de debate, marcados pelo respeito à pluralidade de ideias. Sempre lembrando que o pluralismo, como princípio político democrático, não se confunde com o liberalismo e com o ecletismo, mas se trata de uma atitude ética (colocada como princípio no nosso Código), segundo a qual se respeita a diferença, mas sem abrir mão de uma direção social e da luta de ideias – luta que não é desapaixonada e ascética, mas que se pauta por práticas democráticas que geram processos de hegemonia legitimamente conquistada. Essa hegemonia se consolidou em decisões que se fizeram

em torno de alguns documentos orientadores: as Diretrizes Curriculares da Abepss, a Lei de Regulamentação e o Código de Ética; e outros processos deliberativos, como as agendas político-profissionais que saem dos eventos, congressos, encontros Cfess/Cress, de seguridade, assembleias de Abepss, Eness, Coness, dentre outros.

Aqui, cabe pontuar: há o debate e o embate de ideias qualificados sobre questões quentes nos Congressos, debates em universidades, nos Cress, nas semanas do assistente social, que colocam o projeto à prova, ao mesmo tempo em que revigoram a organização política com a crítica e a disputa de posições. No entanto, também é possível notar que, por senso de oportunidade – porque o projeto não é pedra, é vidraça –, após 30 anos de uma construção singular e persistente e de formação de várias gerações – ou por desconhecimento, é frequente a confusão entre hegemonia construída histórica e democraticamente, e autoritarismo. Nessas ocasiões, em vez de acontecer um debate de conteúdo sobre a direção estratégica a ser adotada, seus fundamentos e ações concretas, a discussão é deslocada para um terreno arenoso, acusatório, desqualificado. Esse não é o terreno propício à reflexão e à politização, e cabe retomar o conteúdo da agenda política e profissional, sinalizando a dúzia de exemplos de como essa hegemonia não é supremacia ou sequer maioria, de como ela é uma construção histórica, de como é importante o respeito à diferença nessa proposta. Quando há apenas desqualificação não há interlocução possível, pois prevalece a pequena política, em sentido gramsciano.

Pois bem, esta categoria veio construindo um projeto ético-político profissional – caracterização que incorpora o sentido de que “uma indicação ética só adquire efetividade histórica concreta quando se combina com uma direção político profissional” – desde final dos anos 1970. É um projeto que passou por várias mudanças, e está em permanente movimento, mas sem perder sua orientação geral, seu compromisso profundo com a emancipação humana, seu compromisso tático com a emancipação

política, seu arco de alianças na sociedade brasileira com o campo do trabalho, dos trabalhadores, dos movimentos sociais.

Esta caracterização de um projeto em movimento, que se renova de modo permanente, se exemplifica sumariamente pelas seguintes mudanças: dois currículos mínimos (1982 e as novas diretrizes); dois códigos de ética (1986 e 1993); revisão da Lei de Regulamentação da Profissão, e alterações na própria organização política, com mudanças nas estruturas das entidades: de Abepss/Cedepss para a Abepss, o que foi muito mais que uma mudança de nome (Behring e Ramos, 2009); da Sessune para Enesso; do Cfas/Craspara o Conjunto Cfess/Cress; da Ceneas para a Anas, da Anas para a organização por ramo proposta pela CUT (e hoje a recolocação do debate sindical); e um destaque especial para a mudança de direção política das entidades, a exemplo da Abess a partir de 1979 e, particularmente, do conjunto Cfess/Cress. Este, foi o último bastião do conservadorismo a cair, mas quando caiu, nos final dos anos 1980, tornou-se, especialmente a partir da gestão 1990/1993, um conselho de profissão reconhecidamente combativo em âmbito nacional, que se articula com os segmentos democráticos da sociedade civil, na luta em defesa da seguridade social pública e pelos direitos humanos, dentre outras frentes, e desenvolve uma agenda que se soma na luta societária geral contra o neoliberalismo e por uma sociedade onde haja a socialização da riqueza, da política e da cultura.

Todas essas mudanças de rota na organização política e aprimoramentos dos nossos documentos base mostram que esse projeto não foi e não é rígido, que ele é ao mesmo tempo processo, que incorporou o debate democrático como método na sua construção, o que sedimenta a própria base da hegemonia que foi se constituindo no tempo e que existe hoje, apesar de uma conjuntura fortemente desafiadora no presente. Esse foi o método que fez o Congresso de 1979 “virar”, que reinstaurou o pluralismo político no Serviço Social brasileiro (inviabilizado, sobretudo, nos anos da ditadura pelos conservadores e coniventes), com o movimento sindical de assistentes

sociais inspirando-se no novo movimento operário nascente no ABCD paulista, que demarcou o fim da ditadura militar. Este princípio foi (e é) uma condição política para a possibilidade histórica do próprio projeto.

É esse processo político que está na base da mudança na formação profissional, que impulsiona a consolidação da pós-graduação, e a qualificação teórica dos anos 1980, até chegarmos ao momento presente: nossa autocompreensão mais profunda e madura como especialização do trabalho coletivo orientando a formação profissional, nas novas diretrizes; um Código de Ética respeitado entre os assistentes sociais e fora do Serviço Social e que já orienta algumas experiências latino-americanas (como o Comitê Mercosul / Códigos do Uruguai e do Paraguai); e algo que é muito importante, e não existe em nenhum lugar do mundo, em se tratando de Serviço Social, e que temos que cuidar sempre: a articulação política entre o conjunto Cfess/Cress, a Abepss e a Enesso, ou seja, entre o exercício e a formação profissional. Uma articulação que só ganha sentido na compreensão desse projeto e na ação comum, a partir da especificidade de cada entidade.

O que é o substrato desse projeto, definido pela categoria e conduzido pela sua organização política? Os valores éticos, uma formação profissional qualificada do ponto de vista teórico-prático ou prático-crítico, uma nova relação com os usuários dos serviços sociais e profissionais, a articulação com os demais trabalhadores brasileiros num projeto comum, exigindo trabalho, direitos e democracia, como elementos para uma sociedade igualitária. Temos um projeto ético-político porque conseguimos reunir, ao longo dos últimos 30 anos, uma vontade política coletiva, uma direção social estratégica e organizações autônomas, sustentáveis e legítimas.

### **O movimento sindical dos assistentes sociais, ontem...**

Façamos, agora, uma aproximação mais detalhada do que ocorreu com a organização sindical da categoria e sua relação com o projeto.

No ano do 10º CBAS, 2001, quando foi fundada a Fenas, circularam textos preparando o debate que ocorreu naquele congresso: da Professora Regina Sueli de Souza, da UCG, e que foi dirigente da Anas; das professoras Maria Beatriz Abramides e Maria do Socorro Cabral, da PUC-SP, e Sandra de Faria, da UCG; e a contribuição do Pleno do Cfess. Para esta aproximação trabalhamos com essas referências, embora os textos contenham diferenças, por vezes sutis, de avaliação no que refere à situação atual. Vejamos o que há nas análises, pontuando eventuais pontos comuns e de tensão do processo e nos argumentos apresentados.

Há um reconhecimento geral do protagonismo do movimento sindical na construção dos primeiros passos do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, numa profunda sintonia com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com destaque para o nascimento do novo sindicalismo. Dentro disso, ressalta-se a identidade cutista do movimento sindical dos assistentes sociais desde a fundação da CUT, inclusive não dando importância às imposições do Ministério do Trabalho e abrindo mão da fundação de uma federação, em nome da construção democrática da organização sindical da categoria, tal como vinha ocorrendo desde os debates, a partir de 1979, até a fundação da Anas, em 1983. A Anas foi construída de forma democrática e independente – delegados de base, teses diferentes circulando etc.– e realizou, entre 1983 e 1994, seis assembleias nacionais.

Decorrente dessa identidade cutista, a adesão à estrutura sindical por ramo de produção deliberada pela Central em 1986 vai ocorrer na assembleia da Anas de 1987, e após o veto de Sarney ao piso salarial dos assistentes sociais, o que já anunciava o deslocamento neoliberal, a proposta de adesão à estrutura sindical cutista ganhou ainda maior densidade. Daí decorreu a crescente migração dos assistentes sociais e militantes sindicais para esta forma de organização por ramo, bem como de assistentes sociais de base para a nova estrutura. A consequência foi o progressivo esvaziamento político e financeiro dos sindicatos

e associações de assistentes sociais, que vão perder o vigor que tiveram no período anterior.

O processo de transição – deliberado na assembleia de 1989 – para a nova estrutura foi coordenado até 1994 pela Anas e se deu de forma diferenciada nos vários estados da federação. Mas foram sete anos de discussões nos estados e no nível nacional. Dentro disso, ainda houve um debate acerca da formação de uma “entidade única” como uma alternativa de organização política para a categoria, enquanto se implantava, do ponto de vista sindical, a estrutura da CUT. O debate da entidade única atravessou duas assembleias da Anas, e foi remetido ao VI CBAS, mas não empolgou à época o conjunto CFAS/Cras e, a então, Abess.

O processo de transição sindical, conforme todas as análises identificam, foi muito diferenciado nacionalmente, apesar da orientação clara da Anas (Cf. Souza, 2001), e foi atravessado pela difícil conjuntura das relações de trabalho dos anos 1990, com a flexibilização, a reestruturação produtiva, a precarização, a contrarreforma do Estado e o neoliberalismo. Este aspecto fundamental é ressaltado pelo texto coletivo de Abramides *et al.* e pelo documento do Cfess. A precarização das condições e relações de trabalho na década de 1990 e as dificuldades do processo de transição para o ramo nos estados constituíram a base de sustentação objetiva e subjetiva para uma insatisfação de segmentos da categoria que se sentiram desorganizados do ponto de vista sindical (muitas vezes confundindo isso com ausência de organização política). Tais segmentos encontraram nos sindicatos que permaneceram abertos e em algumas direções locais, a exemplo do Rio de Janeiro, uma vontade política dirigente dessas demandas, na contracorrente do processo anterior que indicava a organização por ramo. Essa tensão se explicita em 1995, no VIII CBAS, em Salvador, com uma forte pressão sobre o conjunto Cfess/Cress, mas também para as demais entidades nacionais, no sentido de apontar caminhos para a questão sindical, agora no contexto da resistência ao neoliberalismo.

O “Encontro de organização política da categoria”, realizado em Luiziana, em 1997, organizado junto com os sindicatos de assistentes sociais existentes naquele momento, foi a resposta das entidades nacionais, atendendo à agenda do CBAS de 1995. Ali se reafirmou a organização por ramo como melhor estratégia de luta dos trabalhadores envolvidos em um mesmo processo de trabalho e de constituição da identidade e projeto de classe. Havia, claro, uma posição minoritária e um tanto paradoxal, sustentada pelos poucos sindicatos existentes, que reivindicavam a posição da CUT, mas dada uma suposta especificidade da categoria – e a transição sempre muito criticada –, propunham construir sindicatos de categoria para chegar ao ramo.

Vale observar que o encontro de Luiziana não demarcou apenas uma posição. Ele apontou estratégias para o conjunto Cfess/Cress, especialmente, e para as entidades nacionais, dentre as quais: a aproximação entre Cress e sindicatos por ramo, no sentido de campanhas de sindicalização e incorporação de eventuais demandas específicas; uma relação respeitosa em estados onde houvesse sindicatos de assistentes sociais e Cress, numa perspectiva de desenvolver lutas comuns; uma pesquisa nacional sobre mercado de trabalho conduzida pelo conjunto, mas articulada com a Abepss.

O texto de Abramides *et al.*, de 2001, contém duas críticas importantes que não podem deixar de ser revisitadas neste debate. A primeira, que também é apontada pelo texto do Cfess, aponta que a CUT não protagonizou ou deu qualquer suporte para a transição, e não estimulou efetivamente as categorias profissionais para o ramo, mesmo a nossa. Isso fez parte de um forte recuo da CUT nos anos 1990, e não apenas nesse aspecto, produto de uma situação defensiva do movimento sindical face aos efeitos destrutivos do neoliberalismo – dessindicalização, perdas de direitos e de poder de compra dos salários, dentre outros. E foi produto também da eficácia das estratégias de passivação do movimento dos trabalhadores, desencadeada pelo neoliberalismo, para cooptar o movimento e torná-lo menos combativo. Acrescentamos

o ingrediente do transformismo que insidiosamente penetra o ambiente sindical e político do campo dos trabalhadores no Brasil e que vai aprofundar esse recuo após 2002, com o advento do lulismo.

A segunda crítica não é tão explícita, mas está subjacente: é ao conjunto Cfess/Cress, que não realizou de forma suficiente, ou não priorizou, as tarefas apontadas em Luiziana. É possível concordar parcialmente com a crítica dirigida ao conjunto. Parcialmente, porque em vários estados do país ocorreram iniciativas importantes de diálogo com os sindicatos por ramo – e talvez o maior exemplo seja São Paulo – e houve uma primeira pesquisa acerca do perfil da categoria, com resultados importantes. Mas as razões para essa avaliação devem ser buscadas, sobretudo, nos próprios limites do conjunto, com suas inúmeras frentes, tão ou mais importantes, no contexto da resistência ao neoliberalismo. Não houve, portanto, a meu ver, uma incompreensão sobre a necessidade política daquela agenda, mas uma dificuldade real para implementá-la.

O que ocorreu quatro anos depois de Luiziana foi a fundação da Fenas, em 2001, a partir dos cinco sindicatos existentes naquele momento, num processo despolitizado, pouco divulgado e discutido na categoria, com a ausência de um programa claro e consistente. Salta aos olhos o processo muito pouco democrático de sua fundação, numa assembleia com cerca de 40 delegados de apenas cinco sindicatos, seu legalismo – diferente da Anas –, e sobretudo, sua baixa base sindical e representatividade.

Todo esse debate culminou no já referido 10º CBAS (Rio de Janeiro), com respingos nas eleições para os Cress em alguns estados, onde as direções sindicais passaram a disputar a sua direção. O 12º CBAS foi marcado por um histórico debate de chapas para o Cfess, mostrando que o projeto Fenas não é exclusivamente um projeto sindical – como ademais já se enunciava antes –, constituindo-se como um projeto político com disposição para disputar a hegemonia. Contudo, nem sempre os métodos desse segmento da categoria têm sido democráticos e

construtivos. Exemplo disso são as várias ações judiciais sobre as anuidades dos conselhos<sup>5</sup>, estratégia que vem se ampliando, na medida em que este segmento tem perdido seguidamente a disputa nas urnas. As eleições de 2007 para o conjunto Cfess/Cress foram contestadas judicialmente um ano após realizadas, com alegações extremamente frágeis e que não prosperaram, num nítido processo de judicialização da política. Outro foi a própria fundação da entidade sem um debate verdadeiramente amplo e nacional, como foi o da fundação e extinção da Anas, como já referido anteriormente. A Fenass, portanto, não é legatária da experiência da Anas, seja por ser uma federação que não foge à estrutura sindical convencional, com imposto sindical, dentre outras características, seja pelos métodos de sua construção e condução política.

Esse projeto, contudo, exerceu certa sedução sobre segmentos do movimento estudantil à época da fundação, considerando que a história recente parecia não estar sendo contada para as novas gerações, revelando uma lacuna na formação profissional que ainda hoje precisa ser observada e enfrentada. O movimento estudantil naquela ocasião empreendeu o debate e tomou uma posição clara como coletivo organizado: não reconheceu a Fenass e foi crítico quanto à sua fundação. Mas essa é uma questão que deve preocupar permanentemente as direções das entidades nacionais, considerando o crescimento exponencial do número de escolas particulares e a formação profissional precarizada fornecida por muitas delas, e o *boom* da graduação a distância nos últimos anos. O central aqui é separar o joio do trigo, ou seja, temos que discutir a organização sindical, porque ela é importante para os trabalhadores e para os assistentes sociais na condição de trabalhadores. Mas nossa tarefa é apontar para um patamar de organização sindical que supere o corporativismo e o transformismo.

### **E hoje ... transformismo e corporativismo de mãos dadas**

Desde os anos 1980 e 1990 todos os esforços do capital têm sido no sentido de retomar as condições máximas de exploração da força de trabalho, engendrando uma forte reação burguesa à sua própria crise. Com o ápice da onda longa de estagnação no início do século XXI, na crise que se desencadeou desde 2007 e se aprofundou em 2009, essa tendência se acirrou – vide os pacotes grego, português e espanhol e seu forte ataque aos trabalhadores e aos seus direitos. O ambiente desértico, como nos diz Antunes (2004), trazido pela crise do chamado socialismo real, pela reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a mundialização do capital (Behring, 2003) teve impactos contundentes sobre o mundo do trabalho, objetivos e subjetivos, ampliando processos de dessindicalização e de desorganização política. Hoje no Brasil, segundo estudo recente de Pochmann (2012), apenas 13% dos trabalhadores brasileiros são sindicalizados. Mais de 50% dos trabalhadores encontra-se em relações de trabalho precarizadas, informais, jogados na luta cotidiana pela sobrevivência, num mundo onde não há trabalho para todos.

O ingrediente a mais no Brasil, é que em função das resistências da redemocratização nos anos 1980, vivemos a experiência contundente do neoliberalismo – um neoliberalismo tardio – apenas nos anos 1990. Foi a partir de 1995, especialmente após a derrota da antológica greve dos petroleiros (cujo comando de greve participou do nosso VIII CBAS) que o neoliberalismo avançou, quebrando a espinha dorsal do movimento dos trabalhadores e fragmentando, despolitizando, rebaixando programaticamente e fragilizando os instrumentos criados na redemocratização. Falamos aqui da CUT e do PT, que a partir de algumas derrotas, iniciam um nítido deslocamento para uma programática estranha aos princípios e práticas de sua fundação.

A categoria que nos ajuda a pensar esse deslocamento é a de transformismo, uma importante contribuição de Gramsci ao debate político. Trata-se de um movimento de deslocamento molecular (de indivíduos, intelectuais)

ou de grandes grupos (partidos, movimentos) para uma programática que não é a da classe de origem, neste caso, da classe trabalhadora, num sentido estratégico e tático. Assim é que assistimos ao rebaixamento da agenda, a priorização da disputa eleitoral, a defesa da estabilidade econômica que transfere a riqueza socialmente produzida para o capital financeiro, a cooptação de segmentos do movimento sindical e dos movimentos sociais para a sustentação da governabilidade. Hoje, o núcleo combativo da luta de classes no país não se encontra nesses dois instrumentos, mas fragmentado em várias iniciativas, cujo desafio maior é o da recomposição de um projeto socialista de esquerda no Brasil. Portanto, há vida crítica após o transformismo, mas houve perdas indiscutíveis.

Pois bem, a retomada do movimento sindical corporativo ocorre exatamente na fratura, no refluxo, considerando os efeitos desse ambiente sobre os assistentes sociais como trabalhadores, nas suas condições de trabalho e na sua dimensão subjetiva e organizativa. Mas também considerando o movimento geral de despolitização e refluxo do movimento sindical, que recebe um impulso a mais do transformismo e é necessário que se toque nesse delicado assunto: corporativismo e transformismo tem andado de mãos dadas na organização sindical recente do Serviço Social, o que faz com que a divergência vá além da questão da organização sindical corporativa ou por ramo. Hoje temos uma profunda divergência programática, no sentido do projeto que se quer para o Brasil, para as políticas sociais e para o Serviço Social. As posições políticas governistas e pragmáticas, inclusive com alianças sem muito critério político, têm marcado as práticas desse movimento sindical corporativo. Isso, além das ações judiciais já referidas, tem dificultado alianças táticas com esse segmento que hoje dirige a Fenas, mesmo em torno dos interesses mais imediatos, como mostrou a luta abraçada pela categoria em defesa da jornada semanal de 30 horas. Nessa ocasião, inexplicavelmente, a Fenas publicou um posicionamento contrário, inclusive articulando parlamentares e dificultando a tramitação

do projeto no Congresso. Ou seja, nem uma política de *frente única* em torno de uma agenda imediata tem sido possível. Se tem havido uma expansão lenta desse segmento, esta se faz com bases sindicais extremamente reduzidas, em reuniões de refundação de sindicatos pouco representativas (temos notícias de estados onde o sindicato foi refundado com oito pessoas), o que configura uma retomada pelo alto, de cúpula, e não por meio de um movimento de base mais significativo, mesmo em tempos difíceis.

### **Pergunta clássica: o que fazer?**

Uma pesquisa realizada pelo Cfess há 10 anos, revelava que 10% da categoria estava sindicalizada à época. É necessário atualizar este dado e o próprio Cfess vem sinalizando a perspectiva de um censo nacional da categoria. No entanto, é evidente o baixo índice de sindicalização – em qualquer estrutura – dos assistentes sociais. Estando um pouco abaixo do índice geral anteriormente citado de 13%, o percentual de assistentes sociais sindicalizados computado há uma década mostra aos desavisados que, deste ponto de vista, não somos uma ilha de resistência combativa em meio à maré conservadora em curso, mas está abaixo daquele índice anteriormente citado de 13%. Há muitas tentativas de explicação para isso, sendo talvez a principal a existência de uma autoimagem que não é a de trabalhador, mas de profissional liberal de nível universitário, o que reflete uma ambiguidade constitutiva do Serviço Social já há muito tratada na literatura profissional, especialmente nos trabalhos de Marilda Yamamoto, desde 1982. O fato é que chama a atenção que uma categoria que formula um projeto ético-político de fôlego e radical, não tenha um nível de sindicalização ao menos igual ou um pouco maior que os demais trabalhadores brasileiros, sobretudo porque são tão atingidos quanto os demais, seja no setor público, seja no privado, pelos processos deletérios que abalam as condições de trabalho contemporâneas.

O conjunto Cfess/Cress tem tomado algumas iniciativas, dentro de suas atribuições, de

defesa de questões relacionadas às condições de trabalho, a exemplo dos projetos de lei no Congresso sobre carga horária, com a grande vitória de 2010<sup>6</sup>, piso salarial e a resolução acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais, que potencializa a fiscalização de determinados itens que antes não eram observados. É evidente que o Cfess e os Cress podem e devem ter essas iniciativas. Mas é necessário discutir o problema da organização sindical. Se não reconhecemos no movimento corporativista atual uma direção consistente e que partilhe dos princípios e programa que defendemos, por outro lado, é de fundamental importância que existam maiores níveis de sindicalização em sindicatos mais gerais, de preferência, pois o corporativismo fragmenta e enfraquece a classe.

Então, o que fazer? Uma ampla campanha de sindicalização dos assistentes sociais articulada à vida crítica que ainda existe no sindicalismo brasileiro, apesar das perdas, pode ser um caminho interessante. Nesse sentido, é fundamental instaurar o debate, trazendo, quando possível, o movimento corporativo na perspectiva de produzir junto a esse segmento um processo de politização que permita uma política de frente única em torno dos interesses comuns da categoria. Se em alguns estados essa perspectiva é plenamente viável, em outros tem sido extremamente difícil ou até inviável, especialmente onde a direção da Fenass tem maior penetração. Há ainda a experiência associativa dos assistentes sociais e psicólogos do judiciário em São Paulo, cuja direção política compartilha dos mesmos princípios e pode compor estratégias de frente. O fundamental é que a organização política combativa no Serviço Social tenha a iniciativa de movimentar o debate e ações conjuntas.

Outro aspecto é que a crítica à trajetória da CUT e outras centrais de menor expressão mas com direções políticas pragmáticas, tem levado a experiências inovadoras, e alguns sindicatos e novas centrais sindicais vêm repensando as formas de organizar a classe, ampliando seu arco de ação para além dos que estão em empregos formais, articulando com os movimentos sociais, trabalhando numa dimensão territorial.

Temos que acompanhar de perto essas experiências, que podem levar à configuração de um novo bloco histórico. Falamos aqui, por exemplo, da experiência dos ferroviários e previdenciários do Rio de Janeiro e da experiência do MST que pensa o Brasil para além do campo. Mas cabe olhar de perto para a construção da Conlutas e da Intersindical como iniciativas para uma retomada de centrais de combate. Assim, com esse texto, sintetizamos a reflexão que vimos desenvolvendo ao longo desta trajetória militante, esperando deixar uma contribuição ao debate democrático que longe está de seu esgotamento, haja vista a realização recente de um Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical, e a previsão do debate sobre nossa organização política no 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

### Referências bibliográficas

- ABRAMIDES, M. B. da C.; CABRAL, M. do S. R. e FARIA, S. de. A organização sindical dos assistentes sociais: uma transição inconclusa, *in: Anais do 10º CBAS*. Rio de Janeiro, 2001.
- ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_ e RAMOS, S. R. O protagonismo da Abepss no passado e no presente – 30 anos de lutas, *in: CFESS (org.). 30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília: Cfess, 2009.
- BENSAID, D. *Marx, o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CFESS. *A contribuição do Cfess para o Debate sindical*. Brasília: julho de 2001. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. (org.). *30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília: Cfess, 2009.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempos de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

LENIN, W. I. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea, in: *Crise contemporânea, questão social e serviço social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais*. Módulo 1. Brasília, Cfess/Abepss/ DSS e Cead-UnB, 1999.

PEREIRA, L. D. *Educação e Serviço Social*. São Paulo: Xamã, 2008.

POCHMANN, *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.

SOUZA, R. S. de. *O retorno corporativo do sindicato das(os) assistentes sociais?*. Goiânia, 2001. Mimeo.

## Notas

- <sup>1</sup> A primeira versão do presente texto foi preparada para um debate, a convite do Conselho Pleno do Cfess, em Brasília, 27 de março de 2003. Agradeço aos organizadores desta revista a oportunidade de rever e ampliar a reflexão, o que nos convida necessariamente a um balanço do processo de organização política e sindical, só que agora em tempos diametralmente opostos em suas características, ao período da redemocratização do país.
- <sup>2</sup> O processo eleitoral para o Cnas de 2012 foi mais um capítulo desta difícil relação entre o movimento sindical transformista e os conselhos combativos. Cf. em: <[http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=805](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=805)>.
- <sup>3</sup> Sobre esse debate, consultar o importante texto da Comissão de Fiscalização do Cfess, pareceres jurídicos e a resolução no seguinte endereço: <<http://www.cfess.org.br/praticas.php>>.
- <sup>4</sup> A Abepss tem se manifestado e se articulado com o Cfess e a Enesso, e seus posicionamentos e propostas de luta estão em:

<<http://www.abepss.org.br>>. A página do Cfess também dispõe de muitas informações sobre essa questão. A Campanha *Educação Não é Fast Food* produziu vários documentos sobre essa questão e foi retirada do ar por força de ação judicial dos tubarões do ensino (Cf. em: <[http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=603](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=603)>). Recomendamos ainda, sobre este tema, a leitura das análises realizadas por Yamamoto (2007) e por Pereira (2008).

- <sup>5</sup> E é bom que se diga que as anuidades do conjunto estão entre as mais baixas dentre os conselhos profissionais, e que são decididas em assembleias amplamente convocadas, como prevê a Lei de Regulamentação 8.662/1993. Hoje o conjunto Cfess/Cress vem lutando junto ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei 6.463/2009, tendo em vista assegurar a sustentação material da ação político-profissional dessas entidades. Maiores informações sobre esse processo, as ações judiciais e a resistência em: <[http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=436](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=436)>.
- <sup>6</sup> Em 2012, reiterada pelo Ministério Público Federal e pela Advocacia Geral da União, em parecer sobre uma Adin impetrada contra as 30 horas. Cf. em: <[http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=894](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=894)>.

## Prof. Dra. Elaine Rossetti Behring

\* Doutora em Serviço Social (UFRJ) e professora adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social – GOPSS/CNPq inserida no Pro-ciência, Programa de apoio à Pesquisa da UERJ, e pós-doutora em ciência política pela Universidade de Paris VIII, Cresppa-CSU.

